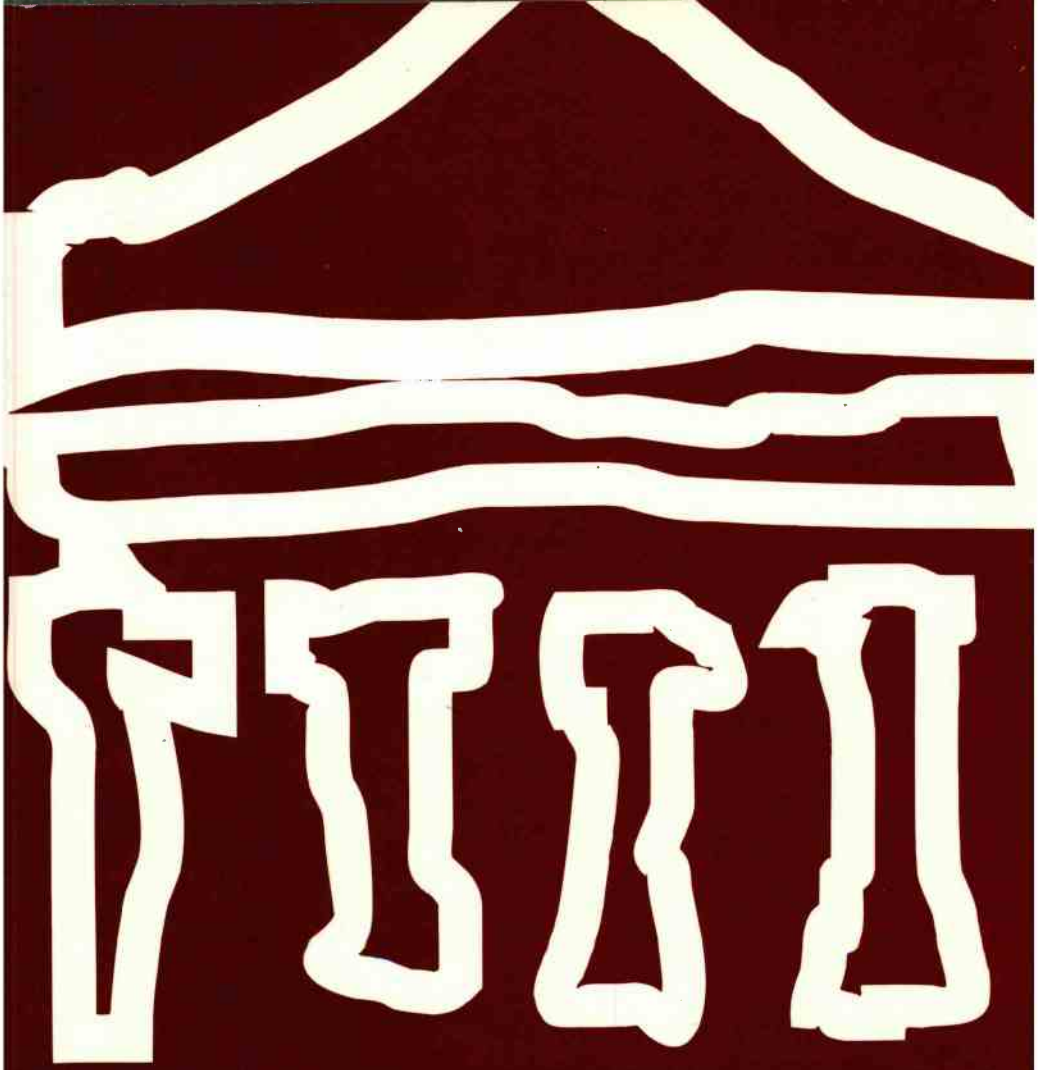
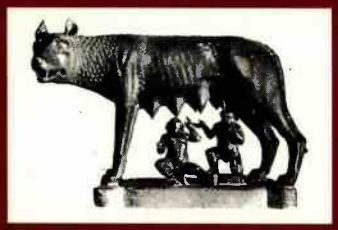


ALMANAQVE NEOLATINO LVCIANO MAIA

UFC
CASA DE JOSÉ DE ALENCAR
PROGRAMA EDITORIAL



O ***Almanaque Neolatino*** do Professor Luciano Maia foi publicado em primeira edição em 1990, pela Fundação Cearense de Arte e Cultura–CEARTE. Naquela ocasião, Luciano Maia já nos apresentava uma visão arguta e bem-humorada sobre curiosidades e pormenores das línguas românicas, com uma amostragem dos diversos idiomas, inclusive em suas vertentes dialetais. Agora, o ***Almanaque Neolatino*** ganha em conteúdo, podendo dizer-se que a dimensão mais que triplicou: foram introduzidos muitos textos novos e novas abordagens comparativas se acrescentaram àquelas constantes da primeira edição.

Luciano Maia é poeta conhecido e admirado no Brasil e lá fora e como tal, soube ao longo deste livro interessantíssimo, dosar as informações de natureza lingüística (e filológica, no sentido de um estudo diacrônico) com uma espécie de fabulação e até de um certo lirismo, fazendo assim com que a leitura do ***Almanaque Neolatino*** torne-se uma amena *incursão* pelas várias línguas românicas, inclusive as ditas menores. Isto equivale a uma *excursão* repleta de agradáveis surpresas e alegres constatações no território da Romanidade. Para quem visitou ou pretende visitar a Cidade Eterna, berço de uma Latinidade que se oceanizou, africanizou e americanizou, sem perder o seu caráter de herança civilizacional romana, vale este palíndromo que o autor gosta de repetir: ROMA TIBI SUBITO MOTIBUS IBIT AMOR.

ALMANAQVE NEOLATINO LVCIANO MAIA

Para o Poeta S.F.

— Amigo

6
6
02

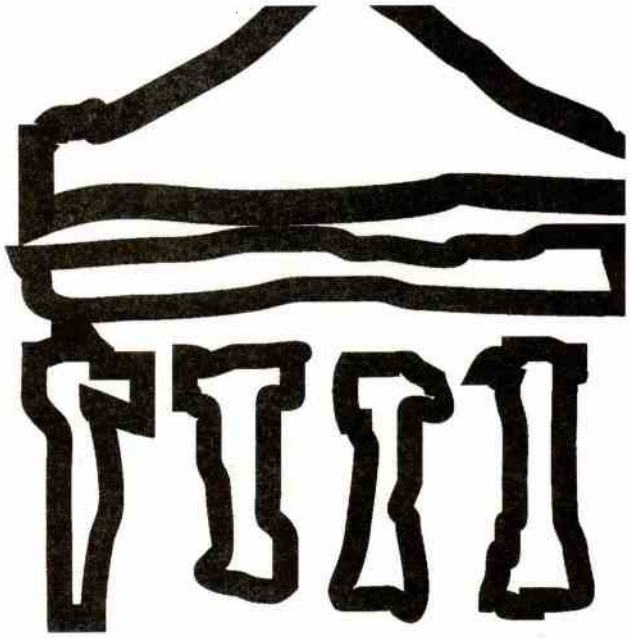
COLEÇÃO ALAGADIÇO NOVO

COORDENADOR
Antônio Martins Filho

CONSELHO EDITORIAL
Francisco Carvalho
Joaquim Haroldo Ponte
Geraldo Jesuino da Costa

Capa
Desenho de José Guedes

Editoração Eletrônica
Carlos Alberto Dantas



ALMANAQVE NEOLATINO LVCIANO MAIA

UFC
CASA DE JOSÉ DE ALENCAR
PROGRAMA EDITORIAL
2002

ABREVIATURAS USADAS NESTE ALMANAQUE

cat.	= catalão
esp.	= espanhol
fr.	= francês
it.	= italiano
lat.	= latim
port.	= português
rom.	= romeno
rum.	= romanche

PRÓLOGO

Procurei, com o presente trabalho, colaborar de alguma forma com o estudo das línguas neolatinas, sem pretender, no entanto, conferir ao mesmo um caráter de originalidade, mesmo porque, neste campo, inúmeras e riquíssimas são as obras elaboradas, fruto do trabalho árduo e especializado de grandes mestres da romanística.

Porque Almanaque

Almanaque, de acordo com a abalizada palavra de Frei João de Sousa, provém do árabe ***Almaná***, que significa calendário, folhinha. Deriva do verbo mana (***maná***), contar, numerar, calcular, definir, repartir por conta (SOUSA, 1789). Já o nosso etimologista Francisco da Silveira Bueno anota: "***s.m. Calendário, folhinha acompanhada de notícias curiosas e úteis anedotas***." Citando Bloch e Von Wartburg, o grande dicionarista brasileiro tende para o étimo grego ***almenikhiaka***, plural neutro, ***calendários***. Segundo ainda Silveira Bueno, a palavra árabe ***el-manakh*** foi intermediária entre o grego e o latim medieval ***almanachus*** e significa "lugar onde o camelo se ajoelha" (BUENO, 1974).

A etimologia mais segura parece ser esta: o termo ***al manah*** se encontra no ***Vocabulista in Arabico*** (léxico latim-árabe e árabe-latim), manuscrito anônimo do século XIII, conservado na Biblioteca Riccardina de Florença e publicado em 1871 por C. Schiaparelli, com o sentido de ***kalendarium*** (p. 196: ***manáh: cubile, kalendarium***; p. 447: ***Calendarium: manah-at***). A palavra ***almanaque***, de origem arábico-espanhola, só apareceu nos textos espanhóis na segunda metade do século XIV. Para os árabes da Espanha, significava as tábuas astronômicas que indicavam o modo de determinar o dia da semana e de transformar uma data qualquer de uma era em data correspondente numa outra era e determinar, num dia qualquer, a posição média do sol, da lua e dos cinco planetas principais (TAGLIAVINI, 1972).

Ainda no século XIII Roger Bacon (1220-1292), o célebre alquimista da ***Opus Majus***, cita a palavra na forma ***almanac*** (***sicut patet in expositione tabularum quae Almanac vocantur***).

Com Profatius, o Judeu de Montpellier (Provença), o termo penetrou no resto da Europa.

Voltando à palavra árabe: o sentido inicial de ***manah*** é, segundo o citado ***Vocabulista in Arabico***, leito, hospedaria; e mesmo ***local onde os camelos se ajoelham para descanso da caravana, carga e descarga*** (TAGLIAVINI, 1972).

Já na Síria e no Líbano, o termo tomou o significado de ***clima***.

Assim, creio que o termo se presta muito bem ao emprego que ao mesmo se dá hoje em língua portuguesa. Imaginemos as contas por fazer, os relatos por dar, as datas por lembrar, os números por catalogar, as histórias que repassar, quando da chegada ao ***cubile***, onde os camelos se abaixam a fim de que os caravaneiros desçam e descansem.

É certo que a etimologia é labiríntica, como são de igual modo intrincadas as veredas semânticas que se apresentam.

Espero que o leitor encontre nas páginas seguintes algo de ***utilidade***, ao mesmo tempo em que possa desfrutar de algum entretenimento ***divertido***.

Fortaleza, maio de 2000
Luciano Maia

CALENDÁRIO
(alguns dados históricos)

Por volta do ano 115, Suetônio (historiador latino, autor de ***A Vida dos Doze Césares***) já satirizava: ***Ad calendas graecas*** (para data nenhuma), porque as ***calendas*** eram o primeiro dia do mês romano, dia em que as contas eram pagas, e os gregos não tinham calendas...

Daí veio a palavra ***calendário*** (relativo às calendas). Hoje, um sistema de cômputo de um intervalo de tempo determinado (horas, dias, meses, anos, estações, décadas etc.).

Para os romanos, até o ano 153 a.C., o ano começava em 15 de março (homenagem a Marte, deus da agricultura, depois, da guerra) coincidindo com o início da primavera. Rômulo, o fundador da Cidade Eterna, teria sido o instituidor do primeiro calendário romano. Numa Pompílio, seu sucessor, procurou fazer concordar o calendário com o ano solar, introduzindo os meses de janeiro e fevereiro, homenageando ***Janus***, o deus bifronte, e as ***Februa***, as festas de purificação dos mortos.

O ***Concílio de Nicéia*** (ano 325) consagrou o calendário juliano, ao nele se basear para determinar o domingo de Páscoa, que deveria ser o primeiro dia depois da primeira lua cheia que se seguisse ao equinócio da primavera. Mas o excesso de 0,078 dias (11 minutos e 14 segundos) em um ano, ou seja, 3,12 dias em quatro séculos, em relação ao ano trópico, que é de 365,2422 dias, provocou o ***Concílio de Constança*** (1414), que demonstrou insatisfação com o calendário.

Em 1563, no ***Concílio de Trento*** recomendou-se a reforma do calendário, o que seu deu em 1582, pela bula ***Inter Gravissimas***, de 24 de fevereiro, do papa Gregório III. A partir, o calendário gregoriano.

ARS LATINA

Jo canto en Català, llengua també
nacida en este mundo de cultura;
en Français, belle langue qu´y est née
e anche in Italiano, addirittura.

El genio Castellano bien se ve
E o Português, que andou maior lonjura.
Et ainsi, de tous ces mots harmonisés
eu voi face o perfectă legătură.

Para tecer a lauda em que se mostre
tutto il valore delle lingue nostre,
caut în Română muza cea senină.

Pour louer très haut la verve de ces gens,
cantando as glórias de ontem e de amanhã
de la triunfante génesis Latina.

Este soneto, escrito pelo autor deste livro em 1974 (***Um Canto Tempestado***, 1982), continua a tradição de mesclar idiomas, iniciada provavelmente no século XII. Rambaldo de Vaqueiras, trovador provençal, em 1186 apresenta em seis estrofes de 14 versos e uma última de seis, o caso de um cavalheiro desprezado pela dama de sua paixão, utilizando o provençal para as 3 primeiras estrofes e uma variante literária genovesa para as estrofes restantes, justamente a resposta desdenhosa da dama.

Noutra composição de seis estrofes Rambaldo usa cinco línguas diferentes, uma para cada uma das cinco primeiras estrofes e todas cinco na estrofe de despedida. As línguas: provençal, italiano (genovês-lombardo) francês, gascão e galego-português.

AS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Do latim vulgar, levado por colonos, administradores e soldados, falado nas diversas províncias do império romano, surgiram as línguas românicas, que são, em suma, a continuação da língua latina, com diferenciações entre suas variedades de fala, desde a conquista daquelas regiões que formavam o vasto império romano.

A partir da Roma imperial, difundiu-se a língua latina para a Sardenha, Sicília, Hispânia, Gália, Nórica, Récia, Dácia etc., em épocas diferentes e em circunstâncias distintas, encontrando em cada região conquistada um substrato particular, o que ensejou a enorme fragmentação lingüística do império romano, mesmo antes de sua queda final no século V, aí pelo ano 476, tratando-se de sua porção ocidental.

Em diversas províncias, o latim não chegou a se impor como língua de uso corrente, como foi o caso da Grécia, da Judéia, da Britânia e de algumas regiões periféricas do domínio romano, sempre ameaçadas ou mesmo habitadas por povos ditos ***bárbaros*** (do grego: o que balbucia ou gagueja) e não conquistados para o orbe cultural romano.

A partir do século XV, quando as línguas românicas já se encontravam inteiramente formadas, começou sua expansão para além dos limites europeus, com a conquista do caminho para as Índias pelos portugueses e a descoberta de terras do Novo Mundo, em que portugueses e espanhóis, concorrendo com franceses, ingleses e holandeses, difundiram as línguas peninsulares para praticamente todo o globo terrestre.

As línguas românicas já foram objeto de estudo por parte de inúmeros lingüistas, entre os quais devemos destacar Friedrich Diez, considerado o pai da lingüística românica, Gaston Paris, Mayer-Lubke, Walter von Wartburg, Ramón Menéndez Pidal, Carlo Tagliavini, Iorgu Iordan, para citar apenas alguns dos nomes mais notáveis da longa lista daqueles que elaboraram obras de valor no campo desta ciência.

Uma classificação das línguas românicas proposta por K. Togeby eleva a quinze o número de idiomas neolatinos: sardo, romeno, dalmático, italiano meridional, toscano, italiano setentrional, friulano, reto-românico,

francês, franco-provençal, provençal, gascão, catalão, espanhol e português.

Com efeito, de acordo com a definição de A. Brun:

> ***Une langue est un dialecte qui a réussi, un patois est un dialecte que s'est dégradé... Le dialecte dégénère quand il ne s'écrit plus (...)*** (CAMPROUX, 1974)

Assim, todos os chamados dialetos ou patuás que, segundo a maioria dos lingüistas, são subdivisões das assim chamadas línguas românicas, poderiam ser considerados também línguas, desde que fossem escritos. No caso da Itália, por exemplo, quase todos os dialetos contam com uma literatura, ainda que bem modestas algumas delas.

E o que dizermos dos dialetos portugueses e espanhóis na África, na Ásia, na América? E o ***papiamento***, hoje utilizado pelos antilhanos holandeses como língua de expressão literária?

Para a classificação das línguas românicas, feita a partir de uma visão européia – portanto genética – os autores se dividem entre algumas teses. Para não nos alongarmos sobre o tema, hoje ainda não consensual, optamos pela classificação de Amado Alonso, uma das mais recentes, que agrupa as línguas «segundo o grau de fidelidade ulterior para com a tradição latina» (IORDAN & MANOLIU, 1972). O provençal representa um ponto nodal, entre as duas penínsulas (itálica e ibérica) e ao mesmo tempo entres estas e a França setentrional; o romeno é considerado língua à parte, não apenas por caracteres de fundo geográfico, como também de índole léxico-gramatical.

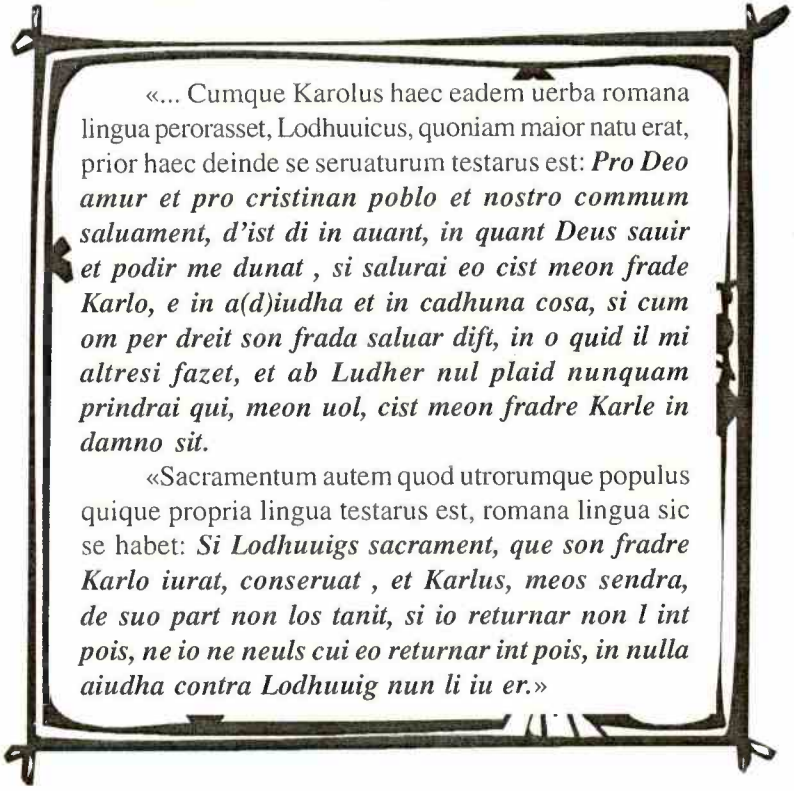
A ROMÂNIA

O termo ***Românía*** é empregado para designar os territórios onde se falam as línguas românicas.

Os idiomas que continuam hodiernamente o latim vulgar, ou seja, as línguas românicas ou neolatinas, podem hoje ser numerados da seguinte maneira (incluem-se aqui apenas as chamadas línguas nacionais com caráter de oficialidade):

Francês

Atestado desde o século IX. O mais antigo documento escrito em língua francesa é o ***Juramento de Estrasburgo***, datado de 14 de fevereiro de 842:

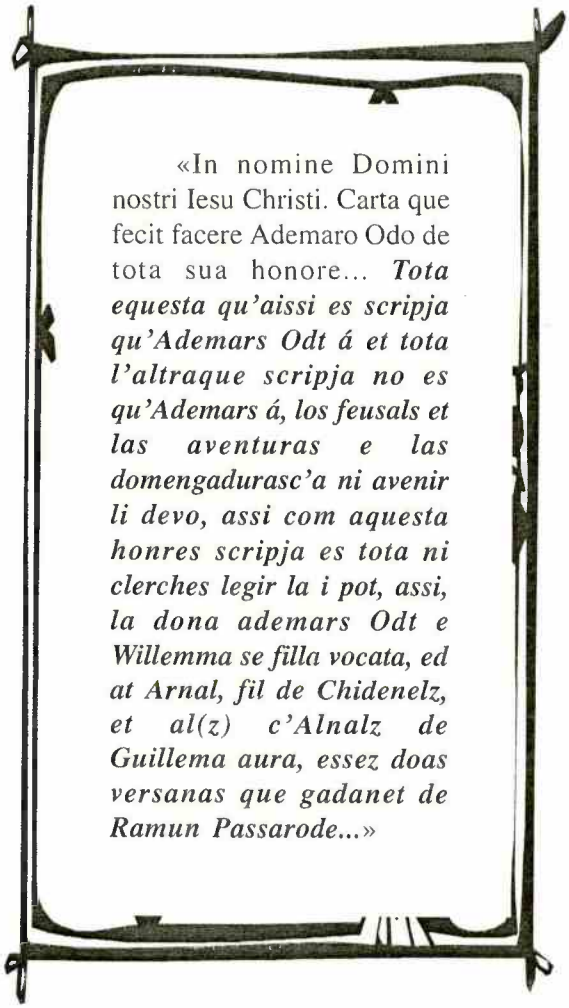


«... Cumque Karolus haec eadem uerba romana lingua perorasset, Lodhuuicus, quoniam maior natu erat, prior haec deinde se seruaturum testarus est: ***Pro Deo amur et pro cristinan poblo et nostro commum saluament, d'ist di in auant, in quant Deus sauir et podir me dunat , si salurai eo cist meon frade Karlo, e in a(d)iudha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son frada saluar dift, in o quid il mi altresi fazet, et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai qui, meon uol, cist meon fradre Karle in damno sit.***

«Sacramentum autem quod utrorumque populus quique propria lingua testarus est, romana lingua sic se habet: ***Si Lodhuuigs sacrament, que son fradre Karlo iurat, conseruat , et Karlus, meos sendra, de suo part non los tanit, si io returnar non l int pois, ne io ne neuls cui eo returnar int pois, in nulla aiudha contra Lodhuuig nun li iu er.***»

Provençal

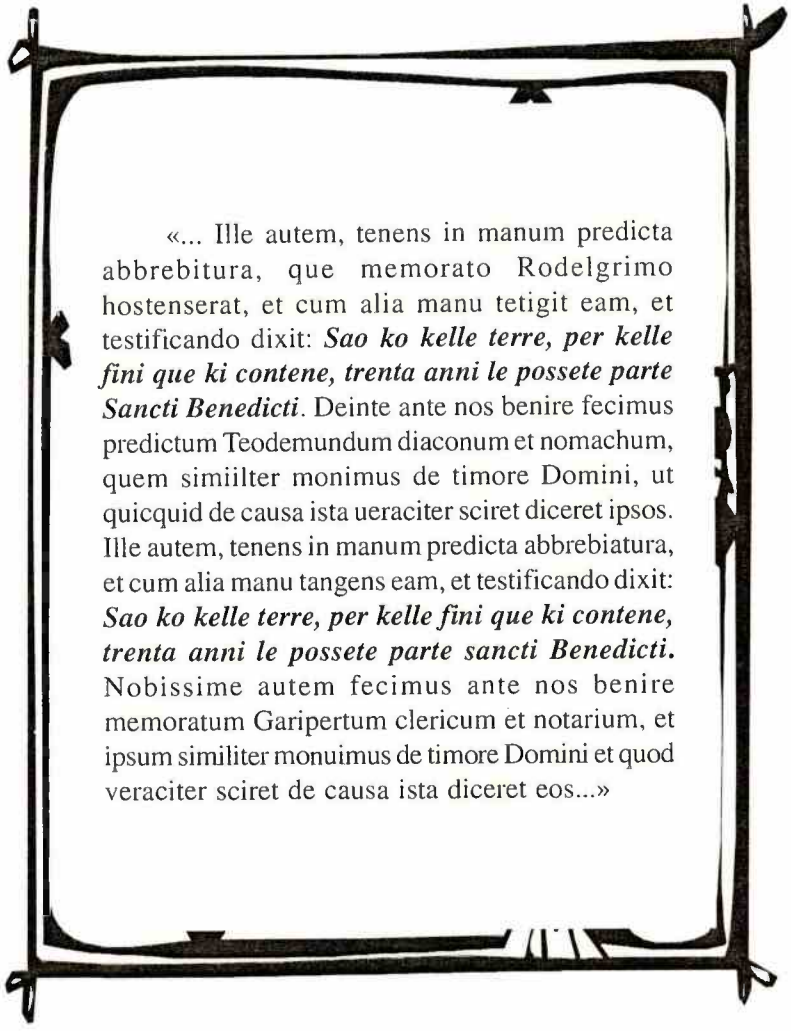
Atestado desde o século X. O mais antigo documento provençal é tido como sendo os juramentos de fidelidade que se referem ao castelo Lautrec, datado de 985. Mas o texto inteiramente provençal mais antigo é o manuscrito do Departamento de Rodez, datado de 1102:



«In nomine Domini nostri Iesu Christi. Carta que fecit facere Ademaro Odo de tota sua honore... ***Tota equesta qu'aissi es scripja qu'Ademars Odt á et tota l'altraque scripja no es qu'Ademars á, los feusals et las aventuras e las domengadurasc'a ni avenir li devo, assi com aquesta honres scripja es tota ni clerches legir la i pot, assi, la dona ademars Odt e Willemma se filla vocata, ed at Arnal, fil de Chidenelz, et al(z) c'Alnalz de Guillema aura, essez doas versanas que gadanet de Ramun Passarode...***»

Italiano

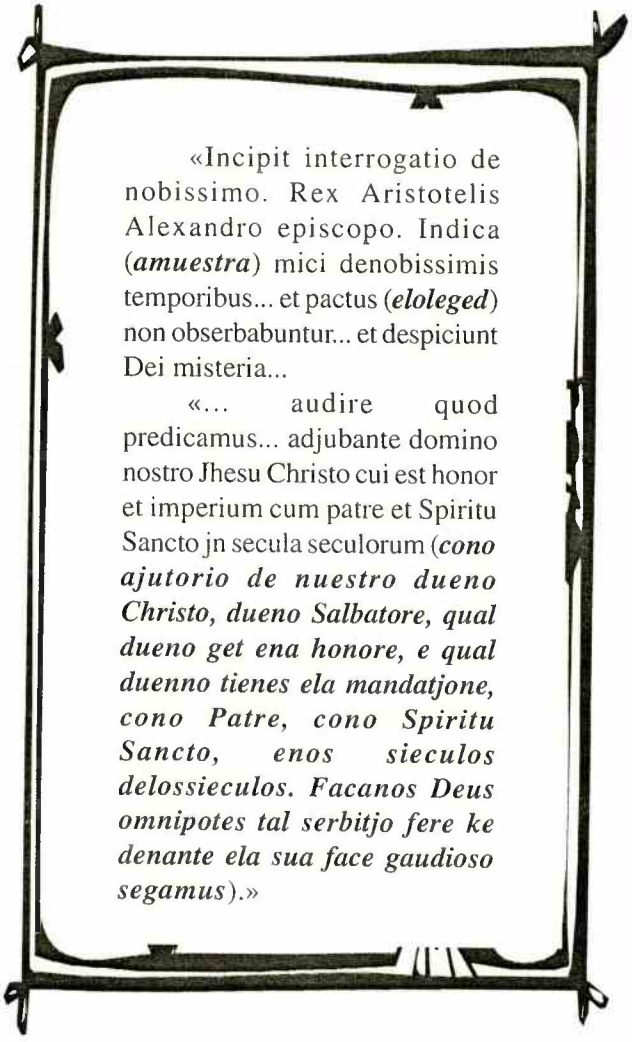
Atestado desde o século X. Geralmente se considera como primeiro documento redigido em italiano um texto com fórmulas de juramento, de Cápua, datado de março de 960:



«... Ille autem, tenens in manum predicta abbrebitura, que memorato Rodelgrimo hostenserat, et cum alia manu tetigit eam, et testificando dixit: ***Sao ko kelle terre, per kelle fini que ki contene, trenta anni le possete parte Sancti Benedicti***. Deinte ante nos benire fecimus predictum Teodemundum diaconum et nomachum, quem simiilter monimus de timore Domini, ut quicquid de causa ista ueraciter sciret diceret ipsos. Ille autem, tenens in manum predicta abbrebiatura, et cum alia manu tangens eam, et testificando dixit: ***Sao ko kelle terre, per kelle fini que ki contene, trenta anni le possete parte sancti Benedicti.*** Nobissime autem fecimus ante nos benire memoratum Garipertum clericum et notarium, et ipsum similiter monuimus de timore Domini et quod veraciter sciret de causa ista diceret eos...»

Espanhol

Atestado desde o século X. Segundo a maioria dos lingüistas, o mais antigo texto escrito em castelhano é um manuscrito proveniente do mosteiro de San Milán de la Cogola, província de Logroño, datado de 980:

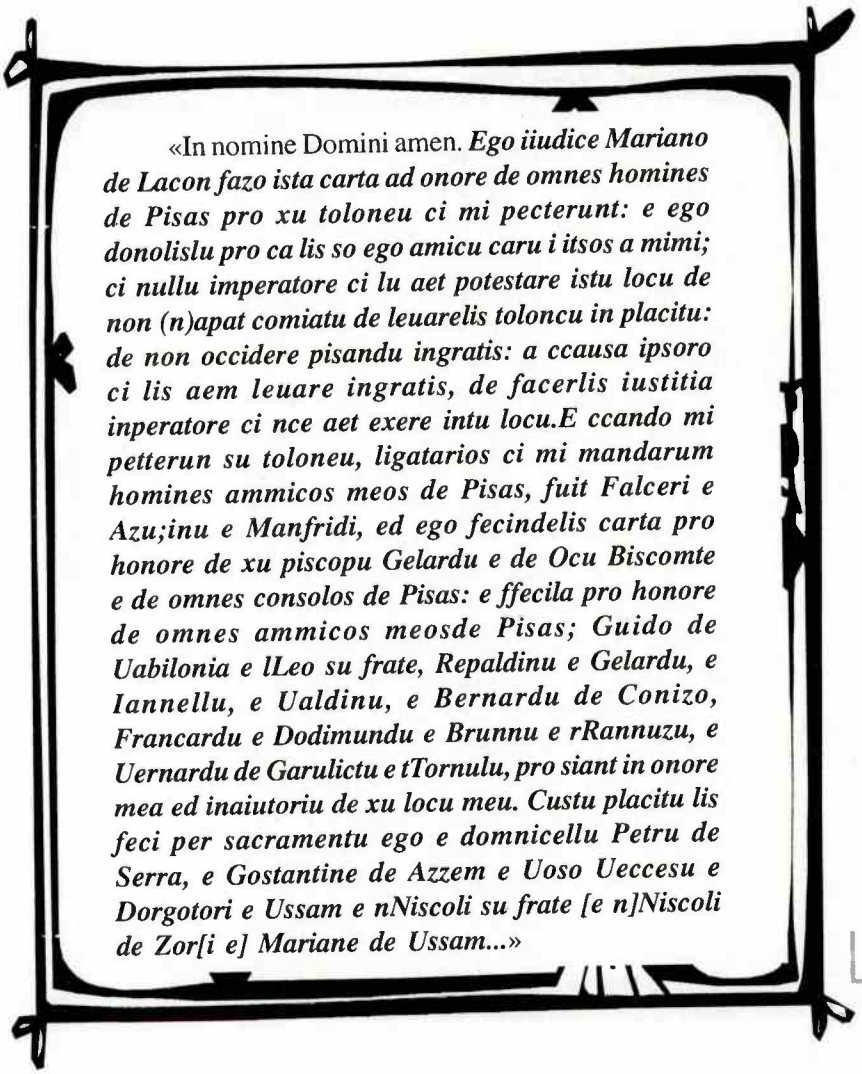


«Incipit interrogatio de nobissimo. Rex Aristotelis Alexandro episcopo. Indica (***amuestra***) mici denobissimis temporibus... et pactus (***eloleged***) non obserbabuntur... et despiciunt Dei misteria...

«... audire quod predicamus... adjubante domino nostro Jhesu Christo cui est honor et imperium cum patre et Spiritu Sancto jn secula seculorum (***cono ajutorio de nuestro dueno Christo, dueno Salbatore, qual dueno get ena honore, e qual duenno tienes ela mandatjone, cono Patre, cono Spiritu Sancto, enos sieculos delossieculos. Facanos Deus omnipotes tal serbitjo fere ke denante ela sua face gaudioso segamus***).»

Sardo

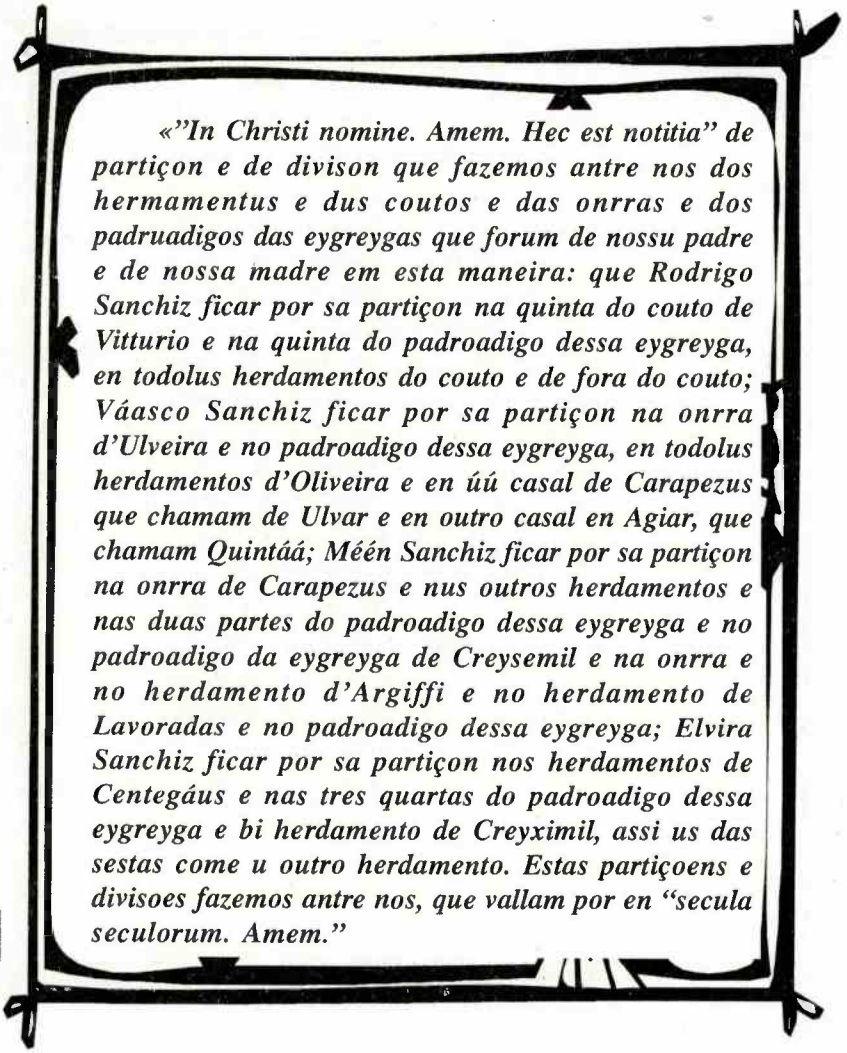
Atestado desde o século XI. Conservado no Arquivo de Pisa, encontra-se este texto, provavelmente o mais antigo em língua sarda, um privilégio logudorês, datado de 1080, aproximadamente:



«In nomine Domini amen. ***Ego iiudice Mariano de Lacon fazo ista carta ad onore de omnes homines de Pisas pro xu toloneu ci mi pecterunt: e ego donolislu pro ca lis so ego amicu caru i itsos a mimi; ci nullu imperatore ci lu aet potestare istu locu de non (n)apat comiatu de leuarelis toloncu in placitu: de non occidere pisandu ingratis: a ccausa ipsoro ci lis aem leuare ingratis, de facerlis iustitia inperatore ci nce aet exere intu locu.E ccando mi petterun su toloneu, ligatarios ci mi mandarum homines ammicos meos de Pisas, fuit Falceri e Azu;inu e Manfridi, ed ego fecindelis carta pro honore de xu piscopu Gelardu e de Ocu Biscomte e de omnes consolos de Pisas: e ffecila pro honore de omnes ammicos meosde Pisas; Guido de Uabilonia e lLeo su frate, Repaldinu e Gelardu, e Iannellu, e Ualdinu, e Bernardu de Conizo, Francardu e Dodimundu e Brunnu e rRannuzu, e Uernardu de Garulictu e tTornulu, pro siant in onore mea ed inaiutoriu de xu locu meu. Custu placitu lis feci per sacramentu ego e domnicellu Petru de Serra, e Gostantine de Azzem e Uoso Ueccesu e Dorgotori e Ussam e nNiscoli su frate [e n]Niscoli de Zor[i e] Mariane de Ussam...»***

Português (Galego-Português)

Atestado desde o século XII. Os primeiros textos lusitanos não se podem separar do galego, sendo a lírica trovadoresca galego-portuguesa o embrião do português propriamente dito. O mais antigo documento escrito em língua portuguesa deve ser um auto de partilhas datado do ano de 1192:

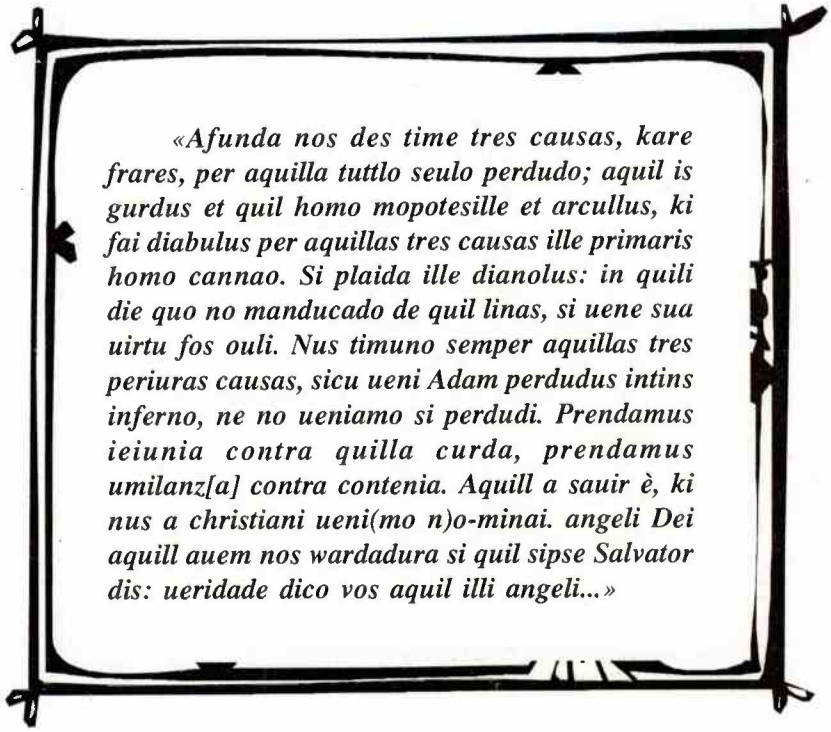


«"In Christi nomine. Amem. Hec est notitia" de partiçon e de divison que fazemos antre nos dos hermamentus e dus coutos e das onrras e dos padruadigos das eygreygas que forum de nossu padre e de nossa madre em esta maneira: que Rodrigo Sanchiz ficar por sa partiçon na quinta do couto de Vitturio e na quinta do padroadigo dessa eygreyga, en todolus herdamentos do couto e de fora do couto; Váasco Sanchiz ficar por sa partiçon na onrra d'Ulveira e no padroadigo dessa eygreyga, en todolus herdamentos d'Oliveira e en úú casal de Carapezus que chamam de Ulvar e en outro casal en Agiar, que chamam Quintáá; Méén Sanchiz ficar por sa partiçon na onrra de Carapezus e nus outros herdamentos e nas duas partes do padroadigo dessa eygreyga e no padroadigo da eygreyga de Creysemil e na onrra e no herdamento d'Argiffi e no herdamento de Lavoradas e no padroadigo dessa eygreyga; Elvira Sanchiz ficar por sa partiçon nos herdamentos de Centegáus e nas tres quartas do padroadigo dessa eygreyga e bi herdamento de Creyximil, assi us das sestas come u outro herdamento. Estas partiçoens e divisoes fazemos antre nos, que vallam por en "secula seculorum. Amem."

Os mais antigos documentos escritos em galego-português são as cantigas de amigo, as cantigas de amor, escárnio e mal-dizer. Segundo parece, a mais antiga cantiga de amigo conhecida data de 1199 e é atribuída ao rei D. Sancho I. O galego-português é o tronco de onde provém o português literário e a moderna língua galega.

Reto-românico

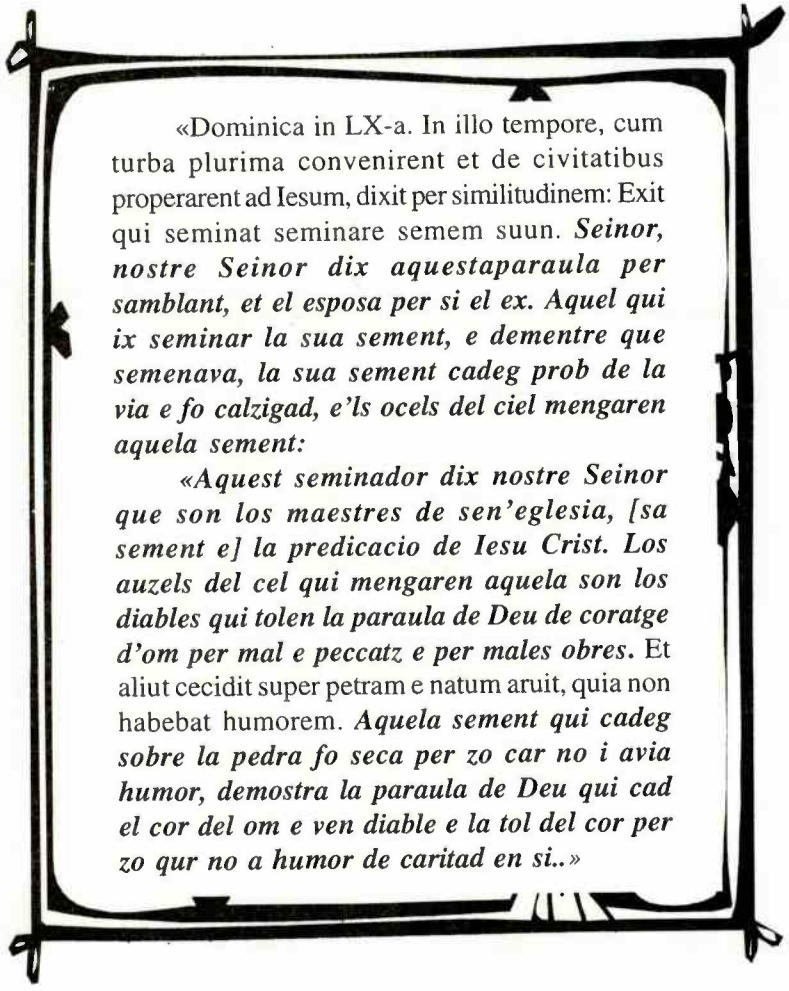
Atestado desde o século XII. O reto-românico apresenta três segmentos co-dialetais: o romanche, o ladino dos Dolomitas e o friulano. O primeiro texto escrito inteiramente em romanche é o fragmento de uma prédica do início do século XII que se encontra à página 154 do códice 199 da Biblioteca do Mosteiro de Disentis, na Suíça:



«Afunda nos des time tres causas, kare frares, per aquilla tuttlo seulo perdudo; aquil is gurdus et quil homo mopotesille et arcullus, ki fai diabulus per aquillas tres causas ille primaris homo cannao. Si plaida ille dianolus: in quili die quo no manducado de quil linas, si uene sua uirtu fos ouli. Nus timuno semper aquillas tres periuras causas, sicu ueni Adam perdudus intins inferno, ne no ueniamo si perdudi. Prendamus ieiunia contra quilla curda, prendamus umilanz[a] contra contenia. Aquill a sauir è, ki nus a christiani ueni(mo n)o-minai. angeli Dei aquill auem nos wardadura si quil sipse Salvator dis: ueridade dico vos aquil illi angeli...»

Catalão

Atestado desde o século XII. O primeiro texto escrito inteiramente em catalão parece ser representado por um fragmento de um livro de homilias da igreja de Organyà, diocese de Urgel, datado do fim do século XII:



«Dominica in LX-a. In illo tempore, cum turba plurima convenirent et de civitatibus properarent ad Iesum, dixit per similitudinem: Exit qui seminat seminare semem suun. ***Seinor, nostre Seinor dix aquestaparaula per samblant, et el esposa per si el ex. Aquel qui ix seminar la sua sement, e dementre que semenava, la sua sement cadeg prob de la via e fo calzigad, e'ls ocels del ciel mengaren aquela sement:***

«Aquest seminador dix nostre Seinor que son los maestres de sen'eglesia, [sa sement e] la predicacio de Iesu Crist. Los auzels del cel qui mengaren aquela son los diables qui tolen la paraula de Deu de coratge d'om per mal e peccatz e per males obres. Et aliut cecidit super petram e natum aruit, quia non habebat humorem. ***Aquela sement qui cadeg sobre la pedra fo seca per zo car no i avia humor, demostra la paraula de Deu qui cad el cor del om e ven diable e la tol del cor per zo qur no a humor de caritad en si..»***

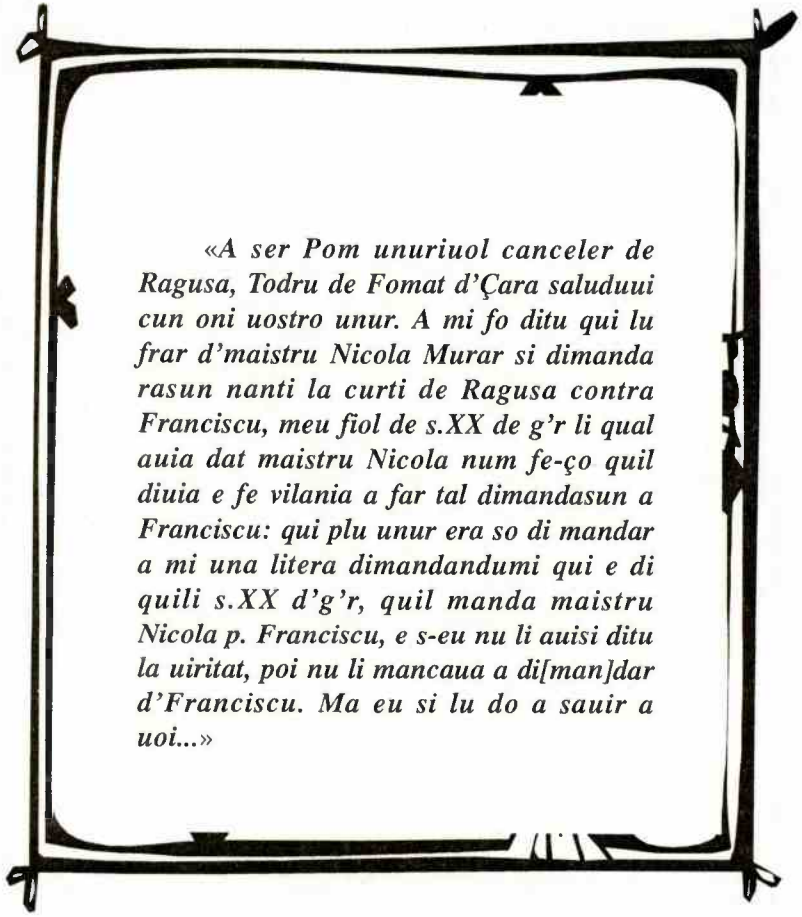
Romeno

Atestado desde o século XVI. O primeiro texto conhecido redigido em romeno, mas provavelmente não o mais antigo, é uma carta datada de 1521, do boiardo Neacsu de Câmpulung, dirigida ao Juiz Hans Benkner, de Braşov, dando conta de uma incursão dos turcos.

«I pak dau ştire domnietale za lucrul Turcilor, cum amu auzit eu că împăratul au eşit den Sofia şi aimintrea nu e, şi se au dus în sus pre Dunăre. I pak să ştii domniata că au venit un om de la Nicopoe de nie me au spus că au văzut cu ochii lui că au trecut ceale corabii ce ştii şi domniata pre Dunăre în sus. I pak să ştii că bagă den tote oraşele căte 50 de omin să fie în ajutor în corabii. I pak să ştii cumuu se au prinsu neşte meşter den Ţarigrad cum voru treace acceale corabii la locul cela strimtul ce ştii şi domniata. I pak spui domnietale de lucrul lu Mahamet beg cum amu auzit de boiare ce săntu megiiaş şi de genere-miu Negre cumu iau dat împăratul slobozie lu Mahamet beg pre io-i va fi voia pren Ţeara rumănească iară elu să treacă. I pak să ştii domniata că are frică mare şi Băsărabu de acel lotru de Mahamet beb mai vărtos de domniele vostre. I pak spui domnietale ca mai marele miu de ce amu înţeles, şi eu. Eu spui domnietale, iară domniata eşti înţeleptu şi aceste cuvinte să ţii domniata la tine, să nu ştie umin mulţi, şi domniele vostre să vă păziţi cum ştiţi mai bine. I Bog te veselit, amin.»

Dalmático

Atestado desde o século XIV. Observe-se que a língua dalmática foi aos poucos desaparecendo, em virtude do influxo do italiano (veneziano) de um lado, e do croata, de outro. O primeiro documento conhecido escrito inteiramente em dalmático é uma carta endereçada a um certo Ser Pon, chanceler de Ragusa, por Todru de Fomat, da cidade de Zara, datada de 1325:



«A ser Pom unuriuol canceler de Ragusa, Todru de Fomat d'Çara saluduui cun oni uostro unur. A mi fo ditu qui lu frar d'maistru Nicola Murar si dimanda rasun nanti la curti de Ragusa contra Franciscu, meu fiol de s.XX de g'r li qual auia dat maistru Nicola num fe-ço quil diuia e fe vilania a far tal dimandasun a Franciscu: qui plu unur era so di mandar a mi una litera dimandandumi qui e di quili s.XX d'g'r, quil manda maistru Nicola p. Franciscu, e s-eu nu li auisi ditu la uiritat, poi nu li mancaua a di[man]dar d'Franciscu. Ma eu si lu do a sauir a uoi...»

OS DOMÍNIOS LINGÜÍSTICOS ROMÂNICOS

La Langue Française

Un soir favorisé de colombes sublimes,
La pucelle doucement se peigne au soleil.
Aux nénuphars de l'onde elle donne un orteil
Ultime, et pour tiédir ses froides mains errantes
Parfois trempe au couchant leurs roses transparentes.
Tantôt, si d'une ondée innocente, sa peau
Frissonne, c'est le dire absurde d'un pipeau,
Flûte dont le coupable aux dents de pierrerie
Tire un futile vent d'ombre et de rêverie
Par l'occulte baiser qu'il risque sous les fleurs.

PAUL VALÉRY

«Pelo amor de Deus e pela salvação do povo cristão e da nossa comunidade, de hoje em diante, enquanto Deus me der saber e poder...» Eis o início do Juramento de Estrasburgo, que foi redigido em duas línguas (germânica e francesa), para ser compreendido tanto pelos súditos de Carlos, o Calvo, como pelos de Ludovico. Isso se deu em fevereiro de 842.

Esse documento é tido como o mais antigo texto expresso, por um lado, integralmente numa língua românica.

O francês, ***la langue d'oil*** (oil = oui) teve sua origem no dialeto de Île de France, em Paris.

Estende-se, na Europa, pela parte setentrional do antigo domínio galo-românico, ou seja, a antiga Gália. Ocupa, portanto, a parte norte da França, exceto a Bretanha; a parte sul da Bélgica; na Suíça, a parte ocidental, ou seja, o Jura. É hoje a língua oficial da Córsega. Fora da Europa, o francês é a língua oficial da província de Québec (Canadá) e segunda língua oficial do resto desse país e ainda do território francês ultramarino de Saint Pierre et Miquelon, na costa atlântica do Canadá; língua oficial do Haiti, Guiana Francesa, várias das pequenas antilhas, na América Latina; língua oficial de vários países africanos; da República Malgaxe; das Ilhas Reunião, no Oceano Índico; e ainda segunda língua oficial de vários países do Oriente Médio.

O francês goza de imenso prestígio literário, em todo o mundo, mercê do trabalho de grandes escritores, como Balzac, Pascal, Racine, Molière, La Fontaine, Voltaire, Rousseau, Victor Hugo, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Baudelaire e muitos outros, expoentes da literatura universal.

A língua francesa apresenta vários dialetos e formas regionais de falar. A par disso, podemos considerar o gascão e o franco-provençal como idiomas surgidos diretamente do latim, mas desde muito tempo expostos à influência direta do francês. O gascão, tido por alguns lingüistas como dialeto provençal, faz ponte entre o francês e o provençal, apresentando, porém, particularidades de cunho ibérico, que o aproximam dos dialetos aragonês e aranês (Espanha); o franco-provençal, entre o francês e os dialetos norte-italianos (alpinos).

Os outros dialetos franceses, como o picardo e o normando, ao norte, que experimentaram algum prestígio na Idade Média; o bourbon, o orleanês, ao sul, além do champanhês, valão, lorenês, estão hoje praticamente desaparecidos, sendo considerados como ***patois***.

La Lenga Provençala (Lengadocian)

Quand vei la lauseta mover
De joi sas alas contra'l rai,
que s'oblid' e's laissa chaser
Per la douçor qu'al cor li vai,
Ai làs, quala enveja me'n ven
De cui qu'ieu veja jausiond!
Meravilhas ai, care desse
Lo cor de desirer no'm fond.

BERNART DE VENTADORN

A língua provençal, antes mesmo do surgimento dos cancioneiros medievais, aparece, em palavras isoladas, em documentos dos séculos VII-IX, onde aqui e ali podem-se detectar palavras que comprovam a individualidade do vulgar da Provença.

A lírica trovadoresca foi um prestigioso instrumento de difusão do provençal, fora do território em que se fala a língua, como foi o caso da Itália, Sicília e Catalunha.

O provençal é falado no sul da França, na Provença, e departamentos vizinhos. A denominação de ***provençal*** não é bem adequada, uma vez que a língua excede os limites da Provença propriamente dita. Mas tem seu significado histórico, porque era o idioma românico da ***Provincia Narbonnensis***, ao tempo do império romano, com o centro em Narbonna.

A chamada língua ***d'oc***, denominação devida ao advérbio de afirmação ***oc*** (= sim), conheceu uma florescente literatura na Idade Média, que lentamente foi cedendo lugar ao francês literário, por razões políticas, desde o século XIV. A partir de meados do século XIX, entretanto, retomou-se a escrita provençal, por iniciativa de grandes autores, liderados por Frédéric Mistral, que instituíram o ***Félibrige*** (21.05.1854), movimento em defesa da língua e da literatura provençal.

O termo ***félibrige*** teria seu étimo em latim tardio ***fellibris*** que significa o amamentando, o que mama, derivado do verbo ***fellare***, sugar. Os sete provençais que instituíram o ***Félibrige*** designaram-se, assim, como aqueles que se alimentam da fonte original da ciência, provavelmente em alusão ao genuíno idioma provençal, para eles o seio da expressão materna.

É de ressaltar que o ***Félibrige*** inspirou movimentos semelhantes em nações românicas, como a Catalunha, a Galiza e a Romênia. Na Catalunha, com a fundação dos ***jocs florals***, em 1859; na Galiza, com a criação dos ***xogos floraes***, em 1861; e na Romênia, o poeta Vasile Alecsandri aderiu ao movimento, com o poema ***Canto da Gente Latina*** (***Latina gintă e regină***...) traduzido para o provençal pelo próprio Mistral.

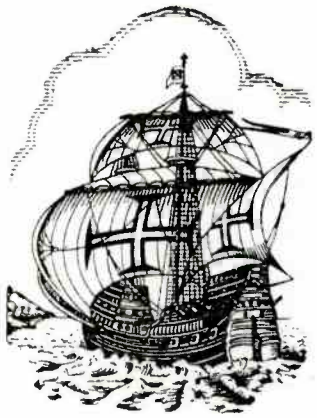
O ***Félibrige*** existe ainda, apesar dos multimeios em língua francesa.

Frédéric Mistral, consagrado com o Prêmio Nobel de Literatura de 1904, autor de ***Mirela***, 1859; ***Calendário***, 1867 e de ***O Poema do Ródano***, 1897, é a maior expressão da literatura provençal, a partir do

Félibrige. Entre seus seis companheiros, se destacaram Joseph Roumanille e Théodore Aubanel, autores de poemas líricos da mesma estatura do autor de ***Mirela***.

Hoje, considera-se que o provençal está dividido em cinco dialetos: linguadociano (central e considerado o mais apto à escrita), provençal propriamente dito, gascão, limusino e alvernês. Contrariamente ao provençal de Frédéric Mistral, o ***occitano*** (língua d'oc) contemporâneo não usa a terminação **-o** para o feminino, como foi escrita a bela obra ***Mirela***. O próprio Mistral, em carta de 9 de outubro de 1853 a Anselme Mathieu, observava: «Por muito tempo, a propósito da ortografia, tenho caído no mesmo erro que Romanille e seus amigos. Como eles, eu imaginava francamente que a ortografia provençal devia se basear unicamente na província...» A atual grafia, muito mais atenta à unidade histórica e geográfica da Occitânia, foi proposta por Louis Alibert.

A Língua Portuguesa



Por isso, descem as aves
de distantes céus intactos
sobre corpos sem socorro,
pela sombra apunhalados;
por isso nascem capelas
no mudo espanto dos matos,
onde rudes homens duros
depositam seus pecados.
Por isso, o vento que gira
assombra as onças e os veados:
que seu sopro, antigamente,
era perfume tão grato,
e, agora, é cheiro de morte,
de feridos e enforcados...

CECÍLIA MEIRELES

É comum aceitar-se que ao final do século VIII a língua portuguesa (ou galego-portuguesa) já estava constituída, diferente do latim vulgar que a engendrou e dos demais romances peninsulares ibéricos. Esse é o protoportuguês, que se pode observar nas documentações em latim bárbaro, ou seja, após a queda do império romano do Ocidente.

Num documento em latim bárbaro, datado de 1161, o escrivão introduziu uma frase inteira cujos componentes são já galego-portugueses: ***deslo rivollo até no rego que vai porla vila***.

As invasões germânicas (século V) e a invasão moura (século VIII) marcaram profundamente a futura feição da língua galego-portuguesa.

A língua portuguesa teve seu berço na Galiza, território ao norte de Portugal, a partir da Reconquista, ou seja, com a emancipação das terras que se encontravam em poder dos árabes, que invadiram a península no ano de 711 e dali só foram definitivamente expulsos em 1492, com a queda do califado de Granada, na Andaluzia.

É comum, portanto, o emprego de ***galego-português*** para designar esta língua, mesmo porque, tratando-se de textos antigos, não há como separar os dois idiomas. Na realidade, foi em galego-português que se redigiram os primeiros documentos e os primeiros textos literários no oeste da península ibérica, inclusive na corte de Madrid, o que atesta o enorme prestígio de que desfrutava a nossa língua na Idade Média.

Dom Afonso X, o Sábio, rei de Castela, usou a língua galego-portuguesa para os seus escritos, poemas líricos, profanos e religiosos de grande beleza. Ademais, foi em galego português que poetaram muitos outros escritores medievais da Espanha e mesmo de outras nações, como a Itália!

Com a independência de Portugal, por Dom Afonso Henriques, em 1147, o português se propagou a partir do norte e se mesclou com os falares neolatinos do sul da Lusitânia, os chamados ***romanços moçarábicos***, passando, aos poucos, a formar o idioma português propriamente dito (cerca de 1350), que difere algo do galego original, que, por assim dizer, fossilizou velhas formas arcaicas e regionalismos da língua, ainda hoje em uso pelos escritores galegos.

A língua portuguesa, no auge das conquistas marítimas, se propagou pelos cinco continentes. Até mesmo na longínqua Oceania, na Ilha de Timor, até recentemente sob domínio da Indonésia, a língua de Camões

é escrita e falada. (Fruto de um plebiscito entre os timorenses em 1999, o Timor-Leste é hoje independente.)

Atualmente, o idioma português desfruta de grande prestígio internacional, tendo sido recentemente adotado pela Organização das Nações Unidas como língua de trabalho, a par do chinês, inglês, russo, francês, árabe e espanhol.

O Brasil é o maior país de língua portuguesa, responsável por mais de 3/4 dos falantes da nossa língua. Some-se a isso o fato de não contarmos com dialetos em nosso vasto território, sendo perfeitamente inteligível a fala de um cearense do Vale do Jaguaribe a um gaúcho de Bajé ou a um carioca de Ipanema, e ***vice-versa***.

O português do Brasil é, isto sim, um idioma extremamente enriquecido com os aportes indígenas e africanos, que modelaram, deram um retoque final à nossa língua, enchendo-a de graça e suavidade.

Vários dialetos subsistem, porém, no português continental, ou seja, europeu. Em Portugal, cumpre citar os dialetos do Minho, de Trás-os-Montes, da Beira, da Extremadura, do Alentejo e do Algarve. Depois, os dialetos insulares da Madeira e dos Açores, além dos falares crioulos de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Senegal, Cabo Verde, Angola e Moçambique, na África. Citamos ainda o português de Macau (China), os quase extintos dialetos de Diu, Damão e Goa, na costa ocidental da Índia e o dialeto português de Malaca. Recentemente, Timor-Leste tornou-se independente. Espera-se que aí o português ganhe novo impulso, como língua oficial. Há ainda o judeu-português da Holanda, parcialmente utilizado pelos descendentes dos hebreus que foram expulsos de Portugal no século XVI e ali se estabeleceram.

A língua portuguesa é ainda utilizada por núcleos de imigrantes, principalmente nos Estados Unidos, onde possuem um jornal (há também jornais dirigidos a brasileiros), no Canadá, na Venezuela, além de aproximadamente 1 milhão de portugueses hoje residentes na França, principalmente em Paris.

Por fim, lembremos que o ***papiamento*** (do português ***papear***), provavelmente uma das mais novas línguas literárias do mundo, tem um fundo lexical português-espanhol, com cerca de 45%, contra cerca de 25% de holandês e o restante de línguas africanas, do francês e do inglês. Sua estrutura gramatical é, entretanto, predominantemente africana.

Há hoje, nas Antilhas Holandesas (Curaçao, Bonaire e Aruba) um movimento visando à normatização do ***papiamento***, por intermédio do ***Instituto Lingwistiko Antiano***, com sede em Willemstad, capital das Antilhas Holandesas.

Ressalte-se ainda que, ao contrário do que ocorre com outros falares crioulos do Caribe, o ***papiamento*** conta com uma expressiva literatura já desde o século XIX.

A figura canônica da literatura em língua portuguesa é Luís Vaz de Camões e a obra é ***Os Lusíadas***. Mas os nomes que dignificam uma e outra (a língua e a literatura) são incontáveis. Citemos um nome apenas: José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura de 1998.

A Lingua Galega

Loita a tarde nos cores derradeiros,
o hourizonte é un ensono de imposibilidade,
os cristos prometeos dos cruceiros
pensan na súa soedade.
Na campá invisíbel cousas mortas,
os pinos sonantes abalentos,
nas corredoiras
adiviñadas fondas e tortas,
unha voce dun carro de anguria.
As primeiras estrelas
teñen un frío cadaverento.
Revoa un fracaso de arelas.
O esprito estende un instinto amigante.
De quén é ista tristura?
Apalpo unha fuxida.
Presinto un desacougo que perdura.
O esprito estende un instinto amigante.
Con quén laian as almas das cousas?

MANUEL ANTONIO

Como vimos, o galego-português foi a língua de maior prestígio na Península Ibérica, quando do florescimento da lírica trovadoresca.

Em seus primórdios, não há como distinguir entre galego e português. Mas, com a independência de Portugal, foi-se aos poucos distanciando o idioma dos lusitanos da fonte original galega, em virtude do prestígio sempre crescente dos portugueses em suas conquistas marítimas, em oposição à marginalização imposta à Galiza, que se tornou mera província espanhola, sem autonomia, e cuja língua passou a sofrer influência direta do castelhano, que a dominou cultural e politicamente.

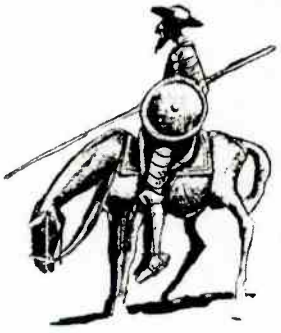
O ressurgimento (***rexurdimento***) galego só veio a se dar no século XIX, mercê do trabalho de escritores como Eduardo Pondal (1835-1917), Rosalía de Castro (1837-1885), Manuel Curros Enríquez (1851-1908), Ramón Cabanillas (1876-1959) e outros nomes de grande importância para a moderna literatura galega.

Muitos lingüistas, ainda hoje, não fazem distinção entre galego e português. Mas acredito que, principalmente a partir da última metade desta centúria, por força de um trabalho realizado por novos gramáticos e dicionaristas da Galiza, há que se separar as duas línguas, mesmo porque existe uma clara e deliberada intenção por parte dos atuais escritores e lingüistas galegos de que assim seja, não obstante perdurarem tentativas, bastante encorajadas pelos portugueses, de que se considerem os dois idiomas ***co-dialetais***.

De qualquer maneira, é certo que existe um considerável léxico galego, (os chamados ***termos enxebres***) hoje inteiramente desconhecidos em Portugal e muito mais ainda no Brasil e na África. A par disso, o rádio e a televisão são hoje, na Galiza, instrumentos de difusão da língua galega, que voltou a ser ensinada nas escolas primárias galegas e mesmo nas universidades.

Por último, lembremos as comunidades galegas de Cuba e Venezuela, que procuram manter com a Europa um vínculo de sobre-existência.

La Lengua Española



Alma a quien todo un dios prisión ha sido,
venas que humor a tanto fuego han dado,
medulas que han gloriosamente ardido,
su cuerpo dejará, no su cuidado;
serán ceniza, mas tendrá sentido;
polvo serán, mas polvo enamorado.

FRANCISCO DE QUEVEDO

O fator de maior importância para a formação e evolução do romance ibérico foram, sem dúvida, as invasões germânicas (visigodos, suevos e alanos) a partir do século V.

Com a chegada dos germânicos, romperam-se de vez os laços, àquela altura já tênues, da península ibérica com o resto do mundo latino.

Os elementos de substrato, como o ibérico, o celta, o cartaginês, são muito escassos e apenas no léxico se podem detectar. Mesmo mesmo assim, estes termos foram preservados através do latim peninsular.

A partir de meados do século VII, encontramos inscrições em latim vulgar que apresentam diferenças marcantes do latim que deverá ter sido utilizado quando as relações com Roma eram intensas e constantes.

Com a chegada dos árabes e sua permanência por quase oito séculos na Ibéria, dá-se a conformação final do que virão a ser as línguas espanhola, galego-portuguesa e catalã.

A língua castelhana, hoje conhecida, fora da Espanha, como língua espanhola, foi conquistando a península ibérica a partir do norte de Castela-a-Velha, dos montes cantábricos, entre as cidades de Santander e Bilbao, alcançando Burgos, ao sul, até chegar a Madrid e daí se espalhar para outras províncias e regiões. Isso se deu a partir do século XII e início do século XIII.

O domínio lingüístico castelhano abarca praticamente todos os continentes. Na Europa, a Espanha é a grande representante do gênio da língua, com figuras da estatura de Miguel de Cervantes, Francisco de Quevedo, Miguel de Unamuno (que era basco e se dizia o mais espanhol dos espanhóis), Federico García Lorca e outros monstros sagrados da literatura espanhola.

Na América do Sul, onde o idioma é praticamente onipresente, já que, com exceção do Brasil e das Guianas, todo o resto do continente fala ou compreende o espanhol, sem falarmos na simpatia geralmente nutrida pelos brasileiros pela língua de Pablo Neruda, Jorge Luis Borges, Gabiel García Márquez e outros criadores nesta língua. Grande é a repercussão da literatura em espanhol, em nível internacional. Também na África (Sahara Espanhol, Marrocos, Ilhas Canárias, praças de Melilla e Ceuta), há um importante contingente de fala espanhola. Na Ásia, nas Filipinas, o espanhol é ainda utilizado como língua comum entres alguns falantes do tagalog e do inglês.

O México, na América do Norte, é o maior país de população hispanofalante e pode ser considerado como produtor de uma excelente literatura com nomes como Carlos Fuentes e Octavio Paz, dentre outros.

Citemos a América Central, com nomes como Miguel Ángel Asturias (Guatemala), Ernesto Cardenal (Nicarágua) e o Caribe, com expressões literárias do nível de José Martí e Nicolás Guillén.

Afora os dialetos das regiões históricas da Espanha, como o asturiano-leonês, o andaluz ou o aragonês (este mesclado com o catalão), o espanhol é relativamente uniforme, salvo alguns falares regionais na África e na América Latina e, ainda, o judeu-espanhol dos Bálcãs (principalmente Salônica, na Grécia). Com relação ao judeu-espanhol, cabe referir a literatura que se produz atualmente nessa vertente hispânica, que dá mostras de grande vitalidade.

Na Argentina, especialmente, houve quem, nas primeiras décadas deste século falasse em língua argentina, provavelmente em virtude da grande vitalidade do falar gauchesco, que hoje vai perdendo terreno para o espanhol-padrão. Como no caso do português do Brasil, o espanhol da América Latina, em relação ao da Espanha, apresenta muitos acréscimos indígenas e africanos, além de termos emprestados ao anglo-americano.

Hoje, os Estados Unidos são o quarto país de fala espanhola em todo o mundo, atrás somente de México, Espanha, Colômbia e Argentina.

La Llengua Catalana

Eterna, noble, una paraula
en l'arrelada sequedat.
Ara, llum vell, ets apagat,
i ja ningú no seu a taula.
La veritat ens sembla faula,
es romp al nu roquer del cant.
En trossejats vents de l'espant
dansem el boig i la barjaula.
Alliberats, ens hem lliurat,
sota podrits dits de mesell,
al ball del crim. Volta el penell,
mai no parem, car l'amo čs ell.
Endins del glaç d'uns ulls d'ocell,
aguait de forques, dels alçats
braços dels arbres dels penjats.

SALVADOR ESPRIU

Os documentos em latim medieval na Catalunha vêm entremeados de termos e até expressões em catalão, desde o século XI. A partir de 1150 fazem-se cada vez mais numerosos esse documentos.

O processo de formação da língua catalã é semelhante ao do galego-português e do espanhol: os fatores que intervieram aqui e ali são, ***mutatis mutandi***, os mesmos.

Segundo Joan Coromines, na Idade Média, quando a Catalunha e terras irmãs formavam um país independente, o castelhano, nunca designado como espanhol, surge nos documentos ao mesmo tempo que o catalão, e não era nem menos rude nem mais usado por escrito que o seu vizinho oriental (COROMINES, 1976).

O catalão, que os antigos autores vernáculos chamavam ***llemosí*** (= ***limosino***), é a língua de Andorra, da Catalunha, do País Valenciano, das Ilhas Baleares, do Roussillon (França) e da cidade de Alguero, na Sardenha.

Fora da Europa, sabe-se ser bastante numerosa a colônia catalã em Cuba, assim como nos Estados Unidos.

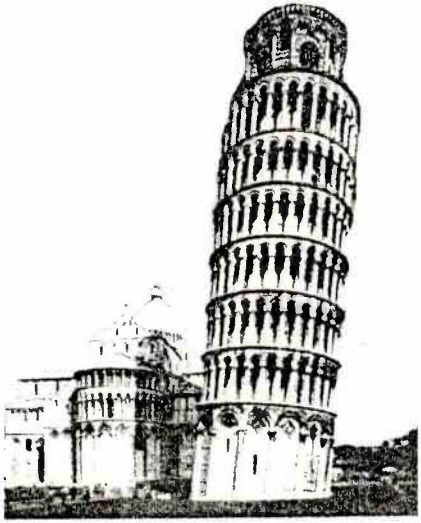
Até o final do século passado, muitos lingüistas apontavam o catalão como sendo a continuação do provençal. Hoje, a moderna lingüística o tem como verdadeira língua românica, surgida diretamente do latim.

Dentro da Catalunha, na província de Lérida, em Vale de Arán, fala-se um dialeto gascão do tipo arcaico, o aranês. O dialeto de Aragão se acha entre o castelhano e o catalão. A língua catalã pode ser dividida, ***grosso modo***, em catalão ocidental, catalão oriental, catalão baleárico e catalão do País Valenciano, este com algumas diferenças fonéticas e morfológicas mais acentuadas em relação ao catalão-padrão.

A literatura catalã é rica e prestigiosa: nomes como Ramón Llull, Pompeu Fabra, Jacint Verdaguer, Joan Maragall e Salvador Espriu, dignificam as letras catalãs.

É de ressaltar o salutar hábito catalão de editar livros com tiragens gigantescas, o que, sem dúvida, é um suporte para a vitalidade da língua.

La Lingua Italiana



Amore, mio giovane emblema,
Tornato a dorare la terra,
Diffuso entro il giorno rupestre,
È l'ultima volta che miro
(Appié del botro, d'irruenti
Acque suntuoso, d'antri
Funesto) la scia di luce
Che pari alla tortora lamentosa
Sull'erba svagata si turba.
Amore, salute lucente,
Mi pesano gli anni venturi.
Abbandonata la mazza fedele,
Scivolerò nell'acqua buia
Senza rimpianto.

GIUSEPPE UNGARETTI

O embrião da língua italiana já se encontrava nos textos em baixo latim, mas apenas de forma esporádica e não integral, ou seja, textos em latim medieval permeados de vulgarismos.

A adivinha de Verona (o célebre ***indovinello veronese***), objeto de muitos estudos é, de acordo com o parecer de respeitáveis autores, não um documento italiano, mas ***latino vulgar***, ainda que de origem erudita, provavelmente clériga.

A língua de Dante, Boccacio e Petrarca deve justamente a este trio de escritores florentinos a sua normatização. Impôs-se o dialeto florentino (toscano) como a língua literária italiana, em virtude mesmo do enorme prestígio desses escritores, que escreveram em toscano.

Mas na Itália perduraram as escritas dialetais, por força da fragmentação lingüística em território italiano. É bom lembrarmos que a criação do Estado italiano unificado deu-se em 1870, portanto, há pouco mais de um século. Dessa forma, são abundantes as publicações em dialetos, ainda hoje, apesar do ensino do italiano nas escolas, em todos os graus.

A língua italiana é falada na península itálica, na Sicília, na Sardenha e na Córsega, importantes ilhas do Mediterrâneo (a última pertence à França desde 1768, pelo tratado de Versailles assinado entre franceses e genoveses); na ilha de Malta e ainda em pequenas ilhas em torno da Itália, assim como em algumas cidadezinhas da península da Ístria, hoje pertencente à Iugoslávia e na Suíça (Ticino e parte dos Grisões).

Os dialetos italianos demonstram ainda hoje muita resistência. Escreve-se em siciliano, calabrês, napolitano, corso, aretino, romanesco, emiliano, genovês, piemontês, milanês, veneziano... Bom, é bastante que lembremos aqui que alguém intentou uma tradução de uma novela de Boccacio em nada menos que 700 dialetos!

Estuda-se o italiano em praticamente todo o mundo, em virtude da enorme importância das obras dos juristas italianos (Calamandrei, Del Vecchio etc.).

Nos Estados Unidos e no Canadá, onde são grandes as colônias italianas, o idioma é usado à margem dos idiomas oficiais, em pequenas comunidades urbanas.

Também na costa setentrional africana utiliza-se ainda hoje o italiano como língua de segunda importância.

Na América Latina, em cidades como Buenos Aires, Montevidéu e São Paulo, entre outras de menor importância, a língua italiana é também ouvida, geralmente em vertentes dialetais. A linguagem mímica nessas cidades é uma herança italiana; e o sotaque portenho é um sotaque de acento italiano, assim como o do bairro do Bexiga, em São Paulo.

Sa Limba Sarda

Pro render notu cantu de amenu,
de bell'e gloriosu regnat solu
in su coro de s'omine terrenu.
Su tintinniu de su rusignolu
chi ponet sa campagna in armonia
e lassat su poeta in oriolu.
Pro sos astros de mistica genia
e pro sa luna pallida in s'altura
si prodigat sa bella poesia.

RAFFAELE CASULA

Em termos de textos antigos, a ilha da Sardenha é a parte da Itália que apresenta o mais abundante e homogêneo material lingüístico. Tanto assim, que se indagam os filólogos e lingüistas sobre esse fenômeno; talvez a explicação, observa Carlo Tagliavini, seja o fato da pouca difusão do latim na ilha, durante a Idade Média, o que obrigou a que, mesmo os documentos jurídicos, fossem redigidos em sardo, a fim de serem lidos e compreendidos (TAGLIAVINI, 1972).

De todos os idiomas românicos, o sardo é o mais conservador, ou seja, o que mais guarda os caracteres latinos, tanto na morfologia quanto no léxico e na sintaxe. Isso se deve, em parte, ao isolamento a que esteve sujeita a Sardenha, durante séculos, sem a influência de idiomas afins.

Atualmente, o sardo se encontra sob o influxo do italiano literário. Na verdade, somente o dialeto logudorês, também chamado ***sardo ilustre*** (da região de Logudoro, tendo a cidade de Nuoro como principal centro difusor) pode ser considerado o sardo por excelência, isento de influência externas. O campidanês, ao sul da ilha, é influenciado pelos falares italianos meridionais; o galurês é substancialmente um dialeto corso, assim como o sassarês, de tipo toscano. Em sardo logudorês estão escritos os mais genuínos poemas sardos, sendo a língua que mais se cultiva na Sardenha, ou seja, a de maior prestígio.

Há hoje uma crescente literatura em língua sarda.

Língua Dálmata

Vòstiru fiol Firancisch saluta in Anchona.
(De uma carta datada de 1397)

Num inventário ragusano (de Ragusa, na costa da Dalmácia, hoje a cidade de Dubrovnik, Croácia) de 1280, podem-se ler muitas palavras românicas de natureza claramente dalmática, mas ainda não organizadas em sentenças.

Duas cartas remetidas da cidade de Zara são, até hoje, os mais antigos textos conhecidos, redigidos inteiramente em dalmático.

O dalmático, língua românica falada até o final do século passado na costa adriática hoje pertencente à Croácia, nos oferece muito poucos registros literários.

O estudo do dalmático se faz hoje apenas como auxiliar na lingüística comparada, na gramática histórica; a reconstituição dessa língua pôde em parte ser feita, graças ao trabalho do lingüísta Matteo Bartoli (1873-1946).

O dalmático era falado em Ragusa (Dubrovnik, em língua croata), em Zara e, mais ao norte, na ilha de Veglia (Krk, em croata). Onde a influência vêneta foi intensa, o dalmático cedo se extinguiu, como em Zara; em Ragusa, que nunca dependeu diretamente de Veneza, o dalmático existiu até o século XV; e num ângulo isolado, na ilha de Veglia, falou-se o dalmático até o final do século passado.

O processo de desaparecimento dessa língua se instaurou com a vinda dos eslavos, a partir do século V ou VI, que foram lentamente absorvendo a população romanizada de fala dálmata, que habitava o litoral da Dalmácia.

O último dálmata que havia falado ainda o dialeto veglioto (ou seja, da ilha de Veglia) em sua juventude foi Tuone Udaina Burbur, que morreu aos 77 anos, em 1898. Seu depoimento, assim como o de descendentes de dálmatas que recordavam ainda algo do dialeto de seus antepassados, ademais de fragmentos da língua, guardados nos arquivos serbo-croatas, documentos fragmentários latinos, venezianos e croatas, foram os fundamentos sobre os quais Bartoli pôde chegar à reconstituição do dalmático, idioma continuador do latim na costa da Dalmácia, completamente romanizada ao tempo do império romano.

La Lingua Rumantscha
(rumantsch, ladin, furlan)

In infinit silenzi poza
il müt inviern sün tuot la val
ed our d'la fraida tomba doza
la terra seis sublim segnal.
La stenda sü sa membra aira
n'il plain solai, taschaint'al lö
dad amanvagl a tarda saira
infin ch'ell'ard'in cotschen fö.
Sco vut solen sün la premura
cun qual'eroes han defais
in victorgiusa greiva ura
la libertà da nos pajais.

ARTUR CAFLISCH

Alguns estudiosos pretendem encontrar os primeiros vestígios do reto-românico nas Glosas de Kassel, mas esse documento é ***semi-latino***, apesar dos muitos vulgarismos.

Um glossário latino-germânico conservado na Biblioteca Hofb de Viena seria provavelmente reto-românico, aliás, friulano. Mas os documentos redigidos inteiramente em reto-românico vêm a partir do século XII.

Em friulano são numerosos os textos relativos ao século XIV, como o poema ***Piruç myo doç inculurit***, de 1380, e a balada escrita em dialeto de Udine-Isonzo, que começa assim:

> ***E la fuor del nuestri chiamp,***
> ***spes jo me chiat un biel infant...***
> (E lá fora do nosso campo,
> muitas vezes encontro um belo rapaz...)

O termo mais adequado para designar o complexo das três variedades românicas oriundas do latim das províncias da Récia e Nórica, é o de ***reto-românico***, ainda que não estejam inteiramente essas línguas compreendidas no território da antiga província romana da Récia.

Os lingüistas italianos preferem o termo ***ladino***, mas este não se adequa bem a esses idiomas, já que ***ladino*** significa judeu-espanhol em outras línguas românicas.

Assim, preferimos ***reto-românico***, para designar o ***romanche***, propriamente dito, o ***ladino dolomítico*** e o ***friulano***.

No cantão suíço dos Grisões, o romanche se tornou, a partir de um plebiscito realizado em 1938, constitucionalmente a quarta língua nacional da Suíça. E a partir de 1982, graças ao trabalho do filólogo Heinrich Schmid, romanista de Zurich, apresentou-se, a pedido da ***Lia Rumantscha*** (Liga Romanche), as diretrizes fundamentais para a criação de uma ***koiné***, ou seja, uma única língua escrita, válida para todos os romanches dos Grisões: o ***rumantsh grischun*** (romanche grisão).

O ***rumantsch grischun*** serve hoje de língua padrão para os romanches, sendo ensinado nas escolas dos Grisões. Já se publicaram, desde 1982, centenas de títulos em ***rumantsch grischun***, inclusive uma coleção de arte em 12 volumes, a ***Ars Helvetica***, dando prova do estado

de desenvolvimento surpreendente da língua romanche, hoje normatizada.

O ladino, idioma falado nos montes Dolomitas (norte da Itália, fronteira com a Suíça), é hoje considerado por alguns lingüistas como dialeto. Mas, pergunta-se: dialeto de qual língua?

Segundo a opinião dos mais renomados romanistas, essas três variedades neolatinas guardam, ainda hoje, uma identidade própria, que as separa, tanto do italiano, ao sul, como do francês, a noroeste. E no passado essa identidade era ainda mais nítida: nos três idiomas, as palavras para designar ***sol*** e ***peneira***:

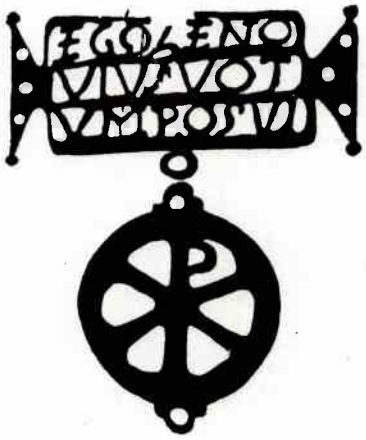
romanche: **sulegl, dratg**
ladino: **sorège, drai**
friulano: **sorèli, dras**

O friulano, falado na província italiana do Friul, tem uma literatura muito rica, que data de muitos séculos.

Não se pode pôr em dúvida a independência original dos idiomas reto-românicos, com relação ao italiano ou ao francês, ou mesmo ao provençal, devendo-se rechaçar a tese que nega tal independência; a par disso, devemos aceitar, naturalmente, que o reto-românico apresenta estreita parentela tanto com o galo-românico quanto com o ítalo-românico.

O Autor deste livro traduziu poemas escritos em romanche, friulano e ladino.

Limba Română



Un vânt de seară
aprins sărută cerul la apus
şi-i scoate ruji de sânge pe obraji.
Trântit în iarbă rup cu dinţii –
gândind aiurea – mugurii
unui vlăstar primăvăratic.
Îmi zic: «Din muguri
amari înfloresc potire grele de nectar»
şi cald din temelii tresar
de amarul tinerelor mele patimi.

LUCIAN BLAGA

O romeno é a continuação direta do latim falado na província romana da Dácia e ao sul do Danúbio (Mésia). Em decorrência do seu isolamento do resto do mundo românico, a língua romena teve um desenvolvimento histórico-cultural ***sui generis***.

Enquanto no Ocidente europeu a Igreja Católica Romana difundia o latim, os romenos se encontravam ***cu fața întoarsă spre Oriente***, sob orientação religiosa eslavo-bizantina e sob o influxo do idioma eslavo meridional, língua oficial da igreja e da administração, na Idade Média.

Não é portanto de admirar que os textos redigidos em língua romena tenham tardado a aparecer. A partir do século XVI, fazem-se presentes. Mas antes disso, já se podiam ver traços de influência do romeno nos textos eclesiásticos, provavelmente por ser a língua do autor ou tradutor dos mesmos.

A mais oriental das línguas românicas, do ponto de vista do seu berço, e também a caçula da grande família latina, é o romeno falado na Romênia, na Moldávia, nos Bálcãs e em outras localidades da Europa Oriental.

Os primeiros textos romenos foram escritos com o alfabeto cirílico. A partir do final do século XVIII e início do século XIX introduziu-se o alfabeto latino. Na Moldávia, onde se deu o mesmo processo, a partir de 1940 reintroduziu-se o alfabeto cirílico. Mas, com a independência da Moldávia em agosto de 1991, todos os livros e jornais passaram a ser editados com o alfabeto latino. A língua romena é a oficial na nova República da Moldávia.

O seu domínio lingüístico compreende ainda algumas cidades da Ucrânia, da Hungria e da Iugoslávia. No Epiro, na Tessália e na Macedônia (Grécia e Iugoslávia), encontram-se numerosas localidades onde se fala o ***aromân***, dialeto romeno de pastores e mercadores; também na Bulgária, na localidade chamada Megleno, fala-se um dialeto romeno, o ***meglenítico***; e por fim em algumas aldeias da Ístria, na Iugoslávia, o dialeto ***istro-romeno*** ainda resiste como língua coloquial.

A literatura romena é reconhecida como de grande repercussão internacional e os maiores escritores romenos foram traduzidos para as principais línguas do mundo. Outros, como M. Eminescu, o poeta nacional romeno, Lucian Blaga, Tudor Arghezi, Marin Sorescu, na poesia; Mircea Eliade e Emil Cioran, na ensaística e na prosa e Eugen Ionescu, na teatrologia, dignificaram as letras romenas.

O autor deste modesto trabalho tem a honra de ser tradutor, no Brasil, de vários desses autores.

Considera-se que o romeno é uma língua muito próxima do latim, não obstante o considerável número de palavras tomadas de empréstimo a outras línguas, principalmente do eslavo eclesiástico, na Idade Média.

O romeno mantém o genitivo-dativo e, em alguns casos, o vocativo; entre todas as línguas românicas, é a única a manter o gênero neutro latino, do qual temos em italiano apenas alguns exemplos, como ***uova***, ***braccia***, ***labbra***, ***ossa***. Outra particularidade do romeno, compartilhada com o italiano: o plural não se faz com **s**, como em todas as outras línguas neolatinas, mas, comportando exceções, em **i** para o masculino e **e** para o feminino.

Em 17 de fevereiro de 1993 a Academia Romena decidiu retornar à antiga grafia romena com **â** em meio de palavra, ao invés de **î** (***sânge***, ***pâine***, ***câine***: sangue, pão, cão), que se utilizará só no início de palavra (***înger***, ***împărat***, ***învățătură***: anjo, imperador, ensinamento). Também voltou a grafia ***sunt*** para o plural do verbo ser, na 3ª pessoa do plural do tempo indicativo (***românii sunt latini***).

CURIOSIDADES E PORMENORES

O latim peninsular (Ibéria) preferiu ***sedere*** (port. gal. esp. cat. ***ser***) e o danubiano (Dácia) ***fieri*** (rom. ***fi***). A Gália e a Itália permaneceram com o clássico ***esse*** (fr. ***être***, it. ***essere***). O português arcaico ***seer*** no início significou ***estar sentado***: "hua seeda em que ***sija*** hum rey"; "cadeiras em que ***sijam***". Mas logo mudou o sentido para ***ser***. Um trocadilho baseado nos dois sentidos (sentar-se e ser) encontra-se no Cancioneiro Português da Biblioteca do Vaticano: "Ben ***sejo*** acá, non quero ***seer*** melhor." O verbo ***ser*** foi influenciado pelo verbo ***esse***. Do contrário, ainda teríamos algo assim: ***eu sejo***, ***tu sês***, ***ele sê***, ***nós semos***, ***vós sedes***, ***eles sêem***; ***eu sija, tu sijas, ele sija*** etc. O indicativo é hoje ***sou*** por influência de ***sum*** (< ***esse***); o imperfeito é hoje ***era*** por influência de ***erat*** (< ***esse***). Interessante: o imperfeito ***fui, foste, foi***... lembra o verbo ***fieri***: em romeno temos: ***eu fui, tu fuşi, el fu***... Mas a forma mais usada em romeno é a composta: ***eu am fost, tu ai fost, el a fost***...

Crianças do Douro e do Minho, no Norte de Portugal, ainda hoje saem no dia 1º de ***maio***, comemorando a primaveira, com enfeites e flores. São as ***maias***, o mesmo nome da ***Terra da Maia***, onde hoje está situada a cidade da Maia, a 50 km do Porto. Este topônimo – Maia – virou nome de família desde que Alboaçar Ramires, filho de Ramiro II, Rei de León, para a Maia veio, no ano 1000, no empreendimento da guerra da Reconquista e adotou o nome da Terra da Maia para os seus descendentes, uma das famílias mais antigas de Portugal, no Brasil desde o século XVII e à qual tem a honra de pertencer o autor deste livro.

Alguns regionalismos do Nordeste do Brasil encontradiços no Ceará: ***adjutório*** (do português quinhentista: ***auxílio, ajuda***); ***engrisia, ingrisia*** (de ***inglesia***, imitação à moda inglesa); ***baitola*** (de ***baito***, cabana onde se iniciavam sexualmente jovens índios, por velhos); ***forrobodó***, mais usado abreviadamente: ***forró*** (do francês ***fauxbordon***. ***Forrobodó*** é atestado na

Galiza ainda no século XV, como festa popular); ***cocorote*** (corruptela de ***cocoruto***); ***cabra, cabra-da-peste, cabra-de-peia*** (mestiço de branco, índio e negro); ***dordói*** (de ***dor d´olhos***, a conjuntuvite, a sapiranga); ***mangar*** (origem incerta. Segundo J. Coromines, é voz cigana, significando ***zombar, fazer pouco*** e também ***mendigar***; este, do latim ***mendicare***).

Comparando um texto catalão com a sua versão francesa ou espanhola, salta aos olhos a concisão catalã: um texto espanhol de 100 linhas, em versão catalã não ocupará mais que 95 linhas e se tratando de um texto francês, a tradução catalã não preencherá mais que 90 linhas (COROMINES, 1976). Isto se prova com o texto da ***Declaração Universal dos Direitos Humanos***, mais adiante.

O chamado ***estoque de ouro*** das línguas tem as suas ***chaves de ouro***. Elas são, por si só, a prova do caráter e do grau de pertinência de uma língua a um grupo lingüístico e, numa escala mais ampla, a uma família de línguas. Quando lançamos mão dos pronomes, preposições e advérbios ***quem? quando? qual? onde? o que? como?,*** independentemente das respostas, já estamos identificando a origem da língua em que fazemos essas indagações. Em outras línguas românicas, temos:
espanhol – ***¿quien? ¿cuando? ¿cual? ¿donde? ¿qué? ¿como?***
romeno – ***cine? când? care? unde? ce? cum?***
francês – ***qui? quand? quel? où? quoi? comment?***
italiano – ***chi? quando? quale? dove? che? come?***

O parentesco é visível e a origem latina (vulgar) também:
latim – ***qui/quem? quando? qualis? unde? qui? quomodo?***

– Caro vecio, seu vu italian? A non cogionarse, vu gavé´l piasser? Me son de Venessia e sarave felisse de poder ressitar un pissenin poema...

Estas palavras pertencem ao dialeto veneziano.

Tradução: – Caro velho (senhor), você é italiano? Falando sério, você tem o prazer? Sou de Veneza e ficaria contente em poder recitar um pequeno poema...

Una ñube de xelo/ con manes de muerte/ afuégame´l coral// Los camientos súrdenme ingrientos; y roden esboligándose/ pente llábanes de ñeve. //Les piedres sangren / pingando solliviaes/ gotes de dolor... (Andrés Solar, ***Abegosia***). Estes versos estão escritos em asturiano.

O romanço moçarábico (mescla de protoromanço com termos árabes) é uma vertente lingüística que foi utilizada no sul da península ibérica e em algumas cidades mais ao norte. Falavam essa ***língua*** cristãos islamizados e árabes cristianizados. Houve uma poesia lírica moçárabe, provavelmente anterior à lírica provençal, tida como a mais antiga da Europa medieval. Data de cerca de 1040 este exemplo:

Vai-se meu corachon de mib
ai, Rab, si se me tornarád?
Tan mal meu doler li-l-habib!
Enfermo yed, quando sanarád?

(Vai-se o meu coração de mim
ai, Deus, acaso se me há de tornar?
Tão grande é minha dor pelo meu amado!
Enfermo está, quando há de sarar?)

O espanhol e o português de um lado, em comparação com o francês e o italiano de outro, apresentam nítidas diferenças lexicais. O catalão e o romeno ficam vacilando entre um lado e outro, quando não apresentam termos próprios:

Português	Espanhol	Francês	Italiano	Catalão	Romeno
cabeça	*cabeza*	*cap*	*capo*	*cap*	*cap*
mesa	*mesa*	*table*	*tavola*	*taula*	*masă*
primo	*primo*	*cousin*	*cugino*	*così*	*văr*
irmão	*hermano*	*frère*	*fratello*	*germà*	*frate*
sobrinho	*sobrino*	*neveu*	*nipote*	*nebot*	*nepot*
verão	*verano*	*été*	*estate*	*estiu*	*vară*
tarde	*tarde*	*soir*	*sera*	*tarda*	*seară*
manhã	*mañana*	*matin*	*matino*	*matí*	*dimineaţă*
cama	*cama*	*lit*	*letto*	*llit*	*pat*
pássaro	*pájaro*	*oiseau*	*ucello*	*ocell*	*pasăre*
ameixa	*ciruela*	*prune*	*prugna*	*pruna*	*prune*
manteiga	*mantequilla*	*beurre*	*burro*	*mantega*	*unt*
pedaço	*pedazo*	*pièce*	*pezzo*	*bocì*	*bucată*
cinzento	*ceniciento*	*gris*	*grigio*	*cendrós*	*cenusiu*
quente	*caliente*	*chaud*	*caldo*	*calent*	*cald*
demasiado	*demasiado*	*trop*	*troppo*	*prou*	*prea*
tomar	*tomar*	*prendre*	*prendere*	*prendre*	*prinde*
querer	*querer*	*vouloir*	*volere*	*voler*	*vreà, voì*
rezar	*rezar*	*prier*	*pregare*	*pregar*	*rugà*
perguntar	*preguntar*	*demander*	*domandare*	*preguntar*	*întrebà*
procurar	*procura*	*chercher*	*cercare*	*cercar*	*căutà*
chegar	*llegar*	*arriver*	*arrivare*	*arribar*	*sosì*
falar	*hablar*	*parler*	*parlare*	*parlar*	*vorbì*
comer	*comer*	*manger*	*mangiare*	*comer*	*mâncà*
mudar	*mudar*	*changer*	*cambiare*	*canviar*	*mutà*

A ***língua dialetal napolitana*** tem origens muito remotas, que nos levam às primeiras manifestações de desagregação do latim, como testemunham as famosas ***cartas campanas*** de 963. Sob o domínio de Afonso I de Aragão, por volta de 1442, o napolitano foi oficialmente adotado no Reino de Nápoles e em todo o meridião

italiano. A partir de 1554, quando foi imposto o espanhol como língua oficial (reis católicos), começaram a aparecer em napolitano publicações de caráter literário.

Eis aqui uma pequena amostra do napolitano em poesia popular, de autoria de S. Alfonso dei Liguori:

Quanno nascette Ninno a Bettalemme	Quando nasceu o menino em Belém
era de notte e pareva mezogiorno.	Era de noite e parecia o meio-dia
Maie le stele	Jamais as estrelas
lustre e belle	Luzentes e belas
se vedetteno accussi.	Se viram assim.
E a chiù lucente	E a mais brilhante
iett'a chiammà li Magge a ll'uriente...	Foi chamar os magos no oriente.

A anterioridade das viagens marítimas em demanda do Atlântico e que resultaram no alargamento das fronteiras lingüísticas da latinidade parece pertencer decididamente aos portugueses. João Gonçalves, o Zarco, em 1418 já desembarcava na Ilha da Madeira e a ocupação dos Açores, levada a cabo por Gonçalo Cabral, deu-se em 1432. Ambas as ilhas já figuravam num mapa catalão de 1351...

Os estudiosos têm emitido pontos-de-vista distintos relativamente ao catalão: o catalão é galo-românico, dizem uns; é ibero-românico, afirmam outros. Constitui um ramo independente, sustentam outros, enfim. Na realidade, ***la llengua catalana*** se faz entender sem maiores dificuldades pelos falantes do provençal (língua d´oc), o que não é tão verdadeiro em relação ao espanhol ou ao galego-português. Talvez a melhor opinião seja considerar a língua catalã como ***ponte*** entre a Gália e a Ibéria. O termo ***língua-ponte*** para o catalão é adequado e vem-se firmando de uns tempos para cá.

A palavra provérbio deverá vir do latim ***probatum verbum*** (palavra demonstrada pela experiência). Mas há quem sustente que o étimo é ***pro verbum*** (no lugar de palavra).

Achamos de relacionar aqui alguns provérbios em línguas menos conhecidas:

Quant ch'e rive le fuarce, la justizie si slontane. (friulano)	Quando a força chega, a justiça se vai.
Sac vud an pót stèr in pi . (bolonhês)	Saco vazio não pode ficar em pé.
Cui pecura si fa, lu lupu si la mancia. (siciliano)	Quem se faz de ovelha o lobo come.
Qui attendet ad sa domo anzema, sa domo sua si la mandigant sos canes. (sardo).	Quem cuida da casa alheia, a sua casa a comem os cães.
Cinci degete sunt la o mâna şi nu seamănă unul cu altul. (romeno)	Cinco dedos há numa mão e não se assemelha um com o outro.
Si manghja pè campà, ùn si campa micca pè manghjà. (corso)	Come-se para viver, não se vive apenas para comer.

Em judeu-espanhol (***ladino***, para alguns), ***meldar*** substituiu ***leer*** do castelhano, provavelmente por influência do grego μελεταν (preocupar-se, meditar), termo adequado à leitura da Sagrada Escritura. A palavra ***meldar*** aparece na ***Danza de la Muerte***, no século XV.

Martín Fierro, o célebre poema épico argentino de José Hernández, utiliza-se de termos deliberadamente plebeus, cujo sabor especial está no contraste que oferece com a língua dos leitores urbanos de Buenos Aires:

Otra vez en un boliche
estaba haciendo la tarde;
cayó un gaucho que hacía alarde
de guapo y de peliador;
a la llegada metió
el pingo hasta la ramada,
y yo sin decirle nada
me quedé en el mostrador.

A perda do **f** inicial em espanhol ainda não estava definitivada por volta de 1500: as anotações do mapa de Juan de la Cosa dando conta da descoberta de Vicente Pinzón do litoral do Nordeste (Ceará) do continente que mais tarde se chamaria Brasil provam isso: ***lugar donde se falló una cruz*** (aqui, por influência de outras palavras iniciadas com **f**); ***Rostro Fermoso*** (em lugar de ***Hermoso***); também no diários de navegação do próprio Pinzón e de outros espanhóis: ***Juan de la Cosa la fizo en el puerto de S.M^a el año de 1500***.

O galego e o português são as únicas línguas românicas onde o adjetivo ***lunar*** (ciclo lunar, raio lunar) foi substantivado: o luar. Em todas as outras, para ***luar***, temos: ***claro de luna*** (esp.); ***clar de lluna*** (cat.); ***clair de lune*** (fr.); ***chiaro di luna*** (it.); ***clar de luna*** (rom.) etc.

Das principais características que tornam o português e o galego diferentes do espanhol, a mais antiga, pelo menos em suas formas primordiais, pertence a um período em que a unidade política peninsular (do ponto-de-vista românico) ainda existia, ou seja, antes do séc. VIII. Trata-se desta oposição:

lat. ***pl/fl*** > port. ***ch***
lat. ***pl/fl*** > esp. ***ll***

Port. ***chorar, chover, cheio, chão, chaga, chegar, chamar, chave, chousa, chama.*** Esp. ***llorar, llover, lleno, llano, llaga, llegar, llamar, llave, llosa, llama***.

Outras grandes diferenças são as consoantes intervocálicas (no caso do **n**) que em português emudecem: ***arena-areia, general-geral, tener-ter, ganado-gado, resuena-ressoa, pregonero-pregoeiro***; o português mantém as finais trissilábicas: ***dúvida, dívida, bêbado***, diante do espanhol ***duda, deuda, béodo***.

O português conserva a vogal **e** final em ***cidade, liberdade, universidade, verdade*** etc., diante do espanhol ***ciudad, libertad, universidad, verdad*** etc.

Os dígrafos **lh** e **nh** portugueses viram os **ll** e **ny** catalães: ***velho-vell, palha-palla, trabalho-treball, Espanha-Espanya, Catalunha-Catalunya*** e os **j** e **ñ** espanhóis: ***viejo, paja, trabajo, España, Cataluña***. Os **ll** e **ñ** valem para o galego.

O português apresenta particularidades que o aproximam do latim mais que qualquer outra língua românica. Por exemplo:

– ***Dar-mos-ás?***
– ***Darei*** (ao invés de **sim**, como nas demais)

Como no original latino:

– ***Dare mihi illud habes?***
– ***Dare habeo.***

Como é sabido, nas outras línguas românicas, utiliza-se o advérbio de afirmação ***si*** (esp. e it.), ***oui*** (fr.), ***oc*** (prov.), ***da*** (rom.) etc. ***Sim*** (port.) e ***si*** vêm de ***sic***, latim, que significava anteriormente ***assim***.

Outra particularidade da língua portuguesa, que a diferencia das demais línguas neolatinas: a desinência pessoal do infinitivo. Exemplos:

– *Se **quiserdes**, ide quando **estivermos** lá.*
– *A hora de **partirmos** chegou.*
– *Temos o gosto de **pesquisarmos** as línguas.*

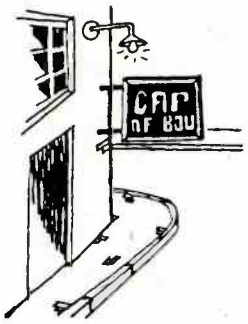
Como prova de que a maior parte da população romanizada da Dácia Trajana permaneceu ali após ter o imperador Aureliano ordenado a evacuação da mesma pelas tropas romanas, dizem os romenos, é o fato de existirem determinadas palavras latinas no extremo noroeste do país (Transilvânia e Banato). Segundo os que defendem a tese da emigração em massa após a decisão de Aureliano, a língua romena ter-se-ia formado ao sul do Danúbio, na Mésia. Essas palavras, que atestam a continuidade dácio-romana no norte do Danúbio (Dácia) são: ***aiu*** – alho; ***nea*** – neve; ***păcurar*** – pegureiro, pastor; ***june*** – jovem; ***pedestru*** – miserável, pobre.

Esses elementos latinos são próprios da Transilvânia, tida pelos romenos como berço da latinidade romena e refúgio, ao tempo das invasões bárbaras. Muitos destes termos não são correntes noutras regiões romenas. Ao sul do Danúbio não são conhecidos. Na verdade, a língua romena se formou tanto ao norte (Dácia), quanto ao sul do Danúbio (Mésia).

É curioso que existam coincidências lingüísticas entre línguas românicas faladas em territórios tão distantes, como é o caso do romeno e do português:

Romeno: ***Această muiere e mai frumoasă.***
Português: ***Esta mulher é mais formosa.***

Nas outras línguas românicas, com exceção do espanhol, que no entanto está um pouco mais distante da fonte latina (***mujer más hermosa***), usa-se ***donna più bella*** (italiano), ***femme plus belle*** (francês), ***dona mès bella*** (catalão) etc.



Onde ficará este bar? Em Barcelona ou Bucareste? Pelo letreiro não dá para responder, porque tanto em catalão quanto em romeno é assim que se escreve Cabeça de Boi: ***Cap de Bou***.

&

De todos os países de fala românica, somente a Suíça (***Romanche***) e a ***Romênia*** conservam o nome da velha ***Roma*** como designativo de seus povos. Mas na Itália, temos de citar o ***romagnoli***, habitantes da ***Romagna***.

A língua catalã apresenta aqui e ali formas ortográficas e sons que lembram francamente a língua infantil:

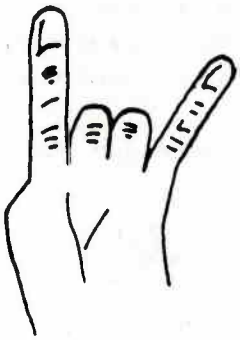
O menino: – ***Di, vull oir ta veu, papà.***

O pai: – ***Vull que sies bo amb me, nen.***

Alguém já lembrou que a frase: ***com um quilograma de carne de vaca não se morre de fome*** tem em português e romeno os mesmos étimos: ***cu un chilogram de carne de vacă nu se moare de foame***.

Nunca diga a um italiano que ele é ou foi ***brutto*** com alguém. Este é um palavrão que se deve evitar com ***i nostri cugini europei***, porque pode terminar em briga. Curioso é que ***brutto*** apenas significa ***feio***.

Numa rua ou avenida de uma cidade italiana, ao ver alguém fazer este gesto, disfarce e procure sair de perto, porque a fidelidade da esposa de alguém está posta em jogo...



Dos nomes das províncias romanas, um se destaca pela sonoridade e significado: ***Dacia Felix*** (Feliz Terra dos Dácios).

A ***Dacia Felix*** compreendia, mais ou menos, o território da atual Romênia.

No interior do Nordeste do Brasil, ainda é comum ouvir-se expressões arcaicas, onde pode perceber-se uma influência do espanhol medieval, mesclado com galego-português:

– ***Pregunte*** *a i-ela se o de comer 'tá na mesa. Já estou me* ***aperreando*** *de fome.*

– ***Entonce*** *vamos pegar a janta.*

– *Tenho na mente que a* ***i-água*** *vem cedo este ano.*

– *É fatível.. é bem capaz...* ***Vosmecê*** *deu fé das torres lá pro nascente?*

– *É... eu* ***'tava*** *aqui matutando... de primeiro, os invernos traziam mais* ***sustança***...

Nas línguas românicas, nem sempre o verbo ***amar*** é o mais corrente para uma declaração de amor:

Espanhol: – ***Te quiero.***

Catalão: – ***Jo t'estimo.***

Italiano: – ***Ti voglio bene.***

Romeno: – ***Te iubesc.***

O elemento árabe é, depois do latino, o mais expressivo no léxico espanhol. Mais de 4 mil palavras da língua espanhola têm etimologia árabe. Assim como em português, quase todas as palavras que começam em **al-** têm origem árabe: ***alquimía, alfazema, algara, alfange, aljaba, almófar, alcazaba, alférez, alazán, albarda, aljibe, alberca, alcachofa, algarroba, albia, alfalfa, algodón, almiar, alfolí, alhelí, alerce, almofariz, alfareno, alcaller, aljófar, alnagre, albayalde, alumbre, almacén, almoneda, alhóndiga*** e muitíssimas outras. A maioria dessas palavras herdadas do árabe encontram-se igualmente em português, respeitadas as evoluções fonéticas das duas línguas, naturalmente. Interessante notar que no francês e no italiano, para onde também emigraram algumas palavras árabes, registra-se a aférese do prefixo **al-**, aliás o artigo árabe. Assim, ***sucre*** e ***zuchero***, ***Coran*** e

Corano, ***coton*** e ***cottone***, do francês e do italiano, correspondem ao português ***açúcar***, ***alcorão*** e ***algodão***, todas com equivalência em espanhol. É claro que há muitas outras palavras no espanhol e no português iniciadas com outras letras, também oriundas do árabe. Citemos algumas do português: ***bácoro*** (de onde ***bacorim***), ***balde, bairro, califa, carmim, cabidela, café, divã*** (voz persa, via árabe), ***elixir, fustão, gazela, harém, islam, jaez, lacaio, nababo, oxalá, quilate, papagaio, recife*** (ou ***arrecife***), ***rês, safira, saguão, tarifa, vizir, xerife, zaga, zênite, zero***, e tantas outras.

Em catalão, assim como em romanche, usa-se a expressão ***massa*** para reforçar uma frase, como advérbio de intensidade:

Catalão: – *En català, les publicacions son* ***massa****, avui.*

Romanche: – *Em rumantsch, las publicaziuns èn* ***massa****, oz.*

No Português do Brasil, em gíria urbana, teremos:

– *Em português, as publicações são* ***massa****, hoje.*

Só que, no caso brasileiro, não estaríamos falando de ***quantidade***, mas de ***qualidade***.

O ***papiamento***, que alguns pretendem dialeto espanhol, é, na verdade, malgrado a grande influência do castelhano sobre seu léxico, ***uma língua crioula de fundo luso-africano***, nascida da mescla das falas dos cativos, refugiados portugueses e holandeses, traficantes de escravos e fugitivos que procuraram abrigo nas Antilhas. Há quem sustente que até da fortaleza de ***Schoonenborch*** e da ***Mauritzstad***, no Nordeste brasileiro, após a derrota de 1654 para os portugueses, fugiram flamengos e negros cativos para Curaçao e foram enriquecendo o ***papiamento*** com o aporte de termos neerlandeses e luso-brasileiros.

Formas de cumprimento

Português →	*Bom dia*	*Boa tarde*	*Boa noite*
Espanhol →	*Buenos días*	*Buenas tardes*	*Buenas noches*
Catalão →	*Bo dí*	*Bona tarda*	*Bona nit*
Francês →	*Bonjour*	*Bon soir*	*Bonne nuit*
Romanche →	*Bun dí*	*Buna saira*	*Buna notg*
Italiano →	*Buon giorno*	*Buona sera*	*Buona notte*
Romeno →	*Bună ziua*	*Bună seara*	*Noapte bună*

Agradecendo e respondendo

Português →	*(Muito) Obrigado*	*Por nada; de nada*
Espanhol →	*(Muchas) Gracias*	*Por nada; no es nada*
Catalão →	*(Moltes) gràcies*	*De rès; rès*
Francês →	*Merci (beaucoup)*	*Ce n'est rien ; de rien*
Italiano →	*Grazie (tante)*	*Non è niente; nulla*
Romeno →	*Mulțumesc (foarte mult)*	*Cu plăcere*

Despedindo-se

Port. →	*Até mais (ver)*	*Até logo*	*Até amanhã*	*Adeus*
Esp. →	*Hasta la vista*	*Hasta pronto*	*Hasta mañana*	*Adiós*
Cat. →	*Fins reveure*	*Fins aviat*	*Fins demà*	*Adéu*
Fr. →	*Au revoir*	*À bientôt*	*À demain*	*Adieu*
It. →	*Arrivederci*	*Ciao*	*Fin domani*	*Adio*
Rom. →	*La revedere*	*Pe curând*	*Pe mâine*	*Adio*

O espanhol platino emprestou muitas palavras ao português do Brasil, vindos principalmente através do ***tango***, que conheceu seu apogeu nos anos 30, com ***Carlos Gardel***, um francês de Toulouse que se tornou o mais argentino dos argentinos:

*– Eu não tenho um **mango**, **otário**, mas sou **bacana**, e vou me encontrar com a **china** mais **coqueta** da cidade. Sou **malevo**, mas trato de evitar **entrevero**, o que quero é **milonga**, não sou **fuleiro** nem **fajuto**, ninguém vai me **engrupir**!*

otário: tolo
china: garota
malevo: traquinas
milonga: ritmo argentino
fajuto: que não merece atenção
bacana: elegante, bem-vestido
coqueta: a que vai para a noite
entrevero: briga, confusão
fuleiro: sem classe, decadente
engrupir: enganar

Nas ruas de Lisboa, a gente ouve amiúde a expressão ***pá!***, que nada mais é do que ***rapaz!***:

*– Estás a perceber, **pá**?*

No Nordeste brasileiro, usa-se ***rapaz*** com muita freqüência, de costume em começo de frase:

*– **Rapaz**, o negócio 'tá é bom!*

Mas também em situações de dúvida:

*– **Rapaz**... sei não!*

E ainda de admoestação ou aconselhamento, simplesmente:

*– **Rapaz!**...*

No espanhol sul-americano encontram-se casos em que o **f** é substituído foneticamente pelo **j** (aspirado):
afuera – ajuera; profundo – projundo; fuímos – juímos; fácil – jácil; ofrecer – ojrecer.

Em castelhano, ao contrário de outras línguas românicas (com exceção do dialeto gascão, em parte), as palavras latinas que começavam por **f** tiveram a letra inicial emudecida, grafando-se em seu lugar um **h** mudo:

formosa – hermosa; filus – hilo; facere – hacer;

formica – hormiga; fabulare – hablar.

Mas manteve o **f**, quando seguido de **r** ou **u** em castelhano:

frigidus – frío; fora – fuera; focus – fuego; fragilis – frágil;

francus – franco.

Mas esta regra comporta exceções:

furtum – hurto; fugere – huir; fumus – humo; follicare – holgar (que ensejou ***huelga***).

Na cidade de Cuira (a antiga ***Curia Raetorun*** dos romanos, na Récia), capital do cantão suíço dos Grisões, a população de língua romanche está hoje reduzida a uns 3% do total de seus habitantes. O influxo alemão é constante e crescente. No entanto, é a partir de Cuira que a ***Lia Rumantscha*** (Liga Romanche) realiza o seu trabalho de difusão da língua romanche a todos os vales dos Grisões, alguns dos quais com população exclusivamente falante do romanche, continuador do latim da Récia.

Dificilmente haverá uma língua que utilize mais que o catalão o acento como elemento de diferenciação. Palavras com a mesma grafia e uma ligeira mudança de som: ***bé*** (bem) – ***be*** (ovelha); ***bóta*** (tonel) – ***bota*** (bota); ***cós*** (arena) – ***cos*** (corpo); ***mòlt*** (moído) – ***molt*** (muito); ***séu*** (sebo) – ***seu*** (seu); ***nét*** (neto) – ***net*** (limpo); ***sòl*** (solo) – ***sol*** (sol)

Antoni M. Badia Margarit relaciona nada menos que 39 palavras que se diferenciam apenas pelo acento.

A literatura em papiamento, cujos primeiros textos datam de início do século XIX, conta com nomes bem expressivos, como Simón Miguel Suriel (***Muher Culpable***), Manuel Antonio Fraai (***Un huérfano***), Guillermo

Rosario (***E angel Pretu; Pa motibu di mi color***), e vem despertando o interesse internacional por seu significado. No Brasil, ela é ainda totalmente desconhecida do público. Um nome já bem conhecido na Europa é o de Pierre Lauffer, nascido em Curaçao em 1920, que juntamente com Jules de Palma e René de Rooy, fundou um grupo com o objetivo de escrever canções em papiamento. Sua obra mais conhecida: ***Patria***.

Na Europa Ocidental, alguns estudantes clérigos, que vagavam de escola em escola, de cidade em cidade, os chamados ***goliardos*** (de Golias) escreveram em latim tardio, nos séculos XI e XII, poemas satíricos e eróticos (***Carmina Burana***), já com grande influência dos termos dialetais que viriam a compor as futuras línguas românicas. Um exemplo:

In taberna quando sumus,	Quando estamos na taberna,
non curamos quid sit humus,	não cuidamos da matéria,
sed ad ludum properamus,	mas ao jogo nos chegamos,
cui semper insudamus.	pelo qual sempre suamos.
Imitemus superos!	Imitemos pois os deuses!
Digna sententia,	Este o melhor dos desígnios,
et amores teneros	e que os jovens (goliardos)
iam venatur retia.	retenha a malha do amor.
Voto nostro serviamus	Sirvamos aos nossos votos,
Mos est numinum:	pois este é o mandamento:
ad plateas descendamus	às praças nos acheguemos
et choreas virginum!	e ao coro das donzelas!

Em judeu-espanhol (dzudezmo), a palavra ***rosa*** se diz ***trandáfila***; em romeno, ***trandafir***. Virão do grego τριανδαφιλο (***triandáfilo***, trinta folhas), aproximado, por etimologia popular, de ***filus*** (fio) = romeno ***fir***. Outra coisa: como esta palavra conseguiu suplantar o velho termo latino ***rosa***, presente em todas as demais línguas latinas?

Na Argentina, existem dois jargões que se utilizam ainda nas regiões periféricas (arrabaldes de Buenos Aires e zona portuária): o ***lunfardo***, espécie de gíria portenha, freqüente em canções e nos tangos, e o ***cocoliche***, espécie de dialeto ítalo-argentino que os imigrantes praticam, e que nada mais é do que um castelhano mal aprendido por italianos. Ambos os jargões vão aos poucos desaparecendo.

Com relação ao lunfardo, é bom lembrar aqui o que a respeito escreveu José Gobello: «*De todos modos continúo distinguiendo, como en mi obra anterior, de la que ésta es una ampliación, diversos niveles lingüísticos, y digo así* ***lenguaje elevado, lenguaje general, popularmente, lunfardo, lenguaje delectivo, lenguaje de la vida airada, popular y groseramente***.» (GOBELLO, 1994)

Com isso, o autor portenho quer esclarecer que, na realidade, o lunfardo é uma mescla de muitas origens – lingüísticas e sociais – e que hoje é difícil e mesmo arriscado tentar fazer-se uma divisão precisa entre o que vai na boca do povo de Buenos Aires – seja lunfardo ou língua corrente.

No que respeita ao cocoliche, parece que o termo deriva do sobrenome de um peão italiano, um certo Antonio Cuccoliccio, um dos que falavam aquele jargão que ao ouvidos ***criollos*** soava tão artificial.

&

Nos últimos anos do século XV e os primeiros do século XVI, o português se viu ameaçado enquanto língua literária, dada a manifesta preferência de autores ilustres pelo castelhano, como foi o caso de Gil Vicente, Garcia de Resende e outros. A nova geração de humanistas (Sá de Miranda, Diogo Bernardes, Agostinho da Cruz, Camões) também ainda versejou em castelhano, mas criou uma literatura clássica portuguesa, que com ***Os Lusíadas*** tornou-se imortal. A partir daí, os movimentos literários portugueses se inspiraram em Camões para expressar seus mais amplos e profundos sentimentos. Bocage foi seu discípulo lírico, Garret seu cantor épico. E os escritores dos séculos XVIII e XIX completaram a epopéia da língua portuguesa, transformada num dos mais aperfeiçoados veículos de cultura do mundo contemporâneo. No século XX, a grande figura literária, verdadeiro gênio da língua, é Fernando Pessoa, sem esquecer Saramago.

O mais antigo documento escrito numa língua românica, com intenção de nela se fazer entender, deve ser mesmo o Juramento de Estrasburgo, de 14 de fevereiro de 842, portanto da metade de século IX.

Mas o ***Indovinello Veronese***, uma adivinha à margem de um códice, do início do século IX é considerado por alguns lingüistas como um documento em latim vulgar, já semi-românico, ou seja, já transparecendo o surgimento de uma língua diversa do latim, no caso a italiana:

> ***Boves se pareba, alba pratalia araba,***
> ***albo versorio teneba, negro semen seminaba.***
> (Tangia os bois, alva planície arava,
> alvo arado empunhava, negra semente semeava.)

Uma bela adivinha, permeada de sugestivas metáforas.

Em muitas regiões italianas existe uma adivinhação similar, relativa ao ato de escrever:

> ***Il campo è bianco, nera la semente;***
> ***tre buoi lavorano, due non fanno niente.***
> (O campo é branco, negra a semente;
> três bois lavram, dois não fazem nada.)

Na Romênia também existe esta adivinha:

> ***Câmpul alb, oile negre.***
> ***Cin' le vede nu le crede.***
> ***Cin' le paşte le cunoaşte.***
> (O campo branco, as ovelhas negras.
> Quem vê não acredita.
> Quem as pastora as conhece.)

Na Itália, onde foi muito forte a influência cultural e lingüística do cristianismo, a palavra latina ***malus*** (mau) foi substituída por um termo

que lembra os temores do inferno: ***cattivo***, ou seja, do latim ***captivus diavoli*** (prisioneiro do diabo). Já na Romênia, para designar ***mau*** encontramos ***rău***, do latim ***reus*** (acusado, culpado). No português do Brasil, na língua falada, principalmente no Nordeste, temos o termo ***ruim*** para designar ***mau***. Silveira Bueno indaga: "*Como foi que um substantivo (**ruim**) tão usado em latim e nas demais línguas neolatinas passou a adjetivo?*" Em espanhol, ***rogar a ruínes*** é esperar algo de quem não se deve esperar.

Certa vez, num restaurante romano de ***trastevere*** (além-Tibre), um casal francês, após um bom jantar, bem regado a vinho ***chianti***, pediu, já demonstrando sonolência:

– ***La note***, *garçon*!

– ***La notte***? *Ma non abiamo camere...*

Insiste o casal, após alguns minutos, procurando se fazer entender em italiano:

– *Abiano finito na cena, vogliamo* ***la note***.

Na verdade, eles queriam ***il conto*** (a conta), e não passar ***la notte*** (a noite), ou seja, dormir ali, o que não foi fácil para o garçon entender, já que ***la note*** (a nota), em francês, soa como ***la notte*** (a noite), em italiano...

Joaquim Manoel de Oliveira Braga, na Itália, teve sorte parecida: pediu manteiga, para untar torradas, mas o garçon não se fazia entender. Irritado, vociferrou:

– *Manteiga, ó* ***burro!***

Incontinenti, trouxe o garçon ***il burro*** (manteiga, em italiano). O nosso bom português ficou a imaginar se teria que tratar assim os italianos, para ser melhor atendido...

Durante sua estada na Costa Rica, fazendo um curso de gerência industrial, convidado a um almoço em casa de amigos ***ticos*** (costarriquenhos), nosso conterrâneo e amigo Nivardo Cabral, que de resto conhece bem o castelhano, não tinha, àquela época (era 1962), noções exatas de certos hetero-semânticos das duas línguas (espanhol e português).

Terminado o almoço:

– *La comida le pareció* ***exquisita****?*

– *No, ni un poco* ***esquisita****.*

Insistem os anfitriões:

– *Pero todos que vienen al almuerzo con nosotros dicen que nuestra comida es* ***exquisita****...*

– *A mi no me pareció nada* ***esquisita*** *– repetiu Nivardo – tentando dizer que não se sentiu* ***fora de casa****.*

Depois, viu, num velho dicionário espanhol-português:

Exquisito, adj. primoroso; de singular y extraordinaria calidad; excelente, delicioso.

Numa esquina do centro de San Juan de Puerto Rico, uma mulher chilena de Arica (norte do Chile), grávida, vendo-se em apuros, dirigiu-se a um cidadão portorriquenho:

– *Señor, por favor, ayúdeme, me viene* ***la guagua****...*

– *Si, señora, ya le viene* ***la guagua****, esté tranquila.*

Estavam bem próximos de um ponto de ***ônibus*** (***guagua***, na fala de Puerto Rico).

– *Pero, señor! no puedo esperar!* ***La guagua*** *me viene, ya me viene!*

Todo o mal entendido é que ***guagua***, no espanhol de Arica (e também de regiões da Bolívia, do Peru e do Equador) significa ***bebê***...

Muitos lingüistas são tentados a fazerem estatísticas. Para combater opinião segundo a qual o romeno seria ***menos*** latino do que as outras

línguas românicas. O eminente filólogo Sextil Puşcariu aduz estas interessantes conclusões: Analisando o ***Pai-Nosso*** romeno em comparação com o ***Pai-Nosso*** francês viu que no primeiro, entre as 60 palavras que o compõem, apenas seis – ou seja, 10% – não são de origem latina. No francês, o número de palavras não latinas é sete.

O mesmo Puşcariu, tomando do Dicionário de Duden a figura que representa o corpo humano, acresceu-lhe verbos e adjetivos a ela relacionados e pediu que o mesmo fosse feito por amigos seus franceses e italianos. Resultado: em ***romeno***, de 100 palavras listadas, 92 são de origem latina; em ***italiano***, também 92; em ***francês***, 89. Quem estaria, por isso, autorizado a considerar uma dessas línguas ***mais*** latina ou ***menos*** latina do que as outras?

Dei-me também a este trabalho com relação ao ***português*** e das mesmas 100 palavras escolhidas para o romeno, o francês e o italiano, obtive 95 palavras de origem latina. No caso do português, apenas cinco palavras não são latinas: ***caminhar*** (celta), ***branco*** (germânico), ***azul*** (persa, via árabe), ***tosquiar*** (germânico) e ***bigode*** (de origem germânica incerta; talvez de ***bi Gott***, ou talvez do romanço ibérico ***vigota***, a ***viga*** que se apõe sobre o lábio superior).

O que resulta destas estatísticas? Que as línguas românicas, para a expressão de noções fundamentais, são eminentemente herdeiras do latim (vulgar).

Sextil Puşcariu não se dá por satisfeito a acrescenta à sua estatística uma estrofe de uma poesia popular romena composta exclusivamente de elementos do latim (PUŞCARIU, 1976):

Aseara te am aşteptat	(À noite eu te esperei
tot cu foc şi cu lumină	sempre com fogo e com luz
şi cu dor de la inimă.	e com ânsia no coração.
Dac'am văzut că nu mai vii,	Como vi que não vens mais,
pusei dorului căpătâi...	pus fim à minha ilusão...)

O gajo de bigode branco caminha na aldeia azul. Nesta frase em português (feita de propósito), apenas os artigos definidos ***o*** e ***a***, a

preposição ***de*** e o advérbio ***em*** são de origem latina. Todos os substantivos: ***gajo***, ***bigode*** e ***aldeia***, o verbo ***caminhar*** e o adjetivo ***azul*** são não-latinos. Por acaso esta frase determinará que o português não é neolatino? Não, o chamado ***estoque de ouro*** do português é avassaladoramente latino.

Em ***estado dicionário***, para utilizar uma expressão de um grande poeta brasileiro, a língua inglesa registra um léxico latino superior ao estoque anglo-saxão. Isto faz com que o inglês seja uma língua românica? Não, porque em inglês, para a expressão das noções fundamentais, valem os termos de origem germânica (anglo-saxã), responsáveis pela ***circulação das palavras***, o chamado ***estoque de ouro***.

As chamadas ***áreas laterais da latinidade***, na Europa (Ibéria e Dácia) conservam vozes latinas arcaicas, que no centro (Gália, Itália, Récia) foram substituídas por termos mais recentes: ***FERVERE*** > port. ***ferver***, esp. ***hervir***, rom. ***fierbe***; cat. ***bullir***, prov. ***boulhir***, fr. ***bouillir***, friul. ***bulì***, it. ***bollire***; ***FORMOSUS*** > port. ***formoso***, esp. ***hermoso***, rom. ***frumos***; cat. ***bell***, fr. ***beau***, it. ***bello***; ***MAGIS*** > port. ***mais***, esp. ***más***, rom. ***mai***; fr. ***plus***, it. ***più***, rum. ***pli***; ***ROGARE*** > port. ***rogar***, esp. ***rogar***, rom. ***rugà***; fr. ***prier***, it. ***pregare***; ***AD TUNC*** > port. ***então***, esp. ***entonces***, rom. ***atunci***; fr. ***allors***, it. ***allora***, rum. ***allura***. Os termos latinos mais recentes que substituíram a ***FERVERE***, ***FORMOSUS***, ***MAGIS***, ***ROGARE*** e ***AD TUNC*** são: ***BULLIRE***, ***BELLUS***, ***PLUS***, ***PRECARE*** e ***AD ILLAM HORAM***.

O clássico latim ***os-oris*** (boca) foi cedo substituído pelo popular ***bucca***. Mas a partir de então deu-se uma disseminação semântica algo confusa: no antigo romeno se dizia ***rost***, para ***boca***, o que podia confundir com ***atribuição***, ***missão***, ***tarefa***, sentido que prevaleceu no moderno romeno. Como ***os-oris*** já devia ter entrado em declínio, os romenos utilizaram o termo ***gula*** latino (***gură***, em romeno) para designar boca. ***Gula***, em algumas regiões da Espanha, significa ***goela***.

Matteo Bartoli (1873-1946) lingüista italiano, oferece uma lista de exemplos de palavras romenas que têm origem no latim, mas de fontes diversas das demais línguas românicas:

Latim	*Esp.*	*Port.*	*Fr.*	*It.*	*Rom.*	*Latim*
causa>	*cosa*	*coisa*	*chose*	*cosa*	*lucru*	*<lucrum*
cessare>	*cesar*	*cessar*	*cesser*	*cessare*	*încetà*	*<quietare*
findere>	*hender*	*fender*	*fendre*	*fendere*	*crăpà*	*<crepare*
frigidus>	*frío*	*frio*	*froid*	*freddo*	*rece*	*<recens*
nidus>	*nido*	*ninho*	*nid*	*nido*	*cuib*	*<cubium*
tectum>	*techo*	*teto*	*toit*	*tetto*	*acoperiş*	*<accoperire*
in vanum>	*en vano*	*em vão*	*en vain*	*in vano*	*în desert*	*<desertum*
gutta>	*gota*	*gota*	*goutte*	*gutta*	*picătură*	*<picare**
monstrare>	*mostrar*	*mostrar*	*montrer*	*mostrare*	*arătà*	*<arrectare*
movere>	*mover*	*mover*	*mouvoir*	*muovere*	*miscà*	*<miscollare**

(*) Forma provável, não determinada.

Este é um dos fatores que tornam o romeno uma língua de difícil compreensão para os outros povos neolatinos.

O latim ***collocare*** (colocar) antes exigia um complemento circunstancial, quando se tratava de pôr as crianças para dormir: ***in lecto***. Daí passou-se a dizer simplesmente: ***coricare*** (italiano); ***culcà*** (romeno); ***coucher*** (francês); ***colgar*** (provençal e catalão) no sentido de deitar-se, acostar-se.

Os plurais neutros latinos sobrevivem em romeno: ***timp***, ***timpuri*** (tempus, tempora); ***piept***, ***piepturi*** (pectus, pectora); daí, por extensão, muitos plurais neutros romenos seguem o mesmo rumo: ***vânt***, ***vânturi*** (vento, ventos); ***pământ***, ***pământuri*** (terra, terras, de ***pavimentum***) etc.

A língua romanche, após normatizada, ou seja, após a criação de uma língua-padrão para comunicação entre os romanches, ganhou um novo alento e as publicações nela se multiplicam. Mas, é bom lembrar: não está absolutamente proibido escrever nas várias vertentes romanches. Apreciemos estes belos versos, escritos em ***ladin*** da Baixa Engadina, ou seja, em ***vallàder***, e em ***sursilvan***. Os autores são Luisa Famos e Giachen Gaspar Muoth, respectivamente:

DAVOMEZDI D'AVUOST

Meis ögls
sun dvantats praschuners
de las spessüras blondas
dols champs.
Vante de la saira
las petna.
Duman vain il tschuncader
can farcla riainta
d'argient.

TARDE DE AGOSTO

Meus olhos
se tornaram prisioneiros
das espessuras louras
dos campos.
Vento da tarde
as penteia.
Amanhã vem o ceifeiro
com sua foice alegre
de prata.

AL PIEVEL ROMONTSCH

Stai si, defenda,
romontsch, tiu vegl lungatg,
risguarda pretenda
per tiu patratg!
Dedesta tut cun tun sonor
dil frontsch romontsch
cantau da cor!
Quel tuna ferm e suna clar
e cuora senza balbegiar,
gie, senza balbegiar,
essend artaus das best
matern schi car!

AO POVO ROMANCHE

Levanta-te, defende,
romanche, a tua antiga língua,
exige respeito
pelo teu pensar!
Pronuncia tudo com um tom sonoro
do livre romanche
cantado de coração!
Que ele ressone firme e claro
e escandeça sem vacilar,
sim, sem vacilar,
que é a herança
do seio materno tão caro!

O termo ***parábola*** vem do latim eclesiástico. Começou a substituir ***verbum***, que significava ***palavra***, devido ao uso que faziam os tradutores da Bíblia, ***in rustica parabola*** (comparação), para logo tomar o significado de ***discurso***, ***palavra***. Em galego ainda hoje se usa ***verba*** (plural latino) para designar ***palavra*** e em romeno ***vorbă***, que apesar da semelhança, tem origem eslava. Também ***palavre***, em romeno, do latim ***parabola***, existe, mas com o sentido de ***lábia***.

A palavra espanhola ***ujier***, que vem de ***usier***, e esta do francês antigo ***huissier***, deriva do latim ***ostiarius***, que significa ***porteiro***. Em romeno, ladino dolomítico (assim como em romanche e friulano) e italiano temos, respectivamente, ***uşa***, ***usc*** e ***uscio*** significando ***porta*** e vêm do latim ***ostium***, pelo plural ***ustia***, portas, entradas. Já o verbo italiano ***uscire***, romeno, ***ieşì*** e catalão ***eixir***, que tem o mesmo étimo, quer dizer ***sair***. ***Oceani Ostium*** (o Estreito de Gibraltar) era a porta do oceano, para os romanos. Em romeno, há ainda ***uşier***, quase em desuso.

Pelo célebre decreto do ***Concílio de Tours***, de 813, que obrigou ao clero o uso das variedades românicas em suas predicações, a ***Igreja Católica*** tornou-se bilingüe: portadora do latim literário, que era sua língua oficial, ao mesmo tempo em que se servia das várias línguas neolatinas, a fim de serem os seus doutrinamentos lidos e entendidos pelo povo. Isso intesificou a fragmentação lingüística do latim, já iniciada com a chegada dos germânicos no oeste da Europa e dos eslavos, a leste.

O termo latino ***paganus*** tinha, na época clássica, dois significados: o de ***camponês*** (habitante do ***pagus***) e, na linguagem militar, o de ***civil***, oposto a ***castrensis*** (habitante do ***castrum***). Hoje ***pagão*** tem nas línguas neolatinas o sentido de ***não-cristão***. Uma explicação: os pagos (***pagi***) ficaram por muito tempo infensos à cristianização e, assim,

os ***pagani*** se chamavam aos que não se tornavam cristãos. Outra explicação: cada cristão se considerava, nos primórdios da propagação da nova religião, um ***miles Christi***, ou seja, ***soldado de Cristo***. E então, de acordo com o sentido original castrense, quem não fosse ***miles Christi*** era um ***civilis***, ou seja, ***paganus***. O outro sentido que tomou a partir do Cristianismo é onipresente em todas elas, como é o caso do port. ***pagão***, do esp. e it. ***pagano***, do cat. ***pagà***, do fr. ***payen***, do rom. ***păgân*** etc. O termo esp. e port. ***paisano***, it. ***paesano***, cat. ***paisà***, fr. ***paysan*** têm origem no latim ***pagensis***, também de ***pagus***, mas é outra história, mesmo se, além de significar ***compatriota***, da mesma nação ou país, possa significar ***aquele que não é militar***. Daí a expressão ***à paisana*** equivaler a ***em traje civil***.

Chegar ou partir? Em latim, ***plicare*** significa ***duplicar***, ***enrolar***, ***dobrar***; o francês ***plier***, o italiano ***piegare***, o provençal ***plegar***, o português ***preguear***, de ***pregar***, o espanhol ***plegar*** (dar dobras), mantêm vivo o sentido original. Mas vejamos quanto desdobramento semântico: ***plecà*** em romeno, significa ***partir***! (ex.: ***eu plec la casa mea*** – eu parto para minha casa). Este sentido parece (parecia) desconhecido em latim, mas pode-se explicar pelo ***sermo castrensis***: ***plicare tentoria*** é ***enrolar as tendas***, ou seja, levantar acampamento, partir. Nas línguas ibéricas, ao contário, significa ***chegar***! Espanhol ***llegar***, protuguês ***chegar***, obedecidas as regras de mutação do latim em romanço peninsular. Em latim vulgar, encontramos ***se plicare***, no sentido de ***aproximar-se***, possivelmente vindo de ***applicare***, da terminologia náutica: ***plicare vela*** (enrolar o velame do barco), com o sentido exatamente oposto a ***plicare tentoria***! Em dalmático, língua de marinheiros do mar Adriático, o sentido de ***applicare*** (atestado em Zara) é o mesmo do português e do espanhol. Portugueses e espanhóis foram marinheiros desde séculos.

Há quem diga que a palavra ***testa***, que em muitas regiões da romanidade significa ***cabeça*** (francês ***tête***, italiano setentrional ***testa***, provençal ***testa***, siciliano ***testa*** etc.) teve sua origem no costume dos povos bárbaros invasores de beberem vinho (e até mesmo água) em

crânios humanos. Em latim ***testa*** significava ***vaso de argila*** e para ***cabeça*** havia ***caput*** (português ***cabeça***, espanhol ***cabeza***, com o sufixo ***itia: capitia***; italiano meridional ***capo***, corso ***capu***, romeno ***cap*** etc.). Em napolitano, ainda hoje se usa ***testa*** para designar ***vaso com flores***.

A palavra portuguesa ***saudade*** (do latim ***solitatem***) foi grafada, primordialmente, ***soidade***, ***soedade***, passando depois a ***saudade***, talvez por influência de ***saudar***. Do latim ***dolus***, por ***dolor***, é a palavra romena ***dor***, com o significado de saudade. Da mesma fonte, o espanhol ***duelo***, italiano ***duolo***, catalão e provençal ***dol***, francês ***deuil***, sardo ***dolu***, friulano ***dûl*** e português ***dó***, significam luto, pesar, pena, compaixão. A palavra espanhola ***añoranza***, a catalã ***enyorança*** (do latim ***ignorantia***) são perfeitamente traduzíveis por ***nostalgia***, esta, comum a todas as línguas românicas. É claro que o ***sentimento da saudade*** também é comum a todos. Ah, a Saudade...

Os dácios não foram dizimados em 105-107 AD nas guerras com os romanos. Uma prova: mais de três séculos depois os godos chegaram à Hispânia sabendo o latim, aprendido em sua passagem pela Dácia e trouxeram à Ibéria o mito de ***Zamolxis*** (o deus dácio) e de ***Deceneu*** (o seu profeta). Disso nos dá conta Isidoro de Sevilha, além dos poetas Lucano e Marcial. Os daco-romanos (descendentes de dácios e romanos) formaram o povo romeno. E é certo que alguns daco-romanos acompanharam os visigodos em sua incursão à Hispânia, para sua ***quarta e definitiva fundação***, segundo Lucano (BUSUIOCEANU, 1985).

A poesia tem honrado e enaltecido os chamados idiomas menores. Não são poucos os poetas que têm demonstrado apreço por línguas ou dialetos de pequena circulação. Tal é o caso de Federico García Lorca, que poetou em língua galega (os seus já célebres ***Cinco Poemas Galegos***). Também Pier Paolo Pasolini, bem a propósito, publicou seu primeiro livro, ***Poesie a Casarsa***, em friulano, que era a língua de sua mãe. Vamos a um poema de Pasolini:

ALTÀIR	ALTAIR
Altàir, stèla dal dûl,	Altair, estrela da compaixão
quànd che mi lèvi trist,	quando me encontro triste,
jo ti sèrei tal nûl:	eu te busco entre as nuvens:
e tu, tu mi assistis.	e tu, tu me assistes.
Il timp a no l'è siùn,	O tempo não parece são
c'al ristòre e, svejâs,	mas no anima e, despertos,
ni fa jupâ pai prâs!	nos faz correr pelo prado!
Cussi, Altàir, il tò lum	Assim, Altair, o teu lume
par infinídis stèlis	parece infinitas estrelas
al lùs: e no di une	de luz e não de uma
sólo stasòn. Ghi trème	só estação. Aqui estremece
il timp di me donzèl.	o meu tempo de rapaz.
Altàir, trèmul dal sièl,	Altair, trêmulo vezo do céu,
s'jo ti sèrci tal nûl,	se eu te busco entre as nuvens,
al còle un vêl. Culà	cai um véu. Acolá
mi lùs il vùli antic	me luz o olhar antigo
– belzà – sènze pi dûl.	– enfim – sem mais compaixão.

N.B.: Como anota o próprio autor, em seu livro, o idioma friulano deste poema não é o genuino, mas ***docemente*** entretecido de vêneto.

De acordo com depoimento do historiador romano Eutropius, a província romana da Dácia (atual Romênia), após as duas demoradas guerras levadas a cabo por Trajano, para a sua conquista e incorporação ao império romano, sofreu uma brutal redução populacional (mas não a sua dizimação), tanto pelo perecimento nas cruentas batalhas, como pela fuga dos sobreviventes para além dos limites do império: ***Dacia enim diuturno bello Decebali*** (Decebal era o rei dos dácios) ***viris fuerat exhausta...*** Em face disso, Trajano providenciou a ida de colonos de todos os recantos do império romano para a Dácia: ***Trajanus victa Dacia ex toto orbe Romano infinitas eo copias homium transtulerat ad agros et urbes colendas.*** Este fato ajuda a explicar a intensa romanização da Dácia em apenas pouco mais de século e meio de colonização, ou

seja: à chegada dos bárbaros, encontrava-se a Dácia com uma população falante do latim rústico (soldados, veteranos, colonos, pastores etc.) inteiramente romanizada.

Os romenos, ao se despedirem de quem vai partir, dizem: – ***Drum bun***. Esta expressão é híbrida, greco-latina: significa ***boa viagem*** (***dromos bonus***); ***dromos*** é grego e ***bonus***, latim.

Mère (mãe), ***mer*** (mar), ***maire*** (prefeito); ***vert*** (verde), ***ver*** (verme), ***vers*** (verso), ***verre*** (copo), ***vers*** (em direção a); ***impair*** (ímpar), ***un père*** (um pai). ***L'ours blanc est maître au pôle*** (o urso branco é mestre no pólo); ***l'explorateur aime être au pôle*** (o explorador gosta de estar no pólo); ***elle aimait trop Paul*** (ela amava muito a Paulo); ***Paris est métropole*** (Paris é metrópole). Estes são exemplos de um sem número de palavras e expressões francesas que têm pronúncia similar e até podem confundir um ouvinte não muito habituado aos sons da língua de Victor Hugo e Catherine Deneuve.

Lucrum facere, do latim, queria dizer ganhar dinheiro. Nas línguas românicas ***lucrum*** significa ***vantagem pecuniária***. O dialeto romeno dos Bálcãs (***aromeno***) ainda utiliza ***face lucru***, mas em romeno litearário ***lucru*** é ***coisa***, ***objeto***, e ***lucrà*** quer dizer ***trabalhar***, simplesmente.

É interessante notar como a palavra ***desenvolvimento*** (português) é escrita de modo diferente nas principais línguas românicas: temos ***desarrollo*** em espanhol, o catalão ***desenvolupament***, que apenas lembra o francês ***dévélopment*** e menos ainda o italiano ***sviluppo***, que nada parece com o romeno ***dezvoltare***. Na verdade, os étimos são vários: do

latim ***volvere***, do latim ***rotulare*** (desarrollo), do francês antigo ***voloper*** (dévélopment, sviluppo e desenvolupament) e de étimo não atestado, mas presumivelmente, do latim ***voltare***, de ***vultus***, ***voltus***.

Também a palavra portuguesa ***andorinha – golondrina*** (esp.), ***hirondelle*** (fr.), ***rondine*** (it.), ***oreneta*** (cat.), ***randulina*** (rum.) e ***rândunică*** (rom.) – não é facilmente traduzível, reciprocamente, embora tenha a mesma raiz etimológica das demais: o latim ***hirundo*** e seus diminutivos vulgares.

Olisiponis, Portus Cale, Bracara, Emerita, Cesaraugusta, Barcino, Toletum, Legio Septima Gemina, Burdigalia, Lugdunum, Lutetia Parisiorum, Mediolanum, Florentia, Urbs Taurinorum, Curia Raetorum, Londinium, Lissus, Clusium, Colonia Agrippinensis, Vindobonum, cidades do império romano, têm hoje os nomes respectivos: ***Lisboa, Porto, Braga*** (Portugal); ***Mérida, Zaragoza, Barcelona, Toledo, León*** (Espanha); ***Bordeaux, Lyon, Paris*** (França); ***Milano, Firenze, Torino*** (Itália); ***Cuira*** (Suíça); ***London*** (Inglaterra); ***Lisch*** (Albânia); ***Cluj*** (Romênia); ***Köln*** (Alemanha); ***Wien*** (Áustria). Muitas outras cidades européias ostentaram, no passado, nomes romanos e respondem hoje por denominações que lembram as invasões bárbaras ou homenageam figuras da cultura e da política.

A palavra ***universidade***, de origem latina, tem seus primórdios na Itália. Em Salermo, por volta de 1050, Constantino O Africano começou a dar aulas de Medicina. A Faculdade de Direito de Bologna é de 1088. Essas duas escolas devem ser as mais antigas universidades do mundo ocidental. A pessoa do ***rector scholariorum*** logo se fez necessária, para a defesa dos interesses dos alunos junto ao poder e ao Vaticano. Esses ***studia generalia***, plural de ***studium generale***, foram os embriões das posteriores universidades modernas.

De rústica língua dos camponeses do Lácio, até se tornar a língua do vasto império romano, o latim experimentou muitas inovações e

câmbios morfo-sintáticos e fonéticos. Essas modificações não cessaram de acontecer, enriquecendo a língua latina e hoje, as línguas continuadoras da ***romana lingua*** (ou seja, português, galego, castelhano (espanhol), catalão, provençal, francês, romanche, sardo, italiano e romeno, sem falar nos códigos lingüísticos "menores", como o friulano, corso, gascão, napolitano, asturiano etc.), consideradas em conjunto, são faladas por cerca de 750 milhões de pessoas em todo o globo, número superior a qualquer dos outros dois maiores conjuntos de línguas afins do Ocidente: o ***eslavo*** (onde se agrupam russo, bielo-russo, ucraniano, polonês, checo, eslovaco, esloveno, croata, sérvio, macedônio, búlgaro) e o ***germânico*** (que abriga inglês, holandês, alemão, dinamarquês, sueco, norueguês, islandês).

A Constituição Espanhola de 1978 reconheceu a entidade da Galiza, da Catalunha e do País Basco e lançou as bases que levariam ao Estatuto de Autonomia de cada uma dessas regiões. O Estatuto de Autonomia da Galiza (21.12.1980) reconhece o galego como língua da Galiza, e o considera, juntamente com o espanhol, língua oficial da Comunidade Autônoma. Em 13.06.1983 entrou em vigor a ***Lei de Normatización Lingüística*** da Galiza. O organismo encarregado da normatização do galego é a ***Direccion Xeral da Política Lingüística***.

Eis aqui uma relação de termos galego-portugueses, muito encontradiços nas ***cantigas d´amigo***, do século XIII, cuja compreensão torna-se difícil para um leitor contemporâneo, embora alguns deles possam ser encontrados na boca de camponeses, principalmente do Nordeste do Brasil e interior de Portugal: ***adur*** → a duras penas, dificilmente; ***aginha*** → depressa, agora mesmo; ***catar*** → obedecer, sujeitar-se; ***chus*** → mais; ***coita*** → sofrimento de amor; ***ende*** → por isso, disso; ***endurar*** → suportar; ***ergas*** → exceto, senão; ***guisar*** → preparar; ***medês*** → a mim mesmo; ***organo*** → este ano; ***rem*** → coisa, nada; ***sen*** → juízo; ***toste*** → cedo; ***vegada*** → vez; ***vervo*** → provérbio; ***virgeu*** → jardim

Em 1985, foram comemorados nos Dolomitas (Itália) os 2000 anos de ***lingua ladina***, uma vez que a província romana da Récia foi incorporada ao império em 15 a.C, pelo imperador Augusto. O ladino dolomítico é falado hoje por cerca de 40 mil pessoas, em seis vales dos Alpes Centrais.

Além da influência no campo da fonética e da morfologia, o chamado falar ***francônico*** influenciou a língua dos galo-romanos (habitantes romanizados da Gália) de forma muito intensa: assim, a pronúncia do **h** – inicial (que a exemplo dos outros povos românicos ocidentais, os galo-romanos desconheciam) como em palavras como ***haut***, ***helm***, ***haïr*** etc. Essa influência germânica de data remota não se verifica nas outras línguas românicas. Mas tem mais: ultrapassando o campo da fonética e da morfologia, o bilingüismo francônico-românico deixou vestígios também na sintaxe, como na posição da palavra determinante diante da palavra determinada: ***Pro Deo amur*** (Juramento de Estrasburgo); ***Li Deo inimi*** (Cantilena de Santa Eulália); ***Al Saint Denis Mostier*** (A Peregrinação de Carlos Magno); ***Li Deu amis*** (A Vida de São Tomás de Cantorbéry); e até em topônimos franceses, como ***Popin-court***, ***Roman-ville***, ***Neuchâteau***, tudo em oposição a formas como ***pour l'amour de Dieu***, ***Mostier de Saint Denis***, ***Castelnau*** (este último encontrado na França meridional, onde a influência dos francos foi muito menor) etc.

Ainda hoje, em romanche diz-se ***cudesh*** para designar ***livro***. Esta palavra é uma relíquia entre as línguas românicas e vem de ***codex***, latim (tabuinha de escrever, livro). O português ***códice*** também tem origem no latim ***codex-codicis***, mas seu sentido é ***manuscrito***, ***pergaminho***, ***peça de antiquário***. ***Il cudesch è sin la maisa*** (o livro está sobre a mesa). Por ser também singular, lembramos o romeno ***carte***, que designa ***livro*** e vem do latim ***charta***, que entre nós é outra coisa. ***Cartea este pe masă*** (o livro está sobre a mesa).

O dialeto gascão, que faz ponte entre a Gália e a Ibéria, lingüisticamente falando, apresenta particularidades que o aproximam do catalão, do castellhano e até do português. Foneticamente, é bem aparentado com o catalão. Mais do que o castelhano, transforma a lábio-dental **f** em simples aspiração: ***hilha***, ***haría***, ***hlor***, ***hred***, ***cauhar***, para ***filha***, ***farinha***, ***flor***, ***frio***, ***calefar*** (aquecer); como em português, adotou **lh** (como em provençal) e, na maioria dos casos, perdeu o **n** intervocálico: assim ***ua*** para ***una***, ***lua*** para ***luna***, ***esquia*** para ***esquina***, ***semiar*** para ***seminar*** etc.

A Inglaterra, a Itália, a Catalunha e a Espanha utilizaram a língua provençal (a língua d'oc, sul da França) para trovar suas canções de amor cortês, na Idade Média. A influência occitana sobre o ***modus trovandi*** de todo o Ocidente é inegável.

A língua provençal experimentou, a partir da instituição do Félibrige, um grande impulso, devido, sobretudo, à figura de Frédéric Mistral, seu grande líder. Mas, por outro lado, os dialetos provençais que não fossem do Ródano, ficaram, por assim dizer, à margem das modificações introduzidas por Mistral e seus seguidores. Assim, por exemplo, o feminino singular em **o** (conforme ***Mirèio***, ***lengo***, ***Prouvènço*** etc.) não foram acatados pelos occitanos (que insistiram em ***Mirèia***, ***lenga***, ***Provença*** etc.) O movimento occitano no sentido da padronização de todos os dialetos provençais terminou por sobrepujar a antiga tendência e o occitano central é a vertente mais aceita para o conjunto dos dialetos provençais.

Em 1535 instalou-se a primeira tipografia de todas as Américas, no México, a Oficina de Esteban Martín. Imprimiu o primeiro livro, ***Escala Espiritual***, de San Juan Clímaco. Seguiram-se ***Doctrina***, de Turibio de Motolinia e ***Catecismo Mexicano***, de Juan de Ribas (1537).

Também a xilogravura mais antiga que se conhece, impressa na América, é mexicana, de 1544.

A cidade de París já se chamou ***Lutetia Parisiorum*** (Planície Pantanosa dos Parísios). A tribo ***paris*** era nativa da região. Lutécia vem de ***lutum***, que em latim significa ***lodo***, ***lama***.

Após decorridos dois meses da data do compromisso, um patrício romano lembra ao devedor o tempo passado; este se surpreende:

– ***Jam sunt duo mensis?***

– ***Jam!***

A pergunta e a resposta, em português:

– ***Já são dois meses?***

– ***Já!***

O pronome demonstrativo latino ***ille-illa*** (aquele-aquela) originou os artigos definidos nas línguas românicas, menos no sardo.

Em romeno, houve a posposição do pronome: ***homo ille***, ***vita illa***. Para o plural, as línguas românicas tomaram o acusativo ***illos-illas***, menos para italiano e romeno (***illi-illae***). Em língua sarda, o que deu origem aos artigos definidos foi o demostrativo ***ipse-ipsa*** (ele mesmo, ela mesma) para o singular, com influência do acusativo ***ipsum***; para o plural, tomou-se o acusativo ***ipsos-ipsas***.

	Singular		Plural	
Latim →	*Ille homo*	*Illa vita*	*Illi Homines*	*Illae vitae*
Italiano →	*(I)L'uomo*	*La vita*	*Gli uomoni*	*Le vite*
Francês →	*L(e)'homme*	*La vie*	*Les hommes*	*Les vies*
Catalão →	*(E)L'home*	*La vida*	*Els homes*	*Les vides*
Espanhol →	*El hombre*	*La vida*	*Los hombres*	*Las vidas*
Português →	*O homem*	*A vida*	*Os homens*	*As vidas*
Romeno →	*Omul*	*Viaţa*	*Oamenii*	*Vieţile*
Sardo →	*S´òmine*	*Sa vida*	*Sos òmines*	*Sas vidas*

O latim ***fodere*** (de onde ***fossus***, ***fossa***, ***fossatum***, ***fossilis*** etc.) significa cavar a terra, abrir fossos, valas, minas (***argentum fodere*** era extrair prata por escavação). Deu muitos desdobramentos, alguns dos quais vemos abaixo:

Português	Espanhol	Catalão	Francês	Italiano	Romeno
foder	*hoder*	*foder*	*foutre*	*fotere*	*futere*
fossa	*fosa*	*fossa*	*fosse*	*fossa*	*fosă*
fosso	*foso*	-	*fosse*	*fosso*	-
fossado	*fosado*	*fossat*	*fossé*	*fossato*	*sat*
fojo	*hoyo*	-	-	-	-
fossário	*fosario*	*fossar*	-	-	-
fossar	*fosar*	-	*fossoyer*	*fossare*	-
-	-	*fosser*	*fossoyeur*	*fossoiolo*	-
fóssil	*fósil*	*fòssil*	*fossile*	*fossile*	*fosil*

Admite-se para ***fojo*** (port.) e ***hoyo*** (esp.) um latim tardio ***fodio***, ação ou resultado de cavar a terra. Temos ***fovea*** em latim, com o sentido de armadilha, alçapão, fojo. O termo romeno ***sat*** deriva do latim ***fossatum***, lugar fortificado com valas, ao redor de uma vila ou cidade. Este significado perdura no catalão ***fossat***, mas em romeno designa simplesmente ***aldeia***. Os termos ***fossário*** (port.), ***fosario*** (esp.) e ***fossar*** (cat.) designam ***cemitério***, lugar onde se encontram muitos ***fossos***. ***Fosser*** (cat.), ***fossoyeur*** (fr.) e ***fossiolo*** (it.) correspondem a coveiro, enquanto ***fossar*** (port.), ***fosar*** (esp.), ***fossoyer*** (fr.) e ***fossare*** (it.) são ***abrir fossos***.

De um a dez

Latim	Português	Espanhol	Catalão	Francês	Italiano	Romeno
Unus	Um	***Uno***	***Un***	***Un***	***Uno***	***Unu***
Duo	Dois	***Dos***	***Dos***	***Deux***	***Due***	***Doi***
Tres	Três	***Tres***	***Tres***	***Trois***	***Tre***	***Trei***
Quattuor	Quatro	***Cuatro***	***Quatre***	***Quatre***	***Quatro***	***Patru***
Quinque	Cinco	***Cinco***	***Cinc***	***Cinc***	***Cinque***	***Cinci***
Sex	Seis	***Seis***	***Sis***	***Six***	***Sei***	***Şase***
Septem	Sete	***Siete***	***Set***	***Sept***	***Sette***	***Şapte***
Octo	Oito	***Ocho***	***Vuit***	***Huit***	***Otto***	***Opt***
Novem	Nove	***Nueve***	***Nou***	***Neuv***	***Nuove***	***Nouă***
Decem	Dez	***Diez***	***Dix***	***Dix***	***Diece***	***Zece***

Estações do ano

A partir da fonte latina (***ver-veris***, ***aestas-aestatis***, ***autumnus*** e ***hibernus***) temos:

Português	Espanhol	Catalão	Francês	Italiano	Romeno
Primavera	***Primavera***	***Primavera***	***Printemps***	***Primavera***	***Primăvară***
Verão	***Verano***	***Estiu***	***Été***	***Estate***	***Vară***
Outono	***Otoño***	***Autumne Tardor***	***Automne***	***Autunno***	***Toamnă***
Inverno	***Invierno***	***Hivern***	***Hiver***	***Inverno***	***Iarnă***

Interessantes são as exceções do francês ***printemps***, que deriva do latim ***primus tempus*** e do catalão ***tardor***, que insinua ser o outono a última estação do ano. ***Tardor*** é palavra muito freqüente na poesia catalã. Interessante também é que ***primavera*** e seus equivalentes nas outras línguas românicas significava, primordialmente, ***primeiro verão***.

Dias da semana

Latim	Latim litúrgico	Português	Francês
Solis dies	***Dominica***	***Domingo***	***Dimanche***
Lunae dies	***Secunda feria***	***Segunda-feira***	***Lundi***
Martis dies	***Tertia feria***	***Terça-feira***	***Mardi***
Mercurii dies	***Quarta feria***	***Quarta-feira***	***Mercredi***
Jovis dies	***Quinta feria***	***Quinta-feira***	***Jeudi***
Veneris dies	***Sexta feria***	***Sexta-feira***	***Vendredi***
Saturni dies	***Sabbatum***	***Sábado***	***Samedi***

Espanhol	Catalão	Romeno	Italiano
Domingo	***Diumenge***	***Duminica***	***Domenica***
Lunes	***Dilluns***	***Luni***	***Lunedì***
Martes	***Dimartis***	***Marți***	***Martedì***
Miércoles	***Dimecres***	***Miercuri***	***Mercoledì***
Jueves	***Dijous***	***Joi***	***Giovedì***
Viernes	***Divendres***	***Vineri***	***Venerdì***
Sábado	***Dissabte***	***Sâmbăta***	***Sabbato***

O latim litúrgico sobrepujou totalmente o latim original no domínio lusitano, o que resultou numa exclusividade da língua portuguesa, entre as línguas românicas.

Meses do ano

Latim	Espanhol	Italiano	Francês
Januarius	*Enero*	*Genaio*	*Janvier*
Februarius	*Febrero*	*Febraio*	*Fevrier*
Martius	*Marzo*	*Marzo*	*Mars*
Aprilis	*Abril*	*Aprile*	*Avril*
Maius	*Mayo*	*Maggio*	*Mai*
Junius	*Junio*	*Giugno*	*Juin*
Julius	*Julio*	*Luglio*	*Julliet*
Augustus	*Agosto*	*Agosto*	*Août*
September	*Septiembre*	*Settembro*	*Septembre*
October	*Octubre*	*Ottobro*	*Octobre*
November	*Noviembre*	*Novembro*	*Novembre*
December	*Diciembre*	*Dicembre*	*Decembre*

Catalão	Romeno	Português
Gener	*Ianuarie*	*Janeiro*
Febrer	*Februarie*	*Fevereiro*
Març	*Martie*	*Março*
April	*Aprilie*	*Abril*
Maig	*Mai*	*Maio*
Juny	*Iunie*	*Junho*
Juliol	*Iulie*	*Julho*
Agost	*August*	*Agosto*
Setembre	*Septembrie*	*Setembro*
Octubre	*Octombrie*	*Outubro*
Novembre	*Noiembrie*	*Novembro*
Desembre	*Decembrie*	*Dezembro*

A palavra portuguesa ***lar*** evoca dos antepassados romanos o deus ***Lar***, ou os deuses ***Lares***, protetores das cidades, das ruas, das casas, das famílias. Daí deriva a palavra ***lareira***, porque os deuses ***Lares*** eram representados pelo fogo. O espanhol ***hogar***, o francês ***foyer*** e o catalão ***fogar*** recordam mais o latim ***focarium*** (lugar onde se acende o fogo e, por extensão, a ***lareira***). Já o italiano ***focolare*** parece híbrido e lembra

tanto ***focarium*** quanto ***Lares***. Em romeno se impôs o termo ***cămin***, para designar a casa paterna. Também o termo ***vatră***, que tem o sentido de ***lar***, é usado e sua origem é dácia. Lar, doce lar...

Interessante observar que os falantes do espanhol na América Latina (e nos Estados Unidos!) não adquiriram o hábito (tão comum entre os brasileiros) de chamar os nascidos nos Estados Unidos de ***americanos***. Para os hispanofalantes, são ***estadunidenses***. Nada mais justo. Afinal, o continente americano não é também nosso? E o Estado da Florida é mesmo ***La Florida***, com pronúncia original espanhola (a mesma do português). Nada de ***Flórida***. Muito justo: o nome daquela unidade federativa estadunidense se deu em virtude do local ter sido avistado (ou descoberto, na visão européia do início do século XVI) pelos espanhóis (Juan Ponce de León, 1513) durante a ***Páscoa Florida***. A ***Florida*** pertenceu à Espanha até 1819.

O latim ***sigillum*** engendrou o português ***selo***, que hoje significa o impresso sobre o qual vai o timbre postal do pagamento pela entrega de correspondência, impressos, encomendas etc. Em francês se diz ***sceau*** para o selo da Justiça; para o correio, é mais freqüente ***timbre***; o romeno ***sigiliu*** tem conotação de ***lacre***, sendo comum o uso do termo ***marcă*** para a franquia postal; em espanhol, tanto se usa ***sello*** (Espanha) como ***estampilla*** (América Latina); em catalão é mais comum ***timbre***; em italiano, surgiu ***francobollo*** para designar selo postal, enquanto ***sigillo***, ***timbro***, têm conotação de lacre.

Na verdade, o latim ***sigillum*** é o diminutivo de ***signum***. Designava ***timbre***, ***sinal***, ***marca***; como este sinal tornou-se corriqueiro, passou a designar o impresso sobre o qual se apõe o ***signum***.

O selo postal é invenção mais ou menos recente; consta que foi na Sardenha que surgiu o primeiro selo, chamado ***cavallino*** ou ***cavallotte*** e trazia a estampa de um pequeno cavalo montado por um gênio (por certo o carteiro...), datado de 1819. A carta e a franquia eram emitidas pelo serviço postal. O selo impresso isoladamente surgiu na Inglaterra em 1840. O Brasil foi o terceiro país do mundo e o primeiro das Américas a emitir o selo postal, em 1° de agosto de 1843, por decreto assinado por D. Pedro II.

PARÁBOLA DO FILHO PRÓDIGO
(fragmento)

Em | latim
português
romeno
francês
italiano
provençal
catalão
espanhol

Língua latina

Homo quidam habuit duos filios, et dixit adulescentior ex illis patri: Pater, da mihi portionem substantiae, quae me contingit. Et divisit illis substantiam. Et non post multos dies, congregatis omnibus, adulescentior filius peregre profectus est in regionem longinquam et ibi dissipavit substantian suam vivendo luxuriose. Et, postquam omnia consummasset, facta est fames valida in regione illa, et ipse coepit egere. Et abiit et adhaesit uni civium regionis illius, et misit illum in villam suam, ut pasceret porcos. Et cupiebat implere ventrem suum de siliquis, quas porci manducabant; et nemo illi dabat. In se autem reversus dixit: Quanti mercennarii in domo patris mei abundant panibus, ego autem hic fame pereo!...

Um homem tinha dois filhos. Disse ao pai o mais jovem: – Pai, dá-me a parte de bens que me cabe. O pai dividiu-lhes os haveres. Depois de alguns dias, o filho mais jovem juntou tudo e partiu para uma terra distante. Lá dissipou os haveres, vivendo dissolutamente. Depois de gastar tudo, sobreveio uma grande fome àquela terra e ele começou a passar necessidade. Foi pôr-se ao serviço de um dos cidadãos daquela terra, que o mandou para os campos para cuidar dos porcos. Desejava encher o estômago com as bolotas que os porcos comiam mas ninguém lhas dava. Caindo em si, disse: – Quantos empregados do pai têm pão em abundância, enquanto eu aqui morro de fome!...

Língua romena

Un om avea doi fii. Cel mai tânăr din ei a zis tatălui său: –Tată, dă-mi partea de avere, ce mi se cuvine. Şi tatăl le-a împărţit averea. Nu după multe zile, fiul cel mai tânăr a strâns totul, şi a plecat într'o ţară depărtată, unde şi-a risipit averea, ducând o viaţă destrăbălată. După ce a cheltuit totul, a venit o foamete mare în ţara aceea, şi el a început să ducă lipsă. Atunci s'a dus şi s'a lipit de unul din locuitorii ţării aceleia, care l-a trimis pe ogoarele lui să-i păzească porcii. Mult ar fi dorit el să se sature cu roşcovele, pe care le mâncau porcii dar nu i-le da nimeni. Şi-a venit în fire, şi a zis: – Câţi argaţi ai tatălui meu au belşug de pâne, iar eu mor de foame aici!...

Língua francesa

Un homme avait deux fils. Le plus jeune dit à son père : –Père, donne-moi la part de bien que doit me revenir. Et le père leur partagea son avoir. Peu de jours après, le plus jeune fils, ayant tout realisé, partit pour un pays lointain et il y dissipa son bien dans une vie de désordre. Quand il eut tout dépensé, une grande famine survint dans ce pays, et il commença à se trouver dans l'indingence. Il alla se mettre au service d'un des citoyens de ce pays qui l'envoya dans ses champs garder les porcs. Il aurait bien voulu se remplir le ventre des gousses que mangeaient les porcs, mais personne ne lui en donnait. Rentrant alors en lui-même, il se dit: – Combien d'ouvriers de mon père ont du pain de reste, tandis que moi, ici, je meurt de faim!...

Língua italiana

Un uomo aveva due figli. E il più giovane disse al padre: – Padre, dammi la parte del patrimonio che mi spetta! Allora egli divise i suoi beni tra di loro. E pochi giorni dopo il figlio più giovane radunò tutto e se ne andò in un paese lontano e là dissipò il suo patrimonio in una vita licenziosa. Quando però ebbe dissipato ogni cosa, scoppiò una terrible carestia in quel paese ed egli si trovò in una amara miseria. Ed egli andò a mettersi alle dipendenze di un cittadino di quel paese e costiu lo mandò nei suoi campi a custodire i porci. Ed egli avrebbe voluto riempirse il ventre delle carrube che i porci mangiavano, ma nessuno gliele dava. Allora egli rientrò in se stesso e disse: – Quanti mercenari di mio padre hanno pane in abbondanza ed io qui muoio di fame!...

Língua provençal (occitano)

Un òme aviá que dos dròlles. Lo plus jove diguèt a son paire: –Es ora pèr ieu de me governar sol e d'aver d'argent; me cal poder partir e véser de païs. Despartissètz lo vòstre ben e donatz-me çò que devi aver. – O mon filh, diguèt lo paire, coma voldràs tu; siás un marrit e seràs castigat. Apuèi dubriguèt una tireta, despartiguèt lo sieu ben e ne faguèt doas parts. Qualques jorns aprèp, lo marrit se n'anèt del vilatge en se confiant e sens dire adieu a degun. Traversèt fòrça bosigas, fòrça bòsques, fòrça ribièiras, e arribèt dins una granda vila ont emmercèt tot l'argent. Al cap de quelques meses, calguèt que vendèsse la farda a una vièlha femna e se loguèt pèr vailet: lo mandèron pèls camps guardar los ases e los buòus. Alara foguet plan malaüròs. Aguèt pas mai de lèit pèr dormir la nuèit ni de fuòc pèr se calfar quand aviá freg. Aviá qualque còp talament talent qu'auriá plan manjadas aquelas fuèlhas de caulet e aquela frucha confida que manjam los pòrcs; mas degun li balhava pas res. Un ser, lo ventre trèulhe, se daissèt tombar sus un rolh; e agachava pèr la fenèstra los aucèls que volavan leugièirament. Apuèi veguèt paréisser dins lo cèl la luna e las estèlas e se diguèt en plorant: – Enlá, l'ostal del paire es plen de vailets qu'an de pan e de vin, d'uòus e de fromatge tant que vòlon. D'aquel temps ièu aicí morissi de fam!...

Língua catalã

Un home només tenia dos fills. El més jove va dir al seu pare: – Ja és hora que sigui el meu propi amo i que tingui diners; cal que pugui anar-me'n i veure món. Partiu el vostre bé i doneu-me el que m'escaigui. – Ai, fill meu, va dir el pare, com vulguis; est un dolent i seràs castigat. I després va obrir un calaix, va partir el seu bé i va fer-ne dues parts. Uns dies després, el dolent se'n va anar del poble molt ufà i sense dir adéu a ningú. Va travessar moltes terres ermes, molts boscos i molts rius, i va arribar a una gran ciutat on es va gastar tots els diners. Al cap d'uns mesos, va haver de vendre els seus vestits a una dona vella i es va llogar com a mosso: el van enviar als camps per guardar-hi els asses i els bous. Aleshores va ser molt desgraciat. Ja no va tenir llit per dormir a la nit ni foc per escalfar-se quan tenia fred. De vegades tenia tanta gana que fins s'hauria menjat aquelles fulles de col i aquella fruita podrida que mengen els porcs; però ningú no li donava res. Un vespre, amb el ventre buit, va deixar-se caure al damunt d'un tronc, i mirava per la finestra els ocells que volaven lleugerament. I després va veure aparèixer la lluna i els estels, i va dir-se bo i plorant: – Allà baix, la casa del meu pare és plena de mossos que tenen pa i vi, ous i formatge, tant com en volen. Mentrestant jo m'estic morint de gana aquí!...

Língua espanhola

Un hombre tenía dos hijos; el menor le dijo a su padre: – Padre, dame la parte de la fortuna que me toca. El padre les repartió los bienes. No mucho después, el hijo menor, juntando todo lo suyo, emigró a un país lejano, y allí derrochó su fortuna viviendo como un perdido. Cuando se lo había gastado todo, vino un hambre terrible en aquella tierra y empezó él a pasar necesidad. Fue entonces y se puso al servicio de uno de los naturales de aquel país, que lo mandó a sus campos a guardar cerdos. Le entraban ganas de llenarse el estómago de las algarrobas que comían los cerdos, pues nadie le daba de comer. Recapacitando entonces, se dijo: – Cuántos jornaleros de mi padre tienen pan en abundancia, mientras yo estoy aquí muriéndome de hambre!...

DECLARATIONEM HOMINIS IURIUM UNIVERSAM

Em | latim
português
romeno
francês
italiano
provençal
catalão
espanhol
sardo
romanche
friulano
corso
galego

Declarationem Hominis Iurium Universam

Exordium

Omnium humanae gentis partium perspecto et cognito consensum fidemque propriae dignitatis atque iurium, quae omni tempore aequa et paria esse debent nec alienari possunt, totius terrae libertatis iustitiae pacis esse initium;

hominis iurium perspecto et cognito contemptum et neglegentiam ea facinora atrocia tulisse ut morum humanorum conscientiam religionemque minuerint, atque etiam aetatis initium, qua omnes homines loquendi libertate et credendi utantur, nihil terroris indigentiaeque timentes, maximum, quod homo expetiverit, renuntiatum;

hominis iura perspecto et cognito legum regimine defendi necesse, si cupiunt hominem, ultima ratione, ad nimiae vexationi ac crudeli dominationi reclamitandum non sollicitari;

Gentium coniunctionibus perspecto et cognito magis magisque in dies faveri necesse;

Gentium Coniunctarum perspecto et cognito nationes in Constitutione propria iuribus hominis praecipuis fidem se habere confirmavisse, ipsius hominis dignitati et virtuti, aequis inter homines, vel virum vel mulierem, iuribus, praeterea non modo progressioni generis humani communi se favere decrevisse, sed etiam rationibus vivendi in latiore facultate prosperioribus;

Civitates Socias perspecto et cognito, salva fide, de maxima verecundia et certa observantia hominis iurium et omnium praecipuarum libertatum firmandis, auxilio cum cunctis Gentibus Coniunctis conferendo, esse pollicitas;

ad eadem officia persolvenda perspecto et cognito communem formam rationemque, et eorundem iurium et libertatum, maximi esse momenti et ponderis;

itaque

Publicus nationum coetus hanc declarationem hominis iurium universam promulgant

Omnibus civibus et gentibus speciem perfectam et communem - adipiscendam, ut omnes homines et omnes societatis partes, memoriam Declarationis tenentes, et docendo et instituendo, eorundem iurium et libertatum observantiam reverentiamque augeri conentur, atque, patriis consiliis et externis in dies progredientibus, communem omnium et certam probationem rationemque esse tuta, cum Sociarum Civitatum civium tum civium, quorum fines in iurisdictionis earundem potestate sint et dicione.

I
Omnes homines dignitate et iure liberi et pares nascuntur, rationis et conscientiae participes sunt, quibus inter se concordiae studio est agendum.

II
Omnium hominum propria sunt quae iura et libertates in hac DECLARATIONE enuntiantur: generis,vultus, sexus, linguae, religionis, opinionis civilis, nullo discrimine atque sine natione divitiis loco discretis.

Praeterea nullum discrimen statuetur civitatis forma et iuris aut gentium, regionis aut territorii cuius quidam est, sive ea regio aut territorium sui iuris est vel in administrationis fiduciariae dicione vel non liberum vel in cuiuslibet imperii modi potestate.

III

Suae quisque ipsius vitae, libertatis, incolumitatis potestatem habet.

IV
Homo nemo iugo et servitute oppressus teneri poterit; nullo pacto, servitus et mancipiorum commercium.

V
Homo nemo in cruciatum poterit dari, suppliciis atrocibus adhibendis.

VI
Suae quisque ipsius probationis potestatem habet, ubicumque gentium, personae rationalis et civilis.

VII
Omnes homines ea lege, qua aequo modo defendantur, sunt pares, sine ullo discrimine. Omnes homines lege aequa suae ipsorum defensionis ius habent ab omni discrimine quod eam DECLARATIONEM violet, atque ab omni incitamento ad id discrimen efficiendum.

VIII
Suae quisque ipsius appellationis ad idonea tribunalia patria de facinoribus quae maxima et iusta iura violent ei relata a rei publicae institutis vel legibus, potestatem habet.

IX
Homo nemo sine causa prehendi, custodia teneri, vel exilio poterit affici.

X
Sui quisque, pari iure, iudices aeque ac coram omnibus adeundi potestatem habet, qui non opinioni obnoxii sint sed integri, ut iura officiaque sua constituantur atque criminis contra se iustae causae.

XI
1. Suae quisque ipsius innocentiae coniectae, sceleris accusatus, omni de defendenda causa auctoritate comparata et fide accepta, dum culpa ex lege in publico iudicio ostenta erit, potestatem habet.

2. Homo nemo damnari poterit, si iussum, quod ipso hoc tempore aut ex domestico iure aut ex gentium non fuerit scelus, perpetraverit vel

praetermiserit. Item nulla poena maior quam quae, scelere commisso, iure potest dici, irroganda.

XII

Homo nemo intercessiones, sine causa, adire in suae ipsius vitae genus,familiam, domum, mutuam corresponsionem neque in sui fama detrimenta capere poterit. Suae quisque ipsius tutelae, ex lege contra easdem intercessiones aut detrimenta, potestatem habet.

XIII

1. Suae quisque et motus et sedis domiciliique, in omnium civitatum finibus, libertatis potestatem habet.
2. Suam quisque potestatem habet quamlibet regionem atque suam relinquendi, in eandemque revertendi.

XIV

1. Suae quisque comparationis et usus, inter alias gentes, hospitii potestatem habet, vexationum causa.
2. Quod ius non appellari potest, cum homo criminibus non publicis perquiratur vel rebus adversis Gentium Coniunctarum consiliis et rationibus.

XV

1. Suae quisque ipsius civitatis potestatem habet.

2. Homo nemo sua civitate sine causa demi poterit nec civitatis iure mutandae.

XVI

1. Viri et feminae ius est ut, matrimonio aetate idonea, iungantur et familiam habeant, nullo modo generi, civitati, religioni imposito. Quibus de nuptiis, per nuptias, nuptiis dirimendis, paria iura.

2. Nuptiae constitui possunt ipsis futuris coniugibus libere planeque consentientibus.

3. Familia, societatis nucleus naturalis et praecipuus, ius utendi praesidio habet societatis et Rei Publicae.

XVII

1. Sui quisque ipsius patrimonii atque inter alios communis potestatem habet.

2. Homo nemo suis bonis ex arbitrio potest demi.

XVIII

Suae quisque libertatis potestatem habet, cogitationis conscientiae religionis; ita ut religionem vel sententiam mutet, atque, solus vel communiter, in sacris docendis, exercendis, observandis, publice et privatim, ea possit colere.

XIX

Suae quisque ipsius libertatis potestatem habet, et opinandi et loquendi, de sua sententia nulla molestia affectus, atque nuntios et opiniones indagandi accipiendi divulgandi omnibus modis et nullis impedimentis.

XX

1. Suae quisque ipsius libertatis potestatem habet, et iure et honeste conveniendi et congregandi.

2. Homo nemo, ut congregationi intersit, potest cogi.

XXI

1. Suae quisque rei publicae imperio intersit et per personam ipsam et per legatos sua sponte electos, legibus ferendis.

2. Sui quisque aditus potestatem habet ad rei publicae officia, exaequatis condicionibus.

3. Populi consensus principium est publicae potestatis; qui consensus certis temporibus veridicis et paribus omnium suffragiis, per tabellam est declarandus, vel pari iudicio liberi suffragii.

XXII

Suae quisque ipsius incolumitatis vitae, in hominum societate, potestatem habet etiamque civium conatu et gentium auxilio pro singularum rerum publicarum temperatione et opibus, operis ad rei familiaris et civilis curam et ad doctrinam pertinentis, necessarii ad propriae personae dignitatem et maturitatem.

XXIII

1. Suae quisque ipsius industriae potestatem habet, optionis munus solvendi, aequis condicionibus oblatis atque nulla opera intermissa.

2. Suae quisque mercedis, nullo discrimine, cum pari opera convenientis potestatem habet.

3. Quicumque in opera est, aequae et idoneae remunerationis ius habet ita ut sibi et familiae pro humana dignitate tutam vitam prospiciat, quae, si oporteat, aliis tutelae et fidei modis cumuletur.

4. Suae quisque constitutionis propriae potestatem habet, collegiorum operarum, atque accessionis commoda defendendi causa.

XXIV

Sui quisque corporis et animi relaxationis ius habet, aliquot horis profestis ennumeratis et diebus feriatis, mercede persoluta.

XXV

1. Suae quisque ipsius rationis vivendae ius habet, quod bonae et integrae valetudini caveat, commodo suo et familiae, singulari cura victus, vestis, domicilii, et curationis munerum et societatis vitae officiorum utilium; praeterea ius habet eiusdem tutelae, si sine opere fuerit, si in morbo inciderit, si infirmus, viduus, senex aut defectus a copiis, invitus.

2. Gignendi tempus et puerilis aetas maxima cura custodienda sunt. Omnibus pueris, et matrimonium et extra idem natis, eadem est humanae societatis tutela.

XXVI

1. Suae quisque ipsius doctrinae ius habet, quae de classibus puerilibus est gratuita et praecipua; praeterea doctrina primaria verum necessaria; doctrina, ad artem et munus pertinens, ab omnibus intellegi debet; denique ad ordinem superiorem aeque omnibus pro merito patens.

2. Toti personae maturitati disciplina est dicanda, iurum et libertatum confirmationi et rationi, qua disciplina omnes gentes, omnia genera, omnes religiones intelligenda, observanda, amanda sunt, atque officiis Coniunctarum Gentium favendum ad pacem servandam.

3. Parentium potestas est ut disciplinas, quibus liberi imbuantur, elegant.

XXVII

1. Sui quisque ipsius arbitrii ita potestatem habet ut vitae ad societatis doctrinam pertinenti particeps sit et artibus perfruatur, cum scientiae incrementis beneficiisque vehementer studeat.

2. Suae quisque tutelae ius habet morum rationis utilitatis quae ex suis studiis scientiae litterarum artium efficiantur.

XXVIII

Suae quisque ipsius disciplinae societatis et gentium qua eiusdem DECLARATIONIS iura et libertates plane fieri possint, potestatem habet.

XXIX

1. Omnibus hominibus ad sodalicium officium est praestandum, quo modo mentes animique excoli possint.

2. Sua quisque ipsius iura exercens et libertates derogationibus lege decretis afficiatur ad iurium aliorum et libertatum cognitionem et obsequium praestanda et ad morum legitimas necessitates explendas atque rei publicae tranquillitatis et communis commodi in populari societate.

3. Contra Coniunctarum Gentium proposita et principia numquam haec iura et hae libertates exerceri possunt.

XXX

Cuius DECLARATIONIS nulla res ita potest putari ut quoddam ius exercendae operae vel faciendi facinoris detur cuivis civitati, aliquot hominibus vel uni e multis, ut aliquot iurium et aliquot libertatum eiusdem labefactentur.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homen conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os orgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1º
Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º
Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º
Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º
Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º
Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º
Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º
Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º
Toda pessoa direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º
Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10º
Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11º
1. Toda pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12º
Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13º
1. Toda pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º
1. Toda pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º
1. Todo indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16º
1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Artigo 17º
1. Toda pessoa, individual ou colectiva, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18º
Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19°
Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20°
1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21°
1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios, públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22º
Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23º
1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.

4. Toda pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24º
Toda pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas.

Artigo 25º
1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26º

1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escholher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27º

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28º

Toda pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Declarația Universală a Drepturilor Omului

Preambul

Considerând că recunoaşterea demnității inerente tuturor membrilor familiei umane şi a drepturilor lor egale şi inalienabile constituie fundamentul libertății, dreptății şi păcii în lume,

Considerând că ignorarea şi disprețuirea drepturilor omului au dus la acte de barbarie care revoltă conştiința omenirii şi că făurirea unei lumi în care ființele umane se vor bucura de libertatea cuvântului şi a convingerilor şi vor fi eliberate de teamă şi mizerie a fost proclamată drept cea mai înaltă aspirație a oamenilor,

Considerând că este esențial ca drepturile omului să fie ocrotite de autoritatea legii pentru ca omul să nu fie silit să recurgă, ca soluție extremă, la revoltă împotriva tiraniei şi asupririi,

Considerând că este esențial a se încuraja dezvoltarea relațiilor prietenești între națiuni,

Considerând că, în Cartă, popoarele Organizației Națiunilor Unite au proclamat din nou credința lor în drepturile fundamentale ale omului, în demnitatea şi în valoarea persoanei umane, drepturi egale pentru bărbați şi femei şi că au hotărât să favorizeze progresul social şi îmbunătățirea condițiilor de viață în cadrul unei libertăți mai mari,

Considerând că statele membre s-au angajat să promoveze în colaborare cu Organizația Națiunilor Unite respectul universal şi efectiv față de drepturile omului şi libertățile fundamentale, precum şi respectarea lor universală şi efectivă,

Considerând că o concepție comună despre aceste drepturi şi libertăți este de cea mai mare importanță pentru realizarea deplină a acestui angajament,

ADUNEAREA GENERALA proclamă prezenta DECLARAȚIE UNIVERSALĂ A DREPTURILOR OMULUI, ca ideal comun spre care trebuie să tindă toate popoarele şi toate naţiunile, pentru ca toate persoanele şi toate organele societăţii să se străduiască, având această Declaraţie permanent în minte, ca prin învăţătură şi educaţie să dezvolte respectul pentru aceste drepturi şi libertăţi şi să asigure prin măsuri progresive, de ordin naţional şi internaţional, recunoaşterea şi aplicarea lor universală şi efectivă, atât în sânul popoarelor statelor membre, cât şi al celor din teritoriile aflate sub jurisdicţia lor.

Articolul 1
Toate fiinţele umane se nasc libere şi egale în demnitate şi în drepturi. Ele sunt înzestrate cu raţiune şi conştiinţă şi trebuie să se comporte unele faţă de altele în spiritul fraternităţii.

Articolul 2
Fiecare om se poate prevala de toate drepturile şi libertăţile proclamate în prezenta Declaraţie fără nici un fel de deosebire, în special de rasă, culoare, sex, limbă, religie, opinie politică sau orice altă opinie, de origine naţională sau socială, avere, naştere sau orice alte împrejurări.
În afară de aceasta, nu se va face nici o deosebire după statutul politic, juridic sau internaţional al ţării sau al teritoriului de care ţine o persoană, fie că această ţară sau teritoriu sunt independente, sub tutelă, neautonome sau supuse vreunei alte limitări a suveranităte.

Articolul 3
Orice fiinţă umană are dreptul la viaţă, la libertate şi la securitatea persoanei sale.

Articolul 4
Nimeni nu va fi ţinut în sclavie, nici în servitute; sclavajul şi comerţul cu sclavi sunt interzise sub toate formele lor.

Articolul 5
Nimeni nu va fi supus la tortură, nici la pedepse sau tratamente crude, inumane sau degradante.

Articolul 6
Fiecare om are dreptul să-i se recunoască pretutindeni personalitatea juridică.

Articolul 7
Toți oamenii sunt egali în fața legii și au, fără nici o deosebire, dreptul la o egală protecție a legii. Toți oamenii au dreptul la o protecție egală împotriva oricărei discriminări care ar viola prezenta Declarație și împotriva oricărei provocări la o asemenea discriminare.

Articolul 8
Orice persoana are dreptul la satisfacția efectivă din partea instanțelor juridice naționale competente împotriva actelor care violează drepturile fundamentale ce-i sunt recunoscute prin constituție sau lege.

Articolul 9
Nimeni nu trebuie să fie arestat, deținut sau exilat în mod arbitrar.

Articolul 10
Orice persoană are dreptul în deplină egalitate de a fi audiată în mod echitabil și public de către un tribunal independent și imparțial care va hotărî fie asupra drepturilor și obligațiilor sale, fie asupra temeiniciei oricărei acuzări în materie penală îndreptată împotriva sa.

Articolul 11
1. Orice persoană acuzată de comiterea unui act cu caracter penal are dreptul să fie presupusă nevinovată până când vinovăția sa va fi stabilită în mod legal în cursul unui proces public in care i-au fost asigurate toate garanțiile necesare apărării sale.

2. Nimeni nu va fi condamnat pentru acțiuni sau omisiuni care nui constituiau, în momentul când au fost comise, un act cu caracter penal conform dreptului internațional sau național. De asemenea, nu se va aplica nici o pedeapsă mai grea decât aceea care era aplicabilă în momentul când a fost săvârșit actul cu caracter penal.

Articolul 12
Nimeni nu va fi supus la imixtiuni arbitrare în viața sa personală, în familia sa, în domiciliul lui sau în corespondența sa, nici la atingeri aduse onoarei și reputației sale. Orice persoană are dreptul la protecția legii împotriva unor asemenea imixtiuni sau atingeri.

Articolul 13
1. Orice persoană are dreptul de a circula în mod liber și de a-și alege reședința în interiorul granițelor unui stat.

2. Orice persoană are dreptul de a părăsi orice țară, inclusiv a sa, și de reveni în țara sa.

Articolul 14
1. În cazul de persecuție, orice persoană are dreptul de a căuta azil și de a beneficia de azil în alte țări.

2. Acest drept nu poate fi invocat în caz de urmărire ce rezultă în mod real dintr-o crimă de drept comun sau din acțiuni contrare scopurilor și principiilor Organizației Națiunilor Unite.

Articolul 15
1. Orice persoană are dreptul la o cetățenie.

2. Nimeni nu poate fi lipsit în mod arbitrar de cetățenia sa sau de dreptul de a-și schimba cetățenia.

Articolul 16
1. Cu începere de la împlinirea vârstei legale, bărbatul și femeia, fără nici o restricție în ce privește rasa, naționalitatea sau religia, au dreptul de a se căsători și de a întemeia o familie. Ei au drepturi egale la contractarea căsătoriei, în decursul căsătoriei și la desfacerea ei.

2. Căsătoria nu poate fi încheiată decât cu consimțământul liber și deplin al viitorilor soți.

3. Familia constituie elementul natural şi fundamental al societăţii şi are dreptul la ocrotire din partea societăţii şi a statului.

Articolul 17

1. Orice persoană are dreptul la proprietate, atât singură, cât şi în asociaţie cu alţii.

2. Nimeni nu poate fi lipsit în mod arbitrar de proprietatea sa.

Articolul 18

Orice om are dreptul la libertatea gândirii, de conştiintă şi religie; acest drept include libertatea de a-şi schimba religia sau convingerea, precum şi libertatea de a-şi manifesta religia sau convingerea, singur sau împreună cu alţii, atât în mod public, cât şi privat, prin învăţătură, practici religioase, cult şi îndeplinirea riturilor.

Articolul 19

Orice om are dreptul la libertatea opiniilor şi exprimării; acest drept include libertatea de a avea opinii fără fără imixtiune din afară,precum şi libertatea de a căuta, de a primi şi de a răspândi informaţii şi idei prin orice mijloace si independent de frontierele de stat.

Articolul 20

1. Orice persoană are dreptul la libertatea de întrunire şi de asociere paşnică.

2. Nimeni nu poate fi silit să facă parte dintr-o asociaţie.

Articolul 21

1. Orice persoană are dreptul de a lua parte la conducerea treburilor publice ale ţării sale, fie direct, fie prin reprezentanţi liber aleşi.

2. Orice persoană are dreptul de acces egal la funcţiile publice din ţara sa.

3. Voinţa poporului trebuie să constituie baza puterii de stat; această voinţă trebuie să fie exprimată prin alegeri nefalsificate, care să aibă loc

în mod periodic prin sufragiu universal, egal şi exprimat prin vot secret sau urmând o procedură echivalentă care să asigure libertatea votului.

Articolul 22
Orice persoană, în calitatea sa de membru al societăţii, are dreptul la securitatea socială; ea este îndreptăţită ca prin efortul national şi colaborarea internaţională, ţinându-se seama de organizarea şi resursele fiecărei ţări, să obţină realizarea drepturilor economice, sociale şi culturale indispensabile pentru demnitatea sa şi libera dezvoltare a personalităţii sale.

Articolul 23
1. Orice persoană are dreptul la muncă, la libera alegere a muncii sale, la condiţii echitabile şi satisfăcătoare de muncă, precum şi la ocrotirea împotriva şomajului.

2. Toţi oamenii, fară nici o discriminare, au dreptul la salariu egal pentru muncă egală.

3. Orice om care munceşte are dreptul la o retribuire echitabilă şi satisfăcătoare care să-i asigure atât lui, cât şi familiei sale, o existenţă conformă cu demnitatea umană şi completată, la nevoie, prin alte mijloace de protecţie socială.

4. Orice persoană are dreptul de a întemeia sindicate şi de a se afilia la sindicate pentru apărarea intereselelor sale.

Articolul 24
Orice persoană are dreptul la odihnă şi recreaţie, inclusiv la o limitare rezonabilă a zilei de muncă şi la concedii periodice plătite.

Articolul 25
1. Orice om are dreptul la un nivel de trai care să-i asigure sănătatea şi bunăstarea lui şi familiei sale, cuprinzând hrana, îmbrăcămintea, locuinţa, îngrijirea medicală, precum şi serviciile sociale necesare; el are dreptul la asigurare în caz de şomaj, boală, invaliditate, văduvie, bătrâneţe sau în

celelalte cazuri de pierdere a mijloacelor de subzistență, în urma unor împrejurări independente de voința sa.

2. Mama şi copilul au dreptul la ajutor şi ocrotire deosebite. Toți copiii, fie că sunt născuți în cadrul căsătorii sau în afara acesteia, se bucură de aceeaşi protecție socială.

Articolul 26

1. Orice persoana are dreptul la învățătură. Învățământul trebuie să fie gratuit, cel puțin în ceea ce priveşte învățământul elementar şi general. Învățământul elementar trebuie să fie obligatoriu. Învățământul tehnic şi profesional trebuie să fie la îndemâna tuturor, iar învățământul superior trebuie să fie de asemenea egal, accesibil tuturora, pe bază de merit.

2. Învățământul trebuie să urmărească dezvoltarea deplină a personalității umane şi întărirea respectului față de drepturile omului şi libertățile fundamentale. El trebuie să promoveze înțelegerea, toleranța, prietenia între toate popoarele şi toate grupurile rasiale sau religioase, precum şi dezvoltarea activității Organizației Națiunilor Unite pentru menținerea păcii.

3. Părinții au dreptul de prioritate în alegerea felului de învățământ pentru copiii lor minori.

Articolul 27

1. Orice persoană are dreptul de a lua parte în mod liber la viața culturală a colectivității, de a se bucura de arte şi de a participa la progresul ştiințific şi la binefacerile lui.

2. Fiecare om are dreptul la ocrotirea intereselor morale şi materiale care decurg din orice lucrare ştiințifică, literară sau artistică al cărei autor este.

Articolul 28

Orice persoană are dreptul la o orânduire socială şi internațională în care drepturile şi libertățile expuse în prezenta Declarație pot fi pe deplin înfăptuite.

Articolul 29

1. Orice persoană are îndatoriri fată de colectivitate, deoarece numai în cadrul acesteia este posibilă dezvoltarea liberă şi deplină a personalităţii sale.

2. In exercitarea drepturilor şi libertăţilor sale, fiecare om nu este supus decât numai îngrădirilor stabilite prin lege, exclusiv în scopul de a asigura cuvenita recunoaştere şi respectare a drepturilor şi libertaţilor altora şi ca să fie satisfăcute justele cerinţe ale moralei, ordinii publice şi bunăstării generale într-o societate democratică.

3. Aceste drepturi şi libertăţi nu vor putea fi în nici un caz exercitate contrar scopurilor şi principiilor Organizaţiei Naţiunilor Unite.

Articolul 30

Nici o dispoziţie a prezentei Declaraţii nu poate fi interpretată ca implicând pentru vreun stat, grupare sau persoană dreptul de a se deda la vreo activitate sau de a săvârşi vreun act îndreptat spre desfiinţarea unor drepturi sau libertăţi enunţate în prezenta Declaraţie.

Déclaration universelle des droits de l'homme

Préambule

Considérant que la reconnaissance de la dignité inhérente à tous les membres de la famille humaine et de leurs droits égaux et inaliénables constitue le fondement de la liberté, de la justice et de la paix dans le monde,

Considérant que la méconnaissance et le mépris des droits de l'homme ont conduit à des actes de barbarie qui révoltent la conscience de l'humanité et que l'avènement d'un monde où les êtres humains seront libres de parler et de croire, libérés de la terreur et de la misère, a été proclamé comme la plus haute aspiration de l'homme,

Considérant qu'il est essentiel que les droits de l'homme soient protégés par un régime de droit pour que l'homme ne soit pas contraint, en suprême recours, à la révolte contre la tyrannie et l'oppression,

Considérant qu'il est essentiel d'encourager le développement de relations amicales entre nations,

Considérant que, dans la Charte, les peuples des Nations Unies ont proclamé à nouveau leur foi dans les droits fondamentaux de l'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine, dans l'égalité des droits des hommes et des femmes, et qu'ils se sont déclarés résolus à favoriser le progrès social et à instaurer de meilleures conditions de vie dans une liberté plus grande,

Considérant que les Etats Membres se sont engagés à assurer, en coopération avec l'Organisation des Nations Unies, le respect universel et effectif des droits de l'homme et des libertés fondamentales,

Considérant qu'une conception commune de ces droits et libertés est de la plus haute importance pour remplir pleinement cet engagement,
L'Assemblée générale

Proclame la présente Déclaration universelle des droits de l'homme comme l'idéal commun à atteindre par tous les peuples et toutes les nations afin que tous les individus et tous les organes de la société, ayant cette Déclaration constamment à l'esprit, s'efforcent, par l'enseignement et l'éducation, de développer le respect de ces droits et libertés et d'en assurer, par des mesures progressives d'ordre national et international, la reconnaissance et l'application universelles et effectives, tant parmi les populations des Etats Membres eux-mêmes que parmi celles des territoires placés sous leur juridiction.

Article premier
Tous les êtres humains naissent libres et égaux en dignité et en droits. Ils sont doués de raison et de conscience et doivent agir les uns envers les autres dans un esprit de fraternité.

Article 2
Chacun peut se prévaloir de tous les droits et de toutes les libertés proclamés dans la présente Déclaration, sans distinction aucune, notamment de race, de couleur, de sexe, de langue, de religion, d'opinion politique ou de toute autre opinion, d'origine nationale ou sociale, de fortune, de naissance ou de toute autre situation.
De plus, il ne sera fait aucune distinction fondée sur le statut politique, juridique ou international du pays ou du territoire dont une personne est ressortissante, que ce pays ou territoire soit indépendant, sous tutelle, non autonome ou soumis à une limitation quelconque de souveraineté.

Article 3
Tout individu a droit à la vie, à la liberté et à la sûreté de sa personne.

Article 4
Nul ne sera tenu en esclavage ni en servitude; l'esclavage et la traite des esclaves sont interdits sous toutes leurs formes.

Article 5
Nul ne sera soumis à la torture, ni à des peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants.

Article 6
Chacun a le droit à la reconnaissance en tous lieux de sa personnalité juridique.

Article 7
Tous sont égaux devant la loi et ont droit sans distinction à une égale protection de la loi. Tous ont droit à une protection égale contre toute discrimination qui violerait la présente Déclaration et contre toute provocation à une telle discrimination.

Article 8
Toute personne a droit à un recours effectif devant les juridictions nationales compétentes contre les actes violant les droits fondamentaux qui lui sont reconnus par la constitution ou par la loi.

Article 9
Nul ne peut être arbitrairement arrêté, détenu ni exilé.

Article 10
Toute personne a droit, en pleine égalité, à ce que sa cause soit entendue équitablement et publiquement par un tribunal indépendant et impartial, qui décidera, soit de ses droits et obligations, soit du bien-fondé de toute accusation en matière pénale dirigée contre elle.

Article 11
1. Toute personne accusée d'un acte délictueux est présumée innocente jusqu'à ce que sa culpabilité ait été légalement établie au cours d'un procès public où toutes les garanties nécessaires à sa défense lui auront été assurées.

2. Nul ne sera condamné pour des actions ou omissions qui, au moment où elles ont été commises, ne constituaient pas un acte délictueux d'après le droit national ou international. De même, il ne sera infligé aucune peine plus forte que celle qui était applicable au moment où l'acte délictueux a été commis.

Article 12
Nul ne sera l'objet d'immixtions arbitraires dans sa vie privée, sa famille, son domicile ou sa correspondance, ni d'atteintes à son honneur et à sa réputation. Toute personne a droit à la protection de la loi contre de telles immixtions ou de telles atteintes.

Article 13
1. Toute personne a le droit de circuler librement et de choisir sa résidence à l'intérieur d'un Etat.

2. Toute personne a le droit de quitter tout pays, y compris le sien, et de revenir dans son pays.

Article 14
1. Devant la persécution, toute personne a le droit de chercher asile et de bénéficier de l'asile en d'autres pays.

2. Ce droit ne peut être invoqué dans le cas de poursuites réellement fondées sur un crime de droit commun ou sur des agissements contraires aux buts et aux principes des Nations Unies.

Article 15
1. Tout individu a droit à une nationalité.

2. Nul ne peut être arbitrairement privé de sa nationalité, ni du droit de changer de nationalité.

Article 16
1. A partir de l'âge nubile, l'homme et la femme, sans aucune restriction quant à la race, la nationalité ou la religion, ont le droit de se marier et de fonder une famille. Ils ont des droits égaux au regard du mariage, durant le mariage et lors de sa dissolution.

2. Le mariage ne peut être conclu qu'avec le libre et plein consentement des futurs époux.

3. La famille est l'élément naturel et fondamental de la société et a droit à la protection de la société et de l'Etat.

Article 17

1. Toute personne, aussi bien seule qu'en collectivité, a droit à la propriété.

2. Nul ne peut être arbitrairement privé de sa propriété

Article 18

Toute personne a droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion; ce droit implique la liberté de changer de religion ou de conviction ainsi que la liberté de manifester sa religion ou sa conviction, seule ou en commun, tant en public qu'en privé, par l'enseignement, les pratiques, le culte et l'accomplissement des rites.

Article 19

Tout individu a droit à la liberté d'opinion et d'expression, ce qui implique le droit de ne pas être inquiété pour ses opinions et celui de chercher, de recevoir et de répandre, sans considérations de frontières, les informations et les idées par quelque moyen d'expression que ce soit.

Article 20

1. Toute personne a droit à la liberté de réunion et d'association pacifiques.

2. Nul ne peut être obligé de faire partie d'une association.

Article 21

1. Toute personne a le droit de prendre part à la direction des affaires publiques de son pays, soit directement, soit par l'intermédiaire de représentants librement choisis.

2. Toute personne a droit à accéder, dans des conditions d'égalité, aux fonctions publiques de son pays.

3. La volonté du peuple est le fondement de l'autorité des pouvoirs publics; cette volonté doit s'exprimer par des élections honnêtes qui doivent avoir

lieu périodiquement, au suffrage universel égal et au vote secret ou suivant une procédure équivalente assurant la liberté du vote.

Article 22
Toute personne, en tant que membre de la société, a droit à la sécurité sociale; elle est fondée à obtenir la satisfaction des droits économiques, sociaux et culturels indispensables à sa dignité et au libre développement de sa personnalité, grâce à l'effort national et à la coopération internationale, compte tenu de l'organisation et des ressources de chaque pays.

Article 23
1. Toute personne a droit au travail, au libre choix de son travail, à des conditions équitables et satisfaisantes de travail et à la protection contre le chômage.

2. Tous ont droit, sans aucune discrimination, à un salaire égal pour un travail égal

3. Quiconque travaille a droit à une rémunération équitable et satisfaisante lui assurant ainsi qu'à sa famille une existence conforme à la dignité humaine et complétée, s'il y a lieu, par tous autres moyens de protection sociale.

4. Toute personne a le droit de fonder avec d'autres des syndicats et de s'affilier à des syndicats pour la défense de ses intérêts.

Article 24
Toute personne a droit au repos et aux loisirs et notamment à une limitation raisonnable de la durée du travail et à des congés payés périodiques.

Article 25
1. Toute personne a droit à un niveau de vie suffisant pour assurer sa santé, son bien-être et ceux de sa famille, notamment pour l'alimentation, l'habillement, le logement, les soins médicaux ainsi que pour les services sociaux nécessaires; elle a droit à la sécurité en cas de chômage, de maladie, d'invalidité, de veuvage, de vieillesse ou dans les autres cas de

perte de ses moyens de subsistance par suite de circonstances indépendantes de sa volonté.

2. La maternité et l'enfance ont droit à une aide et à une assistance spéciales. Tous les enfants, qu'ils soient nés dans le mariage ou hors mariage, jouissent de la même protection sociale.

Article 26

1. Toute personne a droit à l'éducation. L'éducation doit être gratuite, au moins en ce qui concerne l'enseignement élémentaire et fondamental. L'enseignement élémentaire est obligatoire. L'enseignement technique et professionnel doit être généralisé; l'accès aux études supérieures doit être ouvert en pleine égalité à tous en fonction de leur mérite.

2. L'éducation doit viser au plein épanouissement de la personnalité humaine et au renforcement du respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales. Elle doit favoriser la compréhension, la tolérance et l'amitié entre toutes les nations et tous les groupes raciaux ou religieux, ainsi que le développement des activités des Nations Unies pour le maintien de la paix.

3. Les parents ont, par priorité, le droit de choisir le genre d'éducation à donner à leurs enfants.

Article 27

1. Toute personne a le droit de prendre part librement à la vie culturelle de la communauté, de jouir des arts et de participer au progrès scientifique et aux bienfaits qui en résultent

2. Chacun a droit à la protection des intérêts moraux et matériels découlant de toute production scientifique, littéraire ou artistique dont il est l'auteur.

Article 28

Toute personne a droit à ce que règne, sur le plan social et sur le plan international, un ordre tel que les droits et libertés énoncés dans la présente Déclaration puissent y trouver plein effet.

Article 29

1. L'individu a des devoirs envers la communauté dans laquelle seul le libre et plein développement de sa personnalité est possible.

2. Dans l'exercice de ses droits et dans la jouissance de ses libertés, chacun n'est soumis qu'aux limitations établies par la loi exclusivement en vue d'assurer la reconnaissance et le respect des droits et libertés d'autrui et afin de satisfaire aux justes exigences de la morale, de l'ordre public et du bien-être général dans une société démocratique.

3. Ces droits et libertés ne pourront, en aucun cas, s'exercer contrairement aux buts et aux principes des Nations Unies.

Article 30

Aucune disposition de la présente Déclaration ne peut être interprétée comme impliquant, pour un Etat, un groupement ou un individu, un droit quelconque de se livrer à une activité ou d'accomplir un acte visant à la destruction des droits et libertés qui y sont énoncés.

Dichiarazione Universale dei Diritti Umani

Preambolo

Considerato che il riconoscimento della dignità inerente a tutti i membri della famiglia umana e dei loro diritti, uguali ed inalienabili, costituisce il fondamento della libertà, della giustizia e della pace nel mondo;

Considerato che il disconoscimento e il disprezzo dei diritti umani hanno portato ad atti di barbarie che offendono la coscienza dell'umanità, e che l'avvento di un mondo in cui gli esseri umani godano della libertà di parola e di credo e della libertà dal timore e dal bisogno è stato proclamato come la più alta aspirazione dell'uomo;

Considerato che è indispensabile che i diritti umani siano protetti da norme giuridiche, se si vuole evitare che l'uomo sia costretto a ricorrere, come ultima istanza, alla ribellione contro la tirannia e l'oppressione;

Considerato che è indispensabile promuovere lo sviluppo di rapporti amichevoli tra le Nazioni;

Considerato che i popoli delle Nazioni Unite hanno riaffermato nello Statuto la loro fede nei diritti umani fondamentali, nella dignità e nel valore della persona umana, nell'uguaglianza dei diritti dell'uomo e della donna, ed hanno deciso di promuovere il progresso sociale e un miglior tenore di vita in una maggiore libertà;

Considerato che gli Stati membri si sono impegnati a perseguire, in cooperazione con le Nazioni Unite, il rispetto e l'osservanza universale dei diritti umani e delle libertà fondamentali;

Considerato che una concezione comune di questi diritti e di questa libertà è della massima importanza per la piena realizzazione di questi impegni;

L'ASSEMBLEA GENERALE proclama la presente dichiarazione universale dei diritti umani come ideale comune da raggiungersi da tutti i popoli e da tutte le Nazioni, al fine che ogni individuo ed ogni organo della società, avendo costantemente presente questa Dichiarazione, si sforzi di promuovere, con l'insegnamento e l'educazione, il rispetto di questi diritti e di queste libertà e di garantirne, mediante misure progressive di carattere nazionale e internazionale, l'universale ed effettivo riconoscimento e rispetto tanto fra i popoli degli stessi Stati membri, quanto fra quelli dei territori sottoposti alla loro giurisdizione.

Articolo 1
Tutti gli esseri umani nascono liberi ed eguali in dignità e diritti. Essi sono dotati di ragione e di coscienza e devono agire gli uni verso gli altri in spirito di fratellanza.

Articolo 2
Ad ogni individuo spettano tutti i diritti e tutte le libertà enunciate nella presente Dichiarazione, senza distinzione alcuna, per ragioni di razza, di colore, di sesso, di lingua, di religione, di opinione politica o di altro genere, di origine nazionale o sociale, di ricchezza, di nascita o di altra condizione. Nessuna distinzione sarà inoltre stabilita sulla base dello statuto politico, giuridico o internazionale del paese o del territorio cui una persona appartiene, sia indipendente, o sottoposto ad amministrazione fiduciaria o non autonomo, o soggetto a qualsiasi limitazione di sovranità.

Articolo 3
Ogni individuo ha diritto alla vita, alla libertà ed alla sicurezza della propria persona.

Articolo 4
Nessun individuo potrà essere tenuto in stato di schiavitù o di servitù; la schiavitù e la tratta degli schiavi saranno proibite sotto qualsiasi forma.

Articolo 5
Nessun individuo potrà essere sottoposto a tortura o a trattamento o a punizione crudeli, inumani o degradanti.

Articolo 6
Ogni individuo ha diritto, in ogni luogo, al riconoscimento della sua personalità giuridica.

Articolo 7
Tutti sono eguali dinanzi alla legge e hanno diritto, senza alcuna discriminazione, ad una eguale tutela da parte della legge. Tutti hanno diritto ad una eguale tutela contro ogni discriminazione che violi la presente Dichiarazione come contro qualsiasi incitamento a tale discriminazione.

Articolo 8
Ogni individuo ha diritto ad un'effettiva possibilità di ricorso a competenti tribunali contro atti che violino i diritti fondamentali a lui riconosciuti dalla costituzione o dalla legge.

Articolo 9
Nessun individuo potrà essere arbitrariamente arrestato, detenuto o esiliato.

Articolo 10
Ogni individuo ha diritto, in posizione di piena uguaglianza, ad una equa e pubblica udienza davanti ad un tribunale indipendente e imparziale, al fine della determinazione dei suoi diritti e dei suoi doveri, nonché della fondatezza di ogni accusa penale che gli venga rivolta.

Articolo 11
1. Ogni individuo accusato di un reato è presunto innocente sino a che la sua colpevolezza non sia stata provata legalmente in un pubblico processo nel quale egli abbia avuto tutte le garanzie necessarie per la sua difesa.

2. Nessun individuo sarà condannato per un comportamento commissivo od omissivo che, al momento in cui sia stato perpetuato, non costituisse reato secondo il diritto interno o secondo il diritto internazionale. Non potrà del pari essere inflitta alcuna pena superiore a quella applicabile al momento in cui il reato sia stato commesso.

Articolo 12
Nessun individuo potrà essere sottoposto ad interferenze arbitrarie nella sua vita privata, nella sua famiglia, nella sua casa, nella sua corrispondenza, né a lesione del suo onore e della sua reputazione. Ogni individuo ha diritto ad essere tutelato dalla legge contro tali interferenze o lesioni.

Articolo 13
1. Ogni individuo ha diritto alla libertà di movimento e di residenza entro i confini di ogni Stato.

2. Ogni individuo ha diritto di lasciare qualsiasi paese, incluso il proprio, e di ritornare nel proprio paese.

Articolo 14
1. Ogni individuo ha il diritto di cercare e di godere in altri paesi asilo dalle persecuzioni.

2. Questo diritto non potrà essere invocato qualora l'individuo sia realmente ricercato per reati non politici o per azioni contrarie ai fini e ai principi delle Nazioni Unite.

Articolo 15
1. Ogni individuo ha diritto ad una cittadinanza.

2. Nessun individuo potrà essere arbitrariamente privato della sua cittadinanza, né del diritto di mutare cittadinanza.

Articolo 16
1. Uomini e donne in età adatta hanno il diritto di sposarsi e di fondare una famiglia, senza alcuna limitazione di razza, cittadinanza o religione. Essi hanno eguali diritti riguardo al matrimonio, durante il matrimonio e all'atto del suo scioglimento.

2. Il matrimonio potrà essere concluso soltanto con il libero e pieno consenso dei futuri coniugi.

3. La famiglia è il nucleo naturale e fondamentale della società e ha diritto ad essere protetta dalla società e dallo Stato.

Articolo 17

1. Ogni individuo ha il diritto ad avere una proprietà sua personale o in comune con altri.

2. Nessun individuo potrà essere arbitrariamente privato della sua proprietà.

Articolo 18

Ogni individuo ha diritto alla libertà di pensiero, di coscienza e di religione; tale diritto include la libertà di cambiare di religione o di credo, e la libertà di manifestare, isolatamente o in comune, e sia in pubblico che in privato, la propria religione o il proprio credo nell'insegnamento, nelle pratiche, nel culto e nell'osservanza dei riti.

Articolo 19

Ogni individuo ha diritto alla libertà di opinione e di espressione incluso il diritto di non essere molestato per la propria opinione e quello di cercare, ricevere e diffondere informazioni e idee attraverso ogni mezzo e senza riguardo a frontiere.

Articolo 20

1. Ogni individuo ha diritto alla libertà di riunione e di associazione pacifica.

2. Nessuno può essere costretto a far parte di un'associazione.

Articolo 21

1. Ogni individuo ha diritto di partecipare al governo del proprio paese, sia direttamente, sia attraverso rappresentanti liberamente scelti.

2. Ogni individuo ha diritto di accedere in condizioni di eguaglianza ai pubblici impieghi del proprio paese.

3. La volontà popolare è il fondamento dell'autorità del governo; tale volontà deve essere espressa attraverso periodiche e veritiere elezioni,

effettuate a suffragio universale ed eguale, ed a voto segreto, o secondo una procedura equivalente di libera votazione.

Articolo 22
Ogni individuo, in quanto membro della società, ha diritto alla sicurezza sociale, nonché alla realizzazione attraverso lo sforzo nazionale e la cooperazione internazionale ed in rapporto con l'organizzazione e le risorse di ogni Stato, dei diritti economici, sociali e culturali indispensabili alla sua dignità ed al libero sviluppo della sua personalità.

Articolo 23
1. Ogni individuo ha diritto al lavoro, alla libera scelta dell'impiego, a giuste e soddisfacenti condizioni di lavoro ed alla protezione contro la disoccupazione.

2. Ogni individuo, senza discriminazione, ha diritto ad eguale retribuzione per eguale lavoro.

3. Ogni individuo che lavora ha diritto ad una rimunerazione equa e soddisfacente che assicuri a lui stesso e alla sua famiglia una esistenza conforme alla dignità umana ed integrata, se necessario, da altri mezzi di protezione sociale.

4. Ogni individuo ha diritto di fondare dei sindacati e di aderirvi per la difesa dei propri interessi.

Articolo 24
Ogni individuo ha diritto al riposo ed allo svago, comprendendo in ciò una ragionevole limitazione delle ore di lavoro e ferie periodiche retribuite.

Articolo 25
1. Ogni individuo ha diritto ad un tenore di vita sufficiente a garantire la salute e il benessere proprio e della sua famiglia, con particolare riguardo all'alimentazione, al vestiario, all'abitazione, e alle cure mediche e ai servizi sociali necessari; ed ha diritto alla sicurezza in caso di disoccupazione, malattia, invalidità, vedovanza, vecchiaia o in altro caso

di perdita di mezzi di sussistenza per circostanze indipendenti dalla sua volontà.

2. La maternità e l'infanzia hanno diritto a speciali cure ed assistenza. Tutti i bambini, nati nel matrimonio o fuori di esso, devono godere della stessa protezione sociale.

Articolo 26

1. Ogni individuo ha diritto all'istruzione. L'istruzione deve essere gratuita almeno per quanto riguarda le classi elementari e fondamentali. L'istruzione elementare deve essere obbligatoria. L'istruzione tecnica e professionale deve essere messa alla portata di tutti e l'istruzione superiore deve essere egualmente accessibile a tutti sulla base del merito.

2. L'istruzione deve essere indirizzata al pieno sviluppo della personalità umana ed al rafforzamento del rispetto dei diritti umani e delle libertà fondamentali. Essa deve promuovere la comprensione, la tolleranza, l'amicizia fra tutte le Nazioni, i gruppi razziali e religiosi, e deve favorire l'opera delle Nazioni Unite per il mantenimento della pace.

3. I genitori hanno diritto di priorità nella scelta del genere di istruzione da impartire ai loro figli.

Articolo 27

1. Ogni individuo ha diritto di prendere parte liberamente alla vita culturale della comunità, di godere delle arti e di partecipare al progresso scientifico ed ai suoi benefici.

2. Ogni individuo ha diritto alla protezione degli interessi morali e materiali derivanti da ogni produzione scientifica, letteraria e artistica di cui egli sia autore.

Articolo 28

Ogni individuo ha diritto ad un ordine sociale e internazionale nel quale i diritti e le libertà enunciati in questa Dichiarazione possano essere pienamente realizzati.

Articolo 29

1. 1 Ogni individuo ha dei doveri verso la comunità, nella quale soltanto è possibile il libero e pieno sviluppo della sua personalità.

2. Nell'esercizio dei suoi diritti e delle sue libertà, ognuno deve essere sottoposto soltanto a quelle limitazioni che sono stabilite dalla legge per assicurare il riconoscimento e il rispetto dei diritti e delle libertà degli altri e per soddisfare le giuste esigenze della morale, dell'ordine pubblico e del benessere generale in una società democratica.

3. Questi diritti e queste libertà non possono in nessun caso essere esercitati in contrasto con i fini e principi delle Nazioni Unite.

Articolo 30

Nulla nella presente Dichiarazione può essere interpretato nel senso di implicare un diritto di un qualsiasi Stato, gruppo o persona di esercitare un'attività o di compiere un atto mirante alla distruzione di alcuno dei diritti e delle libertà in essa enunciati.

Declaracion Universala dels Dreches de l'Òme

Preambul

Considerant que de reconéisser la dignitat inerenta a totes los membres de la familha umana e lors dreches egals e inalienables constituís lo fondament de la libertat, de la justícia e de la patz dins lo mond,

Considerant que de desconéisser e mespresar los dreches de l'òme a menat a de barbaritats otrajantas per la consciéncia de l'umanitat e que l'aveniment d'un mond ont los èssers umans seràn liures de parlar e de creire, deliurats de la terror e de la misèria, es estat proclamat coma l'aspiracion mai nauta de l'òme,

Considerant qu'es essencial que los dreches de l'òme siàn aparats per un regime de drech per tal que l'òme siá pas obligat al suprème recors de se revoltar contra la tirania e l'opression,

Considerant qu'es essencial d'encoratjar lo desvolopament de relacions amicalas entre las nacions,

Considerant que, dins la Carta, los pòbles de las Nacions Unidas an tornat proclamar lor fe dins los dreches fondamentals de l'òme, dins la dignitat e la valor de la persona umana, dins l'egalitat dels dreches dels òmes e de las femnas, e que se son declarats resolguts a favorir lo progrès social e a instaurar de melhoras condicions de vida dins una libertat mai bèla,

Considerant que los Estats Membres se son engatjats a assegurar, en cooperacion amb l'Organisacion de las Nacions Unidas, lo respecte universal e efectiu dels dreches de l'òme e de las libertats fondamentalas,

Considerant qu'una concepcion comuna d'aqueles dreches e libertats es de la màger importància per que se realise plenament aquel engatjament, l'Assemblada Generala proclama la presenta Declaracion

Universala dels Dreches de l'òme coma l'ideal comun que totes los pòbles e las Nacions devon cercar a aténher, per tal que totes los individús e totas las institucions, en gardant de contunh aicesta Declaracion presenta a l'esperit s'eforcen, per l'ensenhament e l'educacion, de desvolopar lo respècte d'aqueles dreches e libertats e d'assegurar, per de mesuras progressivas d'òrdre nacional e internacional, la reconeissença e l'aplicacion universalas e efectivas, tant demest los pòbles dels Estats Membres coma demest los dels territòris plaçats jos lor jurisdiccion.

Article 1
Totes los èssers umans naisson liures e egals en dignitat e en dreches. Son dotats de rason e de consciéncia e se devon comportar los unes amb los autres dins un esperit de fraternitat.

Article 2
Tota persona se pòt prevaler de totes los dreches e de totas las libertats proclamada dins la presenta Declaracion, sense cap de distincion de raça, de color, de sèxe, de lenga, de religion, d'opinion politica o d'autra mena, d'origina nacionala o sociala, de fortuna, de naissença o de quina autra situacion que siá.
Se farà pas tanpauc cap de distincion fondada sus l'estatut politic, administratiu e internacional de país o territòri que la persona ne depend juridicament, qu'aquel país o territòri siá independent, jos tutèla, non-autonòme o somés a quina limitacion de sobeiranetat que siá.

Article 3
Tot individu a drech a la vida, a la libertat e a la seguretat de sa persona.

Article 4
Degun serà pas tengut en esclavatge ni en servitud; l'esclavatge e lo trafic d'esclaus son proïbits dins totas lors formas.

Article 5
Degun serà pas somés a la tortura, ni a de penas o tractaments crudèls, inumans o degradants.

Article 6
Tota persona, a quin endrech que siá, a drech a la reconeissença de sa personnalitat juridica.

Article 7
Totes son egals davant la lei e an lo drech de n'obténer la meteissa proteccion, sense distincions. Totes an lo drech a una meteissa proteccion contra quina discriminacion que siá que viòle la presenta Declaracion e contra tota provocacion a una tala discriminacion.

Article 8
Tota persona a drech a un recors efectiu al prèp de las jurisdiccions nacionalas competentas contra los actes que viòlen los dreches fondamentals que li son reconeguts per la constitucion o la lei.

Article 9
Degun pòt pas èsser arrestat, embarrat o exiliat arbitràriament.

Article 10
Tota persona a lo drech, en plena egalitat, que sa causa siá recebuda ambe equitat e publicament per un tribunal independent e imparcial, que decidirà, siá de sos dreches e obligacions, siá de la legitimat de tota acusacion portada contra ela en matèria penala.

Article 11
1. Se presumís qu'es innocenta tota persona acusada d'un acte delictuós, tant que sa culpablitat es pas estada establida legalament al cors d'un procès public ont totas las garentias necessàrias per la siá defensa li seràn estadas asseguradas.

2. Degun serà pas condemnat per d'accions o d'omissions que, quand foguèron comesas, constituïssián pas un acte delictuós segon lo drech nacional o internacional. S'impausarà pas tanpauc cap de pena mai fòrta que la qu'èra aplicabla al moment que se cometèt l'acte delictuós.

Article 12
Degun serà pas l' objècte d'intrusions arbitràrias dins sa vida privada, sa familha, son domicili o sa correspondéncia, ni d'atacs contra son onor e

sa reputacion. Tota persona a drech a la proteccion de la lei contra d'intrusions e d'atacs d'aquela mena.

Article 13

1. Tota persona a lo drech de circular liurament e de causir sa residéncia a l'interior d'un Estat.

2. Tota persona a lo drech d'abandonar tot país, quitament lo sieu, e de tornar dins son país.

Article 14

1. En cas de persecucion, tota persona a lo drech de cercar asil e de beneficiar de l'asil dins d'autres païses.

2. Aquel drech se poirà pas invocar contra una accion judiciària que s'aprendrà vertadièeirament a de crimes de drech comun ou o a d'actes opausats a las finalitats e als principis de las Nacions Unidas.

Article 15

1. Tot individú a drech a un nacionalitat

2. Degun pòt pas èsser privat arbitràriament de sa nacionalitat ni del drech de cambiar de nacionalitat.

Article 16

1. Tanleu que son maridadors, l'òme e la femna sense cap de restriccion per rason de raça, nacionalitat o religion, an lo drech de se maridar e de fondar una familha. An de dreches egals en çò que pertòca al maridatge, pendent lo maridatge e al moment de sa dissolucion.

2. Los maridatge se poirà pas contractar qu'ambe lo consentiment liure e plen dels futurs esposes.

3. La familha es l'element natural e fondamental de la societat e a drech a la proteccion de la societat e de l'Estat.

Article 17
1. Tota persona, individualament e collectivament, a drech a la proprietat.

2. Degun pòt pas èsser privat arbitràriament de sa proprietat.

Article 18
Tota persona a drech a la libertat de pensada, de consciéncia e de religion; aquel drech implica la libertat de cambiar de religion ou de cresença, emai la libertat de manifestar sa religion o sa cresença individualament o en comun, tant en public coma en privat, per l'ensenhament, la practica, lo culte e l'acompliment dels rites.

Article 19
Tot individú a drech a la libertat d'opinion e d'expression, çò qu'implica lo drech d'èsser pas carcanhat per sas opinions e lo de cercaer, de recebre e d'espandir, sense consideracion de frontiras, las informacions e las idèas per quin mejan d'expression que siá.

Article 20
1. Tota persona a drech a la libertat de reünion e d'associacion pacificas.

2. Degun pòt pas èsser obligat de far partida d'una associacion.

Article 21
1. Tota persona a lo drech de participar a la direccion del afars publics de son país, siá dirèctament, siá per l'intermediairi de representants causits liurament.

2. Tota persona a drech a accedir, dins de condicions d'egalitat, a las foncions publicas del sieu país.

3. La volontat del pòble es lo fondament de l'autoritat dels poders publics; aquela volontat se deu exprimir gràcias a d'eleccions vertadièiras que se tendràn periodicament, al sufragi universal egal amb lo vòte secret o un autre procediment equivalent que garentisca la libertat de vòte.

Article 22
Tota persona, coma membre de la societat, a drech a la seguretat sociala e a la satisfaccion dels dreches economics, socials e culturals indispensables a sa dignitat e al liure desvolopament de sa personalitat, gràcias a l'eforç nacional e a la cooperacion internationala, segon l'organisacion e los mejans de cada país.

Article 23
1. Tota persona a drech al trabalh, a la causida liura de son emplec, dins de condicions equitablas e satisfasentas de trabalh e a la proteccion contra lo caumatge.

2. Tota persona a drech, sense cap de discriminacion, a un salairi egal per un trabalh egal.

3. Tota persona que trabalha a drech a una paga equitabla e satisfasenta que li assegure, a ela emai a la familha una existéncia conforma a la dignitat umana e que serà completada, se per cas es necessari, per totes los autres mejans de proteccion sociala.

4. Tota persona a lo drech de fondar, ambe d'autres, de sindicats e de se sindicar per defendre sos interèsses.

Article 24
Tota persona a drech al repaus e als lesers e, particularament, a una limitacion rasonabla de la durada del trabalh e a de vacanças periodicas pagadas.

Article 25
1. Tota persona a drech a un nivèl de vida que li assegure la santat e lo benestar a ela e a la siá familha, mai que mai pel manjar, lo vestit, lo lòtjament, los suènhs de santat e los servicis socials necessaris; a drech tanben a la seguretat en cas de caumatge, malautiá, invaliditat, veusatge, vielhesa, e dins los autre cases que pèrd los mejans de se ganhar la vida sense o aver volgut.

2. Las maires e los pichons an drech a una ajuda e a una assisténcia especialas. Totes los mainatges, nascut dins lo maridatge o fòra maridatge, benefícian de la meteissa proteccion sociala.

Article 26

1. Tota persona a drech a l'educacion. L'educacion deu èsser a gratis, al mens en çò que pertòca a l'ensenhament elementari e fondamental. L'ensenhament elementari serà obligatòri. L'ensenhament tecnic e professional serà generalisat; l'ensenhament superior serà dubèrt a totes d'un biais parièr, en foncion dels meritis de cadun.

2. L'educacion aurà coma finalitat lo plen desvolopament de la personalitat umana e l'afortiment del respècte qu'es degut als dreches de l'òme e a las libertats fondamentalas. Deu favorir la compreneson, la tolerància e l'amistat entre totas las nacions e totes los grops etnics o religioses, emai los desvolopament de las activitats de las Nacions Unidas per manténer la patz.

3. Son los parents qu'an, en primièr, lo drech de causir la mena d'educacion que se donarà als mainatges.

Article 27

1. Tota persona a lo drech de prene part liurament a la vida culturala de la comunitat, de gausir de las arts e de participar al progrès scientific e als beneficis que ne son la consequéncia.

2. L'autor de tota òbra scientifica, literària o artistica a drech a l'aparament dels interèsses morals e materials que ne resultan.

Article 28

Tota persona a lo drech que s'establisca un òrdre social e ont los dreches e las libertats enonciats dins aicesta Declaracion se pòscan aplicar plenament.

Article 29

1. Tota persona a de devers als respècte de la comunitat, qu'es lo sol endrech ont lo desvolopament liure e complèt de sa personalitat es possible.

2. Per profechar de sos dreches e de sas libertats, tota persona serà pas somesa qu'a las limitacions establidas per la lei unicament per assegurar la reconeissença e lo respècte dels dreches e de las libertats dels autres e per tal de respectar las justas exigéncias de la morala, de l'òrdre public e del benestar general dins una societat democratica.

3. Aquestes dreches e libertats se poiràn pas jamai aplicar contràriament a las finalitats e als principis de las Nacions Unidas.

Article 30

Res dins aicesta Declaracion se pòt pas interpretar coma que un Estat, un gropament ou un individú auriá quin drech que siá d'entreprene una activitat o de realisar una accion ambe la tòca d'avalir los dreches e las libertats que s'i enóncian.

Declaració Universal de Drets Humans

Preàmbul

Considerant que el reconeixement de la dignitat inherent i dels drets iguals i inalienables de tots els membres de la família humana és el fonament de la llibertat, la justícia i la pau en el món,

Considerant que el desconeixement i el menyspreu dels drets humans han originat actes de barbàrie que han ultratjat la consciència de la humanitat; i que s'ha proclamat com l'aspiració més elevada de tothom l'adveniment d'un món on els éssers humans, deslliurats del temor i la misèria, puguin gaudir de llibertat d'expressió i de creença,

Considerant que és essencial que els drets humans siguin protegits per un règim de dret per tal que les persones no es vegin forçades, com a últim recurs, a la rebel lió contra la tirania i l'opressió,

Considerant també que és essencial de promoure el desenvolupament de relacions amistoses entre les nacions,

Considerant que els pobles de les Nacions Unides han ratificat en la Carta llur fe en els drets humans fonamentals, en la dignitat i el valor de la persona humana i en la igualtat de dret d'homes i dones; i que han decidit de promoure el progrés social i millorar el nivell de vida dins d'una llibertat més àmplia,

Considerant que els Estats membres s'han compromès a assegurar, en cooperació amb l'Organització de les Nacions Unides, el respecte universal i efectiu dels drets humans i les llibertats fonamentals,

Considerant que una concepció comuna d'aquests drets i llibertats és de la més gran importància per al ple compliment d'aquest compromís,
L'Assemblea General Proclama aquesta Declaració Universal de Drets Humans com l'ideal comú a assolir per a tots els pobles i nacions amb el

fi que cada persona i cada institució, inspirant-se constantment en aquesta Declaració, promoguin, mitjançant l'ensenyament i l'educació, el respecte a aquests drets i llibertats i assegurin, amb mesures progressives nacionals i internacionals, el seu reconeixement i aplicació universals i efectius, tant entre els pobles dels Estats membres com entre els dels territoris sota llur jurisdicció.

Article 1
Tots els éssers humans neixen lliures i iguals en dignitat i en drets. Són dotats de raó i de consciència, i han de comportar-se fraternalment els uns amb els altres.

Article 2
Tothom té tots els drets i llibertats proclamats en aquesta Declaració, sense cap distinció de raça, color, sexe, llengua, religió, opinió política o de qualsevol altra mena, origen nacional o social, fortuna, naixement o altra condició.
A més, no es farà cap distinció basada en l'estatut polític, jurídic o internacional del país o del territori al qual pertanyi una persona, tant si és independent com si està sota administració fiduciària, si no és autònom, o està sota qualsevol altra limitació de sobirania.

Article 3
Tota persona té dret a la vida, a la llibertat i a la seva seguretat.

Article 4
Ningú no serà sotmès a esclavitud o servitud: l'esclavitud i el tràfic d'esclaus són prohibits en totes llurs formes.

Article 5
Ningú no serà sotmès a tortures ni a penes o tractes cruels, inhumans o degradants.

Article 6
Tota persona té el dret arreu al reconeixement de la seva personalitat jurídica.

Article 7
Tots són iguals davant la llei i tenen dret, sense cap distinció, a igual protecció per la llei. Tots tenen dret a igual protecció contra qualsevol discriminació que violi aquesta Declaració i contra qualsevol incitació a una tal discriminació.

Article 8
Tota persona té dret a un recurs efectiu prop dels tribunals nacionals competents que l'empari contra actes que violin els seus drets fonamentals reconeguts per la constitució o per la llei.

Article 9
Ningú no serà detingut, pres o desterrat arbitràriament.

Article 10
Tota persona té dret, en condicions de plena igualtat, a ser escoltada públicament i amb justícia per un tribunal independent i imparcial, per a la determinacio dels seus drets i obligacions o per a l'examen de qualsevol acusació contra ella en matèria penal.

Article 11
1. Tots els acusats d'un delicte tenen el dret que hom presumeixi la seva innocència fins que no es provi la seva culpabilitat segons la llei en un judici públic, en què hom li hagi assegurat totes les garanties necessàries per a la seva defensa.

2. Ningú no serà condemnat per actes o omissions que en el moment que varen ésser comesos no eren delictius segons el dret nacional o internacional. Tampoc no s'imposarà cap pena superior a l'aplicable en el moment de cometre el delicte.

Article 12
Ningú no serà objecte d'intromissions arbitràries en la seva vida privada, la seva família, el seu domicili o la seva correspondència, ni d'atacs al seu honor i reputació. Tothom té dret a la protecció de la llei contra tals intromissions o atacs.

Article 13

1. Tota persona té dret a circular lliurement i a triar la seva residència dins les fronteres de cada Estat.

2. Tota persona té dret o sortir de qualsevol país, àdhuc el propi, i a retornar-hi.

Article 14

1. En cas de persecució, tota persona té dret a cercar asil en altres països i a beneficiar-se'n.

2. Aquest dret no podrà ser invocat contra una persecució veritablement originada per delictes comuns o per actes oposats als objectius i principis de les Nacions Unides.

Article 15

1. Tota persona té dret a una nacionalitat.

2. Ningú no serà privat arbitràriament de la seva nacionalitat, ni del dret de canviar de nacionalitat.

Article 16

1. Els homes i les dones, a partir de l'edat núbil, tenen dret, sense cap restricció per motius de raça, nacionalitat o religió, a casar-se i a fundar una família. Gaudiran de drets iguals pel que fa al casament, durant el matrimoni i en la seva dissolució.

2. Nomes es realitzarà el casament amb el lliure i ple consentiment dels futurs esposos.

3. La família és l'element natural i fonamental de la societat i té dret a la protecció de la societat i de l'Estat.

Article 17

1. Tota persona té dret a la propietat, individualment i col_lectiva.

2. Ningú no serà privat arbitràriament de la seva propietat.

Article 18
Tota persona té dret a la llibertat de pensament, de consciència i de religió; aquest dret inclou la llibertat de canviar de religió o de creença, i la llibertat, individualment o col lectivament, en públic o en privat, de manifestar la seva religió o creença per mitjà de l'ensenyament, la pràctica, el culte i l'observança.

Article 19
Tota persona té dret a la llibertat d'opinió i d'expressió; aquest dret inclou el de no ser molestat a causa de les pròpies opinions i el de cercar, rebre i difondre les informacions i les idees per qualsevol mitjà i sense límit de fronteres.

Article 20
1. Tota persona té dret a la llibertat de reunió i d'associació pacífiques.

2. Ningú no pot ser obligat a pertànyer a una associació.

Article 21
1. Tota persona té dret a participar en el govern del seu país, directament o per mitjà de representants lliurement elegits.

2. Tota persona té dret, en condicions d'igualtat, a accedir a les funcions públiques del seu país.

3. La voluntat del poble és el fonament de l'autoritat de l'Estat; aquesta voluntat ha d'expressar-se mitjançant eleccions autèntiques, que hauran de fer-se periòdicament per sufragi universal i igual i per vot secret o per altre procediment equivalent que garanteixi la llibertat del vot.

Article 22
Tota persona, com a membre de la societat, té dret a la seguretat social i a obtenir, mitjançant l'esforç nacional i la cooperació internacional, segons l'organització i els recursos de cada país, la satisfacció dels drets econòmics, socials i culturals indispensables per a la seva dignitat i el lliure desenvolupament de la seva personalitat.

Article 23

1. Tota persona té dret al treball, a la lliure elecció de la seva ocupació, a condicions equitatives i satisfactòries de treball, i a la protecció contra l'atur.

2. Tota persona, sense cap discriminació, té dret a salari igual per igual treball.

3. Tothom que treballa té dret a una remuneració equitativa i satisfactòria que asseguri per a ell i la seva família una existència conforme a la dignitat humana, completada, si cal, amb altres mitjans de protecció social.

4. Tothom té dret a constituir sindicats per a la defensa dels seus interessos i a afiliar-s'hi.

Article 24

Tota persona té dret al descans i al lleure i, particularment, a una limitació raonable de la jornada de treball i a vacances periòdiques pagades.

Article 25

1. Tota persona té dret a un nivell de vida que asseguri, per a ell i la seva família, la salut i el benestar, especialment quant a alimentació, vestir, habitatge, assistència mèdica i als serveis socials necessaris; també té dret a la seguretat en cas d'atur, malaltia, incapacitat, viduïtat, vellesa o altra manca de mitjans de subsistència independent de la seva voluntat.

2. La maternitat i la infantesa tenen dret a una cura i a una assistència especials. Tots els infants, nascuts d'un matrimoni o fora d'un matrimoni, gaudeixen d'igual protecció social.

Article 26

1. Tota persona té dret a l'educació. L'educació serà gratuïta, si més no, en la instrucció elemental i fonamental. La instrucció elemental serà obligatòria. L'ensenyament tècnic i professional es posarà a l'abast de tothom, i l'accés a l'ensenyament superior serà igual per a tots en funció dels mèrits respectius.

2. L'educació tendirà al ple desenvolupament de la personalitat humana i a l'enfortiment del respecte als drets humans i a les llibertats fonamentals; promourà la comprensió, la tolerància i l'amistat entre totes les nacions i grups ètnics o religiosos, i fomentarà les activitats de les Nacions Unides per al manteniment de la pau.

3. El pare i la mare tenen dret preferent d'escollir la mena d'educació que serà donada als seus fills.

Article 27

1. Tota persona té dret a participar lliurement en la vida cultural de la comunitat, a gaudir de les arts i a participar i beneficiar-se del progrés científic.

2. Tota persona té dret a la protecció dels interessos morals i materials derivats de les produccions científiques, literàries o artístiques de què sigui autor.

Article 28

Tota persona té dret a un ordre social i internacional en què els drets i llibertats proclamats en aquesta Declaració puguin ser plenament efectius.

Article 29

1. Tota persona té deures envers la comunitat, ja que només en aquesta li és possible el lliure i ple desenvolupament de la seva personalitat.

2. En l'exercici dels drets i les llibertats, tothom estarà sotmès només a les limitacions establertes per la llei i únicament amb la finalitat d'assegurar el reconeixement i el respecte deguts als drets i llibertats dels altres i de complir les justes exigències de la moral, de l'ordre públic i del benestar general en una societat democràtica.

3. Aquests drets i llibertats mai no podran ser exercits en oposició als objectius i principis de les Nacions Unides.

Article 30

Res en aquesta Declaració no podrà interpretar-se en el sentit que doni cap dret a un Estat, a un grup o a una persona a emprendre activitats o a realitzar actes que tendeixin a la supressió de qualsevol dels drets i llibertats que s'hi enuncien.

Declaración Universal de Derechos Humanos

Preámbulo

Considerando que la libertad, la justicia y la paz en el mundo tienen por base el reconocimiento de la dignidad intrínseca y de los derechos iguales e inalienables de todos los miembros de la familia humana,

Considerando que el desconocimiento y el menosprecio de los derechos humanos han originado actos de barbarie ultrajantes para la conciencia de la humanidad; y que se ha proclamado, como la aspiración más elevada del hombre, el advenimiento de un mundo en que los seres humanos, liberados del temor y de la miseria, disfruten de la libertad de palabra y de la libertad de creencias,

Considerando esencial que los derechos humanos sean protegidos por un régimen de Derecho, a fin de que el hombre no se vea compelido al supremo recurso de la rebelión contra la tiranía y la opresión,

Considerando también esencial promover el desarrollo de relaciones amistosas entre las naciones,

Considerando que los pueblos de las Naciones Unidas han reafirmado en la Carta su fe en los derechos fundamentales del hombre, en la dignidad y el valor de la persona humana y en la igualdad de derechos de hombres y mujeres; y se han declarado resueltos a promover el progreso social y a elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de la libertad,

Considerando que los Estados Miembros se han comprometido a asegurar, en cooperación con la Organización de las Naciones Unidas, el respeto universal y efectivo a los derechos y libertades fundamentales del hombre, y

Considerando que una concepción común de estos derechos y libertades es de la mayor importancia para el pleno cumplimiento de dicho compromiso, La Asamblea General Proclama la presente Declaración

Universal de Derechos Humanos como ideal común por el que todos los pueblos y naciones deben esforzarse, a fin de que tanto los individuos como las instituciones, inspirándose constantemente en ella, promuevan, mediante la enseñanza y la educación, el respeto a estos derechos y libertades, y aseguren, por medidas progresivas de carácter nacional e internacional, su reconocimiento y aplicación universales y efectivos, tanto entre los pueblos de los Estados Miembros como entre los de los territorios colocados bajo su jurisdicción.

Artículo 1
Todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos y, dotados como están de razón y conciencia, deben comportarse fraternalmente los unos con los otros.

Artículo 2
Toda persona tiene los derechos y libertades proclamados en esta Declaración, sin distinción alguna de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política o de cualquier otra índole, origen nacional o social, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición.
Además, no se hará distinción alguna fundada en la condición política, jurídica o internacional del país o territorio de cuya jurisdicción dependa una persona, tanto si se trata de un país independiente, como de un territorio bajo administración fiduciaria, no autónomo o sometido a cualquier otra limitación de soberanía.

Artículo 3
Todo individuo tiene derecho a la vida, a la libertad y a la seguridad de su persona.

Artículo 4
Nadie estará sometido a esclavitud ni a servidumbre; la esclavitud y la trata de esclavos están prohibidas en todas sus formas.

Artículo 5
Nadie será sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes.

Artículo 6
Todo ser humano tiene derecho, en todas partes, al reconocimiento de su personalidad jurídica.

Artículo 7
Todos son iguales ante la ley y tienen, sin distinción, derecho a igual protección de la ley. Todos tienen derecho a igual protección contra toda discriminación que infrinja esta Declaración y contra toda provocación a tal discriminación.

Artículo 8
Toda persona tiene derecho a un recurso efectivo, ante los tribunales nacionales competentes, que la ampare contra actos que violen sus derechos fundamentales reconocidos por la constitución o por la ley.

Artículo 9
Nadie podrá ser arbitrariamente detenido, preso ni desterrado.

Artículo 10
Toda persona tiene derecho, en condiciones de plena igualdad, a ser oída públicamente y con justicia por un tribunal independiente e imparcial, para la determinación de sus derechos y obligaciones o para el examen de cualquier acusación contra ella en materia penal.

Artículo 11
1. Toda persona acusada de delito tiene derecho a que se presuma su inocencia mientras no se pruebe su culpabilidad, conforme a la ley y en juicio público en el que se le hayan asegurado todas las garantías necesarias para su defensa.

2. Nadie será condenado por actos u omisiones que en el momento de cometerse no fueron delictivos según el Derecho nacional o internacional. Tampoco se impondrá pena más grave que la aplicable en el momento de la comisión del delito.

Artículo 12
Nadie será objeto de injerencias arbitrarias en su vida privada, su familia, su domicilio o su correspondencia, ni de ataques a su honra o a su

reputación. Toda persona tiene derecho a la protección de la ley contra tales injerencias o ataques.

Artículo 13

1. Toda persona tiene derecho a circular libremente y a elegir su residencia en el territorio de un Estado.

2. Toda persona tiene derecho a salir de cualquier país, incluso el propio, y a regresar a su país.

Artículo 14

1. En caso de persecución, toda persona tiene derecho a buscar asilo, y a disfrutar de él, en cualquier país.

2. Este derecho no podrá ser invocado contra una acción judicial realmente originada por delitos comunes o por actos opuestos a los propósitos y principios de las Naciones Unidas.

Artículo 15

1. Toda persona tiene derecho a una nacionalidad.

2. A nadie se privará arbitrariamente de su nacionalidad ni del derecho a cambiar de nacionalidad.

Artículo 16

1. Los hombres y las mujeres, a partir de la edad núbil, tienen derecho, sin restricción alguna por motivos de raza, nacionalidad o religión, a casarse y fundar una familia; y disfrutarán de iguales derechos en cuanto al matrimonio, durante el matrimonio y en caso de disolución del matrimonio.

2. Sólo mediante libre y pleno consentimiento de los futuros esposos podrá contraerse el matrimonio.

3. La familia es el elemento natural y fundamental de la sociedad y tiene derecho a la protección de la sociedad y del Estado.

Artículo 17
1. Toda persona tiene derecho a la propiedad, individual y colectivamente.

2. Nadie será privado arbitrariamente de su propiedad.

Artículo 18
Toda persona tiene derecho a la libertad de pensamiento, de conciencia y de religión; este derecho incluye la libertad de cambiar de religión o de creencia, así como la libertad de manifestar su religión o su creencia, individual y colectivamente, tanto en público como en privado, por la enseñanza, la práctica, el culto y la observancia.

Artículo 19
Todo individuo tiene derecho a la libertad de opinión y de expresión; este derecho incluye el no ser molestado a causa de sus opiniones, el de investigar y recibir informaciones y opiniones, y el de difundirlas, sin limitación de fronteras, por cualquier medio de expresión.

Artículo 20
1. Toda persona tiene derecho a la libertad de reunión y de asociación pacíficas.

2. Nadie podrá ser obligado a pertenecer a una asociación.

Artículo 21
1. Toda persona tiene derecho a participar en el gobierno de su país, directamente o por medio de representantes libremente escogidos.

2. Toda persona tiene el derecho de acceso, en condiciones de igualdad, a las funciones públicas de su país.

3. La voluntad del pueblo es la base de la autoridad del poder público; esta voluntad se expresará mediante elecciones auténticas que habrán de celebrarse periódicamente, por sufragio universal e igual y por voto secreto u otro procedimiento equivalente que garantice la libertad del voto.

Artículo 22
Toda persona, como miembro de la sociedad, tiene derecho a la seguridad social, y a obtener, mediante el esfuerzo nacional y la cooperación internacional, habida cuenta de la organización y los recursos de cada Estado, la satisfacción de los derechos económicos, sociales y culturales, indispensables a su dignidad y al libre desarrollo de su personalidad.

Artículo 23
1. Toda persona tiene derecho al trabajo, a la libre elección de su trabajo, a condiciones equitativas y satisfactorias de trabajo y a la protección contra el desempleo.

2. Toda personal tiene derecho, sin discriminación alguna, a igual salario por trabajo igual.

3. Toda persona que trabaja tiene derecho a una remuneración equitativa y satisfactoria, que le asegure, así como a su familia, una existencia conforme a la dignidad humana y que será completada, en caso necesario, por cualesquiera otros medios de protección social.

4. Toda persona tiene derecho a fundar sindicatos y a sindicarse para la defensa de sus intereses.

Artículo 24
Toda persona tiene derecho al descanso, al disfrute del tiempo libre, a una limitación razonable de la duración del trabajo y a vacaciones periódicas pagadas.

Artículo 25
1. Toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure, así como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido, la vivienda, la asistencia médica y los servicios sociales necesarios; tiene asimismo derecho a los seguros en caso de desempleo, enfermedad, invalidez, viudez, vejez y otros casos de pérdida de sus medios de subsistencia por circunstancias independientes de su voluntad.

2. La maternidad y la infancia tienen derecho a cuidados y asistencia especiales. Todos los niños, nacidos de matrimonio o fuera de matrimonio, tienen derecho a igual protección social.

Artículo 26

1. Toda persona tiene derecho a la educación. La educación debe ser gratuita, al menos en lo concerniente a la instrucción elemental y fundamental. La instrucción elemental será obligatoria. La instrucción técnica y profesional habrá de ser generalizada; el acceso a los estudios superiores será igual para todos, en función de los méritos respectivos.

2. La educación tendrá por objeto el pleno desarrollo de la personalidad humana y el fortalecimiento del respeto a los derechos humanos y a las libertades fundamentales; favorecerá la comprensión, la tolerancia y la amistad entre todas las naciones y todos los grupos étnicos o religiosos; y promoverá el desarrollo de las actividades de las Naciones Unidas para el mantenimiento de la paz.

3. Los padres tendrán derecho preferente a escoger el tipo de educación que habrá de darse a sus hijos.

Artículo 27

1. Toda persona tiene derecho a tomar parte libremente en la vida cultural de la comunidad, a gozar de las artes y a participar en el progreso científico y en los beneficios que de él resulten.

2. Toda persona tiene derecho a la protección de los intereses morales y materiales que le correspondan por razón de las producciones científicas, literarias o artísticas de que sea autora.

Artículo 28

Toda persona tiene derecho a que se establezca un orden social e internacional en el que los derechos y libertades proclamados en esta Declaración se hagan plenamente efectivos.

Artículo 29

1. Toda persona tiene deberes respecto a la comunidad, puesto que sólo en ella puede desarrollar libre y plenamente su personalidad.

2. En el ejercicio de sus derechos y en el disfrute de sus libertades, toda persona estará solamente sujeta a las limitaciones establecidas por la ley con el único fin de asegurar el reconocimiento y el respeto de los derechos y libertades de los demás, y de satisfacer las justas exigencias de la moral, del orden público y del bienestar general en una sociedad democrática.

3. Estos derechos y libertades no podrán en ningún caso ser ejercidos en oposición a los propósitos y principios de las Naciones Unidas.

Artículo 30

Nada en la presente Declaración podrá interpretarse en el sentido de que confiere derecho alguno al Estado, a un grupo o a una persona, para emprender y desarrollar actividades o realizar actos tendientes a la supresión de cualquiera de los derechos y libertades proclamados en esta Declaración.

Decraratzione Universale de sos Deretos de s'Òmine

Preamble

Cunsiderende chi su reconnoschimentu de sa dinnidade inerente a totu sos membros de sa famìlia umana e de sos deretos issoro eguales e inalienàbiles costìtuit su fundamentu de sa libertade, de sa zustìssia e de sa paghe in su mundu,

Cunsiderende chi su misconnoschimentu e su dispretziu de sos deretos de s'òmine ant zutu a atziones de barbaridade chi bulluzant sa cussèntzia de s'umanidade e chi sa vènnida de unu mundu in ue sos èsseres umanos ant a esser lìberos de faeddare e de creer, liberados dae su terrore e dae sa misèria, est proclamadu comente s'isetu prus mannu de s'òmine,

Cunsiderende chi est essentziale chi sos deretos de s'òmine siant garantidos dae unu rezìmene de deretu, a manera chi s'òmine non siat custrintu prus, comente remediu estremu, a si vortare contra a sa tirannia e a s'opressione,

Cunsiderende chi est essentziale a animare s'isvilupu de sas relatziones de amighèntzia intre sas natziones,

Cunsiderende chi, in sa Carta, sos pòpulos de sas Natziones Unidas ant torradu a proclamar sa fide issoro in sos deretos fundamentales de s'òmine, in sa dinnidade e su valore de sa pessone umana, in s'egualidade de sos deretos de sos òmines e de sas fèminas, e chi issos si sunt decrarados dispostos a favorire su progressu sotziale e a instaurare cunditziones mezus de vida in una libertade prus manna,

Cunsiderende chi sos Istados Membros si sunt postos de acordu pro assegurare, in cooperatzione cun s'Organizatzione de sas Natziones Unidas, su respetu universale e efetivu de sos deretos de s'òmine e de sas libertades fundamentales,

Cunsiderende chi un'idea comuna de custos deretos e libertades tenet s'importàntzia prus manna pro cumprire custu acordu, s'Assemblea Zenerale proclamat custa decraratzione universale de sos deretos de s'òmine comente s'ideale comunu chi totu sos pòpulos e totu sas natziones depent sighire pro fagher a manera chi totu sos indivìduos e totu sos òrganos de sa sotziedade, tenende semper in coro custa Decraratzione, s'isfortzent, cun s'amaestramentu e s'educatzione, pro isvilupare su respetu de custos deretos e libertades e pro nd'assegurare, cun mesuras progressivas de òrdine natzionale e internatzionale, su reconnoschimentu e s'aplicatzione universales e efetivas, siat in mesu de sas populatziones de sos Istados Membros etotu, siat in mesu de cussas de sos territòrios postos suta de sa zurisditzione issoro.

Artìculu 1
Totu sos èsseres umanos naschint lìberos e eguales in dinnidade e in deretos. Issos tenent sa resone e sa cussèntzia e depent operare s'unu cun s'àteru cun ispìritu de fraternidade.

Artìculu 2
Onzi unu podet fagher valer totu sos deretos e totu sas libertades proclamadas in sa Decraratzione presente, sena distintzione peruna, mescamente de ratza, de colore, de sessu, de limba, de relizione, de opinione polìtica o de onzi àtera opinione, de orìzine natzionale o sotziale, de cunditzione, de nàschida o de onzi àtera cunditzione.
In prus, no at a esser fata peruna distintzione fundada supra s'istatutu polìticu, zurìdicu o internatzionale de su paìsu o de su territoriu dae ue una pessone podet venner, chi custu paìsu o territoriu siat indipendente, suta tutela, no autònomu o assuzetadu a una limitatzione cale si siat de soveranidade.

Artìculu 3
Onzi individuu tenet deretu a sa vida, a sa libertade e a sa seguràntzia de sa pessone sua.

Artìculu 4
Nemos at a poder esser mantesu ne in istadu de iscravitùdine, nen de terachiu; s'iscravitùdine e sa trata de sos iscraos sunt preubidas in totu sas formas.

Artìculu 5
Nemos at a poder esser assuzetadu a sa tortura, ne a penas o a tratamentos crudeles, inumanos o degradantes.

Artìculu 6
Onzi unu tenet su deretu a su reconnoschimentu in onzi logu de sa personalidade zurìdica sua.

Artìculu 7
Totus sunt eguales in cara de sa leze e tenent deretu sena peruna distintzione a una tutela eguale de sa leze. Totus tenent deretu a una tutela eguale contra a onzi discriminatzione chi diat contraìgher sa Decraratzione presente e contra a onzi istigamentu a custa discriminatzione.

Artìculu 8
Onzi pessone tenet deretu a unu recursu efetivu a sas zurisditziones natzionales cumpetentes contra a sos atos chi vìolant sos deretos fundamentales chi li sunt reconnotos dae sa costitutzione o dae sa leze.

Artìculu 9
Nemos podet esser arrestadu, impresonadu o esiliadu arbitrariamente.

Artìculu 10
Onzi pessone tenet su deretu, in egualidade prena, a fagher intender sa voghe sua ecuamente e publicamente dae unu tribunale indipendente e impartziale, chi at a detzider, siat de sos deretos e òbrigos suos, siat de su fundamentu de onzi acusa, in matèria penale, direta contra a issa.

Artìculu 11
1. Onzi pessone acusada de un'atzione delituosa si depet cunsiderare innossente finas a cando si nd'at a istabilire legalemente sa neghe in unu protzessu pùblicu in ue ant a esser asseguradas totu sas garantias netzessàrias a sa defensa sua.

2. Nemos at a poder esser cundennadu pro atziones o omissiones chi, in su mamentu chi sunt istadas fatas, non costituiant un'atu delituosu pro

su deretu natzionale o internatzionale. In prus, non s'at a poder imponner peruna pena prus forte de sa chi fit aplicàbile in su mamentu chi s'atu delituosu est istadu cumpridu.

Artìculu 12
Nemos at a poder esser ozetu de intromissiones arbitràrias in sa vida privada sua, in sa famìlia sua, in sa domo o in sa currispondèntzia sua, nen de atentados a s'onore o a sa reputatzione sua. Onzi pessone tenet deretu a esser tutelada dae sa leze contra a custas intromissiones o a custos atentados.

Artìculu 13
1. Onzi pessone tenet su deretu de zirare liberamente e de s'isseperare sa residèntzia in intro de un'Istadu.

2. Onzi pessone tenet su deretu de si nch'andare dae unu logu -finas dae su suo-, e de torrare a su logu suo.

Artìculu 14
1. Onzi pessone, si est pessighida, tenet su deretu de si chircare asilu e de otenner asilu in àteros logos.

2. Custu deretu non podet esser chircadu si sa pessone est pessighida pro unu crìmine de deretu comunu o pro atziones contràrias a sos fines e printzìpios de sas Natziones Unidas.

Artìculu 15
1. Onzi individuu tenet deretu a una natzionalidade.

2. Nemos podet esser privadu de sa natzionalidade sua, nen de su deretu de cambiare natzionalidade.

Artìculu 16
1. Dae cando sunt vaganzos, s'òmine e sa fèmina, sena perunu impedimentu pro sa ratza, sa natzionalidade o sa relizione, tenent su deretu de si cojuare e de si fagher una famìlia. Issos tenent sos matessi

deretos in ocasione de su cojuiu, a pustis de su cojuiu e in s'ora de s'isparzimentu.
2. Su cojuiu s'at a poder fagher petzi cun s'acordu lìberu e prenu de sos isposos.

3. Sa famìlia est s'elementu naturale e fundamentale de sa sotziedade e tenet deretu a esser tutelada dae sa sotziedade e dae s'Istadu.

Artìculu 17
1. Onzi pessone, sola chi siat o a cumone, tenet deretu a sa propiedade.

2. Nemos podet esser privadu arbitrariamente de sa propiedade sua.

Artìculu 18
Onzi pessone tenet deretu a sa libertade de pessamentu, de cussèntzia e de relizione; custu deretu ìmplicat sa libertade de cambiare relizione o idea, e finas sa libertade de manifestare sa relizione o s'idea sua, a sa sola o a cumone, siat in pùblicu siat in privadu, cun s'insinnamentu, sas pràticas, su cultu e su cumprimentu de sos ritos.

Artìculu 19
Onzi individuu tenet deretu a sa libertade de opinione e de espressione. Custu ìmplicat su deretu a no esser pessighidu pro sas opiniones suas e su de chircare, de retzire e de difunder, sena cunsideru de peruna frontera, sas informatziones e sas ideas cun onzi zenia de mediu.

Artìculu 20
1. Onzi pessone tenet deretu a sa libertade de reunione e de assotziamentu patzìficu.

2. Nemos podet esser obrigadu a fagher parte de unu sotziu.

Artìculu 21
1. Onzi pessone tenet su deretu de intrare in parte de sa diretzione de sos afares pùblicos de su logu suo, siat diretamente, siat tràmite rapresentantes isseperados liberamente.

2. Onzi pessone tenet su deretu de intrare, in cunditziones de egualidade, in sas funtziones pùblicas de su paìsu suo.

3. Sa voluntade de su pòpulu est su fundamentu de s'autoridade de sos poderes pùblicos; custa voluntade si depet espressare cun eletziones onestas chi depent esser fatas periodicamente, cun votu universale eguale e segretu o cunforma a una norma ecuivalente chi asseguret sa libertade de votu.

Artìculu 22
Onzi pessone, comente membru de sa sotziedade, tenet deretu a sa seguridade sotziale, chi est fundada pro otenner su godimentu de sos deretos econòmicos, sotziales e culturales indispensàbiles a sa dinnidade e a s'isvilupu lìberu de sa personalidade sua, pro more de s'isfortzu natzionale e de sa cooperatzione internatzionale, a pustis de aer tentu in contu s'organizatzione e sas richesas de onzi paìsu.

Artìculu 23
1. Onzi pessone tenet deretu a su traballu, a isseperare liberamente su traballu suo, a cunditziones de traballuècuas e chi podant acuntentare, e a sa protetzione contra a sa disocupatzione.

2. Totus tenent su deretu, sena peruna discriminatzione, a unu salariu eguale pro unu traballu eguale.

3. Chie traballat tenet deretu a una paga ècua e chi l'acuntentet, chi asseguret a issu e a sa famìlia sua un'esistèntzia chi siat cunforma a sa dinnidade umana e cumpretada, si si podet, dae totu sos àteros mèdios de tutela sotziale.

4. Onzi pessone tenet su deretu de fundare sindicados paris cun àtere e de intrare in sos sindicados pro difender sos interessos suos.

Artìculu 24
Onzi pessone tenet deretu a su pasu e a su disaogu e mescamente a unu lìmite zustu de su tempus de traballu e a lissèntzias periòdicas pagadas.

Artìculu 25

1. Onzi pessone tenet deretu a unu gradu de vida bastante pro l'assegurare sa salude, su bonistare suo e su de sa famìlia sua, mescamente pro s'alimentatzione, sa vestimenta, sa domo, sas curas mèdicas e finas pro sos servìtzios sotziales indispensàbiles; tenet deretu a sa seguridade si est disocupada, malaìda, imbàlida, viuda, betza o si at pèrdidu sos mèdios suos pro campare a pustis de eventos indipendentes dae sa voluntade sua.

2. Sa maternidade e s'infàntzia tenent deretu a un'azudu e a un'assistèntzia particulare. Totu sos pitzinnos, chi siant naschidos foras de su cojuiu o a pustis, godint de sa matessi tutela sotziale.

Artìculu 26

1. Onzi pessone tenet deretu a s'educatzione. S'educatzione depet esser gratuita, a su nessi pro s'insinnamentu elementare e fundamentale. S'insinnamentu elementare est obrigatoriu. S'insinnamentu tènnicu e professionale depet esser zeneralizadu; s'intrada a sas iscolas superiores depet esser aperta in egualidade prena a totus, cunforma a su mèritu issoro.

2. S'educatzione depet punnare a s'isvilupu prenu de sa personalidade umana e a s'afortimentu de su respetu de sos deretos de s'òmine e de sas libertades fundamentales. Issa depet favorire sa cumprensione, sa toleràntzia e s'amighèntzia intre totu sas natziones e totu sos grupos ratziales o reliziosos, comente puru s'isvilupu de sas atividades de sas Natziones Unidas pro su mantenimentu de sa paghe.

3. Babos e mamas tenent, comente prioridade, su deretu de isseperare sa casta de educatzione de dare a sos fizos issoro.

Artìculu 27

1. Onzi pessone tenet su deretu de pigare parte liberamente a sa vida culturale de sa comunidade, de godire de sas artes e de tenner parte in su progressu sientìficu e in sos benefìtzios chi nde resurtant.

2. Onzi unu tenet su deretu a sa protetzione de sos interessos morales e materiales chi derivant dae cale si siat produtzione sientìfica, literària o artìstica de sa cale est autore.

Artìculu 28
Onzi pessone tenet deretu chi rennet, in àmbitu sotziale e in àmbitu internatzionale, un'òrdine fatu a manera chi sos deretos e sas libertades proclamadas in sa Decraratzione presente bi podant agatare efetu cumpretu.

Artìculu 29
1. S'individuu tenet deveres cun sa comunidade in ue petzi est possìbile s'isvilupu lìberu e prenu de sa personalidade sua.

2. In sa pràtica de sos deretos suos e in su godimentu de sas libertades suas, onzi unu est assuzetadu e bia a sas limitatziones istabilidas dae sa leze petzi cun s'intentu de assegurare su reconnoschimentu e su respetu de sos deretos e libertades de àtere e cun su fine de atatare sos disizos zustos de sa morale, de s'òrdine pùblicu e de su bonistare zenerale in una sotziedade democràtica.

3. Custos deretos e libertades no ant a poder, in perunu casu, esser praticados in manera contrària a sos fines e printzìpios de sas Natziones Unidas.

Artìculu 30
Non b'at perunu disponimentu de custa Decraratzione chi podat esser interpretadu comente implicante pro un'Istadu, un'aggrupamentu o un'individuu unu deretu cale si siat a si dare a un'atividade o de fagher un'atzione chi punnet a sa distrutzione de sos deretos e libertades chi bi sunt proclamados.

Decleranza universala dals drets da l'uman

Pream

Considerand cha l'arcugnuschentscha da la dignità immanenta in tuot ils members da la famiglia umana e da lur drets eguals ed inalienabels constituischa la fundamainta da la libertà, da la guistia e da la pasch in quist muond.

Considerand cha la mancanza da la cugnuschentscha e'l spredsch dals drets da l'uman han manà a fats da barbarissem chi offendan la conscienza da l'umanità e cha la fuormaziun d'ün muond, ingio cha'ls umans saran libers da discuorrer e da crajer, liberats da la temma e da la misiergia, es gnu proclamà sco la mera la plü ota da l'uman,

Considerand chi'd es important, cha'ls drets da l'uman vegnan protets d'ün regimaint da dret, per cha l'uman nu vegna sforzà sco ultim mez a la revolta cunter la tirannia e l'oppressiun,

Considerand chi'd es important da promouver il svilup da relaziuns amicalas tanter las naziuns,

Considerand cha'ls pövels da las Naziuns unidas han proclamà in lur Charta lur cretta i'ls drets fundamentals da l'uman, illa dignità e la valur da la persuna umana, illa egualità dals drets dad homens e da duonnas e ch'els han decis da promouver il progress social e megldras relaziuns da viver in libertà plu granda,

Considerand cha'ls stadis chi sun members s'han obliats dad asgürar, in cooperaziun cun l'Organisaziun da las Naziuns unidas, il respet universal ed effectiv dals drets da l'uman e da las libertats fundamentalas,
Considerand ch'üna concepziun cumünaivla da quists drets e da quistas libertats es d'importanza maximala per accumplir plainamaing quist ingaschamaint, proclama l'Assemblea Generala la preschainta Decleranza universala dals drets da l'uman sco l'ideal cumünaivel dad

obtgnair per tuot ils pövels e tuot las naziuns, per cha mincha singul e tuot ils organs da la vita publica hajan adüna adimmaint quista Decleranza ed as sfadajan da promouver il respet da quists drets e da quistas libertats tras l'instrucziun e l'educaziun e dad asgürar tras masüras progressivas i'l ram naziunal ed internaziunal lur arcugnuschentscha ed applicaziun effectiva ed universala, tant pro la populaziun da lur stadis sco eir pro quella da territoris chi suottastan a lur giurisdicziun.

Artichel ün. (1)
Tuots umans naschan libers ed eguals in dignità e drets. Els sun dotats cun intellet e conscienza e dessan agir tanter per in uin spiert da fraternità.

Artichel duos. (2)
Mincha uman no far valair ils drets e las libertats proclamats in quista Decleranza, sainza ingüna differenza, ne da razza, da culur, da sex, da lingua, da religiun, d'opiniun politica o d'üna otra opiniun, d'origin naziunal o social, da proprietà, da naschentscha ne da qualunque otra circunstanza. Plünavant nu poja gnir fat ingüna differenza in basa a la situaziun politica, giuridica o internaziunala dal pajais o dal territori, al qual üna persuna appartegna, cha quist pajais o territori saja independent, suot tutela, na autonom ch'el saja suottamiss a qualunque otra limitaziun da sia libertà.

Artichel trais. (3)
Mincha uman ha il dret da la vita, da la libertà e da la sgürezza da sia persuna.

Artichel quatter. (4)
Ingün nu po gnir tgnü in sclavitüd o in servitüd; sclavitüd e commerzi da sclavs sun scumandats in tuot lur appariziuns.

Artichel tschinch. (5)
Ingün nu po gnir suottamiss a la tortura, ne a painas o trattamaints crudels, inumans o ümiliants.

Artichel ses. (6)
Mincha uman ha dapertuot il dret, cha sia persunalità giuridica vegna arcugnuschüda.

Artichel set. (7)
Tuots umans sun eguals davant la ledscha ed han il dret da gnir protets egualmaing da la ledscha sainza ingüna distincziun. Tuots han il dret da gnir protets egualmaing cunter mincha discriminaziun chi violess quista Decleranza e cunter mincha provocaziun ad üna tala discriminaziun.

Artichel ot. (8)
Mincha persuna ha il dret a protecziun legala davant las giurisdicziuns naziunalas competentas cunter tuots fats chi violeschan ils drets fundamentals chi tilla sun gnüts concess tras la constituziun o tras la ledscha.

Artichel nouv. (9)
Ingün nu po gni arrestà arbitrariamaing, tgnü in fermanza o gir exilà arbitrariamaing.

Artichel desch. (10)
Mincha persuna la il dret, in plaina egualità, ad üna procedura tenor dret e güstia e publica davant ün tribunal independent ed imparzial chi ha da decider sur da seis drets e seis dovairs o sur da qualunque achüsa in materia penala drizzada cunter ella.

Artichel ündesch. (11)
1. Mincha persuna chi vain achüsada d'ün fat culpabel sto gnir resguardada sco innozainta, fintant cha sa cuolpa nu vain cumprovada legalmaing in üna procedura publica, ingio cha tilla sun asgüradas tuottas garanzias necessarias per sa defaisa.

2. Ingün nu po gnir chastià per ün fat o per ün interlasch chi nu d'eira punibel tenor il dret naziunal o internaziunal da quel temp ch'els sun gnüts commiss. Medemmamaing nu poja gnir inchargià ün chasti plü greiv co quel chi d'eira applichabel da quel temp cha l'act penal d'eira gnü commiss.

Artichel dudesch. (12)
Ad ingün nu's poja as masdar arbitrariamaing in sa vita privata, in sa famiglia, in seis domicil o in sia correspundenza ed ingün nu po gnir

attachà in sia onur ed in sia reputaziun. Mincha uman ha il dret a protecziun legala cunter talas infiltraziuns o attachas.

Artichel traidesch. (13)
1. Mincha persuna ha il dret da circular libramaing e da tscherner libramaing seis domicil aint il intern d'ün stadi.

2. Mincha persuna ha il dret da bandunar mincha pajais, cumprais seis agen, e da tuornar in seis pajais.

Artichel quattordesch. (14)
1. Pervi da persecuziuns ha mincha persuna il dret da tscherchar asil e da giodair asil in oters pajais.

2. Quist dret nu po gnir fat valair in cas da persecuziuns pervi da delicts na politics o pervi da fats cuntraris a las meras ed als princips da las Naziuns unidas.

Artichel quindesch. (15)
1. Mincha persuna ha il dret ad üna naziunalità .

2. Ad ingün nu poja gnir priva arbitrariamaing sia naziunalità e neir il dret da müdar sia naziunalità.

Artichel saidesch. (16)
1. Homens e duonnas ill'età da's maridar han il dret da conclüder üna lai e da fuondar üna famiglia, sainza ingüna restricziun in reguard, a la razza, la naziunalità o la religiun. Els han ils medems drets pro'l maridar, dürant il matrimoni e pro'l sfar oura.

2. La marida po gnir conclüda be in basa a l'acconsentimaint liber e cumplet da tuots duos conjugals venturs.

3. La famiglia es l'elemaint natüral e fundamental da la cumünanza umana ed ha il dret da gnir protetta da la cumünanza e dal stadi.

Artichel deschset. (17)
1. Mincha persuna, o suletta o in comuniun cun otras, ha il dret a proprietà.

2. Ingün nu po gnir privà arbitrariamaing da sia proprietà.

Artichel deschdot. (18)
Mincha persuna ha il dret e libertà d'impissamaints, da conscienza e da religiun; quist dret cumpiglia la libertà da müdar la religiun o la persvasiun ed eir la libertà da manifestar sa religiun o sa persvasiun sulet o in comuniun cun oters, tant publicamaing o privatamaing, tras instrucziun, in pratcha, in cult divin o accumplind rits.

Artichel deschnouv. (19)
Mincha uman ha il dret a la libertà d'opiniun e d'expressiun: quista libertà cumpiglia il dret dad aderir libramaing ad opiniuns da tscherchar e dad artschaiver e derasar infuormaziuns ed ideas per qualunque mez d'informaziun pussibel sainza resguards da cunfins.

Artichel vainch. (20)
1. Mincha uman ha il dret a la libertà da reuniun e d'associaziun cun meras paschaivlas.

2. Ingun nu po gnir oblià dad appartgnair ad üna associaziun.

Artichel vainchün. (21)
1. Mincha uman ha il dret da tour part a la direcziun dals affars publics da seis pajais, opür directamaing o tras rapreschantants tschernüts libramaing.

2. Mincha persuna ha il dret da tour part cullas medemmas cundiziuns als uffizis publics da seis pajais.

3. La voluntà dal pövel es la fundamainta per l'autorità da la pussanza publica: quista voluntà sto s'exprimer tras elecziuns vardaivlas chi ston seguir periodicamaing cun dret da vuschar general ed egual e cun scrutin secret o tenor üna procedura equivalenta chi garantischa la libertà da vuschar.

Artichel vaincheduos. (22)
Mincha persuna, sco member da la cumünanza umana, ha il dret a la sgürezza sociala; ella ha il dret dad obtgnair ils drets economics, socials e culturals indispensabels per sia dignità e pel svilup liber da sia persunalità, tras sforzs naziunals e tras la cooperaziun internaziunala, tgnand quint da l'organisaziun e dals mezs da mincha pajais.

Artichel vainchetrais. (23)
1. Mincha persuna ha il dret a lavur, a tscherna libra d'üna vocaziun, a cundiziuns cunvgnaintas e satisfacentas per la lavur ed a protecziun cunter dischoccupaziun.

2. Tuots han il dret, sainza ingüna discriminaziun, a paja eguala per lavur eguala.

3. Minchün chi lavura ha il dret ad üna remuneraziun cunvgnainta e satisfacenta chi garantischa ad el ed a sia famiglia üna existenza correspundenta a la dignità umana e chi'd es da cumplettar, schi fa dabsögn, tras oters mezs da protecziun sociala.

4. Mincha persuna ha il dret da fuondar insembel cun oters associaziuns professiunalas e da s'affiliar a talas per defender seis interess.

Artichel vainchequatter. (24)
Mincha persuna ha il dret a pos ed a temp liber, ad üna limitaziun radschunaivla dal temp da lavur ed a congedis pajats periodics.

Artichel vainchetschinch. (25)
1. Mincha persuna ha il dret ad ün livel da vita satisfacent per garantir sa sandà e seis bainstar e quels da sa famiglia, cumprais la nudritüra, la büschmainta, l'abitaziun, la chüra medicala e'ls servezzans socials necessaris; ella ha il dret a sgürezza in cas da dischoccupaziun, malatia, invalidità, sch'el(la) dvainta guaivd(a), in cas da vegldüna o sch'el perda otramaing ils mezs da viver sainza aigna cuolpa.

2. La mamma e l'uffant han il dret ad ün agüd ed üna assistenza speciala. Tuot ils uffants, legitims ed illegitims, giodan la medemma protecziun sociala.

Artichel vaincheses. (26)
1. Mincha persuna ha il dret ad educaziun. L'educaziun sto esser gratuita, almain illas scoulas elementaras e fundamentalas. L'instrucziun elementara es obligatoria. L'instrucziun specifica e professiunala dess esser generalmaing accessibla; l'access als stüdis superiuors dess esser avert a tuots in basa a lur capacitats e prestaziuns.

2. L'educaziun dess avair sco mera il svilup cumplet da la persunalità umana e'l rinforzamaint dal respet dals drets da l'uman e da las libertats fundamentalas. Ella dess promouver l'incletta, la toleranza e l'amicizcha tanter tuot las naziuns e tuot las gruppas da razza e da religiuns, e favurisar l'activitä da las Naziuns unidas per mantgnair la pasch.

3. In prüma lingia han ils genituors il dret da tscherner il möd d'educaziun chi'd es da dar a lur uffants.

Artichel vaincheset. (27)
1. Mincha persuna ha il dret da tour part libramaing a la vita culturala da la cumünanza, da giodair las arts e da partecipar al progress scientific ed a seis resultats.

2. Minchün ha il dret a la protecziun dals interess morals e materials chi resultan da mincha producziun scientifica, litterara o artistica, da la quala el es l'autur.

Artichel vainchot (28)
Mincha persuna ha il dret ad ün uorden social ed internaziunal, i'l qual ils drets e las libertats manzunats illa Decleranza preschainta pon gnir realisats plainamaing.

Artichel vainchenouv. (29)
1. Mincha uman ha dovairs invers la cumünanza; be in quella es pussibel il svilup liber e cumplet da sia persunalità.

2. Pratichand seis drets e sas libertats es suottamiss minchün be a quellas restricziuns chi sun gnüdas stabilidas tras la ledscha per garantir

l'arcugnuschentscha e'l respet dals drets e da las libertats dals oters e per satisfar a las exigenzas güstas da la moralà, da l'uorden public e dal bainstar general in üna cumünanza democratica.

3. Quists drets e quistas libertats nu pudaran gnir pratichats in ingüns cas in sen cuntrari a las meras ed als princips da las Naziuns unidas.

Artichel trenta. (30)
Ingüna disposiziun da la Decleranza preschainta nu po gnir interpretada in quel sen chi resultess landroura per ün stadi, per üna gruppa o per üna persuna qualunque dret da pratichar una actività o dad accumplir ün fat chi vessan per mera da desdrüer ils drets e las libertats manzunadas in quista Decleranza.

Declarazion Universâl dai Derits dal Om

Preambul

Tignût cont che il ricognossi la dignitât di ducj i membris de gjernazie umane, i lôr derits, compagns e inalienabii, e je la fonde de libertât, de justizie e de pâs tal mont;

Tignût cont che il dineâ e il spreseâ i derits dal om a an puartât a barbaretâts ch'a ufindin la cussience de umanitât e che al è stât proclamât che il divignì di un mont dulà che i oms a gjoldin la libertât di peraule e di fede e la liberazion de pôre e de miserie e je la plui grande braure dal om;

Tignût cont che i derits dal om bisugne ch'a sein garantîts des leçs, se si intint di fâ in mût che l'om, come ultin ricors, nol scugni voltâsi cu la fuarce cuintri la tiranìe e la sclavitût;

Tignût cont che bisugne promovi il svilup di bogns rapuarts tra lis Nazions;

Tignût cont che tal Statût i popui des Nazions Unidis a an tornât a declarâ la lôr fede tai derits fondamentâi dal om, te dignitât e tal valôr de persone umane, te paritât dai derits dal om e de femine, e ch'a an decidût di promovi il progres sociâl e un miôr sistem di vite tune plui grande libertât;

Tignût cont che i Stâts membris a an cjapât l'impegn di otignî, in cooperazion cu lis Nazions Unidis, il rispiet e l'osservance universâl dai derits dal om e des libertâts fondamentâls;

Tignût cont che une convinzion gjenerâl sun chescj derits e sun cheste libertât e je de massime impuartance par une complete realizazion di chescj impegns; la Samblee Gjenerâl des Nazions Unidis e proclame cheste Declarazion Universâl dai Derits dal Om come ideâl comugnâl ch'a an di rivâ a vêlu ducj i popui e dutis lis Nazions par che ogni individui e ogni strument de societât, tignint cont simpri di cheste Declarazion, a cirin di promovi, cu la instruzion e la educazion, il rispiet di chescj derits e di chestis libertâts e di garantîur, midiant proviodiments progressîfs di

stamp nazionâl e internazionâl, il ricognossiment universâl e efetîf e il rispiet tant de bande dai popui dai Stâts membris, che de bande dai popui dai teritoris ch'a son sot de lôr jurisdizion.

Articul 1
Ducj i oms a nassin libars e compagns come dignitât e derits. A an sintiment e cussience e bisugne che si tratin un culaltri come fradis.

Articul 2
A ogni individui i spietin ducj i derits e dutis lis libertâts proclamâts in cheste Declarazion, cence nissune distinzion par vie di gjernazie, colôr, mascjo o femine, lenghe, religjon, di impinion politiche o alcaltri, di zoc nazionâl o sociâl, di ricjece, di nassite o altre condizion.
E no sarà fate nissune distinzion nancje par vie dal Statût politic, juridic o internazionâl dal paîs o de tiare che une persone i parten, tant se chê tiare e je indipendent che s'e je sot ministrazion fiduciarie o no autonime o sot cualchi altri limit di sovranitât.

Articul 3
Ogni individui al à derit a la vite, a la libertât e a la sigurece de sô persone.

Articul 4
Nissune persone e pò jessi tignude in sclavitût o servitût; la sclavitût e il trafic dai sclâfs di cualsisei gjenar a son improibîts.

Articul 5
No si pò torturâ nissun, ni doprâ par nissune persone tratament o punizions barbars, disumans o vergognôs.

Articul 6
Ogni individui al à derit, pardut là che si cjate a sei, che i vegni ricognussude la sô personalitât juridiche.

Articul 7
Denant de leç a son ducj compagns e ducj a an derit, cence nissune parzialitât, a la stesse protezion de leç. A an ducj derit di jessi vuardâts

di ogni discriminazion contrarie a cheste Declarazion ch'e je stade fate cuintri cualsisei instigazion a discriminazions di chê sorte.

Articul 8
Ogni individui al à derit a une reâl possibilitât di ricori a tribunâi competents nazionâi cuintri di fats ch'a van cuintri dai derits fondamentâi che la constituzion o la leç i ricognossin.

Articul 9
Nissune persone no pò jessi arestade, tignude in preson o mandade in esili cence juste reson.

Articul 10
Ogni individui al à derit in plene paritât, a une juste e publiche udience denant di un tribunâl indipendent e imparziâl, par decidi dai siei derits e dovês, e ancje par provâ la positivitât di cualsisei acuse penâl che i vegni fate.

Articul 11
1. Ogni individui acusât di une malefate al è presumût nocent fintant che la sô colpe no sei stade dimostrade par vie legâl tun public proces dulà che i vein dât ogni garanzie par difindisi.

2. Nissun individui nol pò vignî condanât par une robe fate o no fate, se, in chel tâl moment, chê robe no jere considerade une malefate secont il derit locâl o internazionâl. Come che no si podarà mai dâ un cjastic plui grant di chel stabilît tal moment de malefate.

Articul 12
Nissun individui nol pò jessi sogjet a interferencis arbitrariis te sô vite privade, te sô famee, te sô cjase, te sô corispuindince, e nancje jessi ufindût tal so onôr e te sô stime. Ogni individui al à derit di jessi vuardât de leç cuintri interferencis o ufesis di cheste fate.

Articul 13
1. Ogni individui al à derit di stâ e di movisi dentri i confins di ogni Stât.

2. Ogni individui al à derit di lâ vie di cualsisei païs, ancje dal so, e di tornâ.

Articul 14
1. Ogni individui al à derit, cuintri lis persecuzions, di cirî e cjatâ ricet in altris païs.

2. Nol podarà ricori a chest derit un individui s'al è cirût par malefatis no politichis o par fats contraris ai fins e ai principis des Nazions Unidis.

Articul 15
1. Ogni individui al à derit di vê une citadinance.

2. A nissun individui no si pò cjoli cence une reson la sô citadinance e nancje il derit di cambiâle.

Articul 16
1. Oms e feminis in etât adate a an il derit di sposâsi e di meti sù famee, cence nissune limitazion di gjernazie, citadinance o religjon. A an ducj i stes derits a rivuart dal matrimoni, par tant ch'al dure e cuantche si disfe.

2. Il matrimoni si pò fâlu dome cul libar e plen consens dai nuviçs deventants.

3. La famee e je la fonde naturâl e fondamentâl de societât e e à il derit che la difindin la societât e il Stât.

Articul 17
1. Ogni individui al à derit di vê une propietât sô personâl o comugnâl cun altris.

2. A nissun individui no si pò cjoli la sô propietât cence une reson.

Articul 18
Ogni individui al à derit a la libertât di pinsîr, cussience e religjon; chest derit al vûl dî ancje libertât di gambiâ religjon o fede, e libertât di pandi

dibessôl o cun altris, tant in public che in privât, la sô religjon o la sô fede tal insegnâ, tes pratichis, tal cult e te osservance des ceremoniis.

Articul 19
Ogni individui al à derit a la libertât di impinion e di espression, dutun cul derit di no jessi lambicât par vie de sô idee e il derit di cirî, di vê e di propagandâ informazions e ideis cun ogni mieç e cence limitazions.

Articul 20
1. Ogni individui al à derit a la libertât di riunion e di associazion pacjifiche.

2. No si pò obleâ nissun a fâ part di une associazion.

Articul 21
1. Ogni individui al à derit di partecipâ al guviêr dal so paîs tant di persone che par mieç di rapresentants sielzûts liberementri.

2. Ogni individui al à derit di pode rivâ, in condizions di paritât, ai puescj di vôre publics dal so paîs.

3. La volontât popolâr e je la fonde de autoritât dai guviêrs; cheste volontât si à di pandile traviers elezions periodichis e onestis, a sufragjo universâl e compagn, cun vôt segret o tun altri mût ch'al garantissi la libertât di esprimisi.

Articul 22
Ogni individui, come part de societât, al à derit a la sigurece sociâl, e ancje di realizâ, cul impegn nazionâl e la colaborazion internazionâl e tignint cont de organizazion e des possibilitâts di ogni Stât, i derits economics, sociâi e culturâi indispensabii a la sô dignitât e a la libare cressite de sô personalitât.

Articul 23
1. Ogni individui al à derit al lavôr, a la libare sielte dal puest di vôre, a condizions justis e buinis di lavôr e a jessi vuardât cuintri la disocupazion.

2. Ogni individui, cence parzialitât, al à derit di vê la stesse pae par un lavôr compagn.

3. Ogni individui ch'al lavore al à derit a une pae juste e buine che i garantissi a lui e a la sô famee une vite secont la dignitât umane e staronzade, s'al covente, cun altris mieçs di protezion sociâl.

4. Ogni individui al à derit di meti sù sindacâts e di fâur part par difindi i siei interes.

Articul 24
Ogni individui al à derit di polsâ e di distraisi, intindint cun chest un just limit des oris di lavôr e di feriis periodichis paiadis.

Articul 25
1. Ogni individui al à derit a un sistem di vite bon di garantî la salût e il bonstâ so e de sô famee, massime pal nudriment, il vestiari, une cjase, la assistence mediche, e ai servizis sociâi necessaris; al à derit a la sigurece in câs di disocupazion, malatie, invaliditât, veduance, vecjae o in ogni altri câs di piardite dai mieçs di sussistence par robis che no dipendin dal so volê.

2. La maternitât e la infanzie e an derit a curis speciâls e assistence. Ducj i fruts nassûts tal matrimoni o fûr, a an di gjoldi de stesse protezion sociâl.

Articul 26
1. Ogni individui al à derit a la instruzion. La instruzion e à di jessi a gratis almancul pes classis elementârs e fondamentâls. La instruzion elementâr e à di jessi obligatorie. La instruzion tecniche e professionâl e à di jessi possibil a ducj e cussì la instruzion superiôr e à di jessi possibil a ducj daûr dal merit.

2. La instruzion e à di jessi indreçade a une plene incressite de personalitât umane e a un simpri plui grant rispiet dai derits dal om e des libertâts fondamentâls. La instruzion e à di fâ cressi la comprension, il bon cûr, la

amicizie fra dutis lis Nazions, lis comunitâts etnichis e religjosis, e dâ une man a la vôre des Nazions Unidis par mantignî la pâs.

3. I gjenitôrs a an prin di ducj derit di sielzi il gjenar de instruzion pai lôr fîs.

Articul 27

1. Ogni individui al à derit di jessi a part de vite culturâl de comunitât, di gjoldi des arts e di dâ di vôre al progres de sience e usufruî dai siei beneficis.

2. Ogni individui al à derit a la difese dal interes morâl e matereâl ch'a divegnin di une produzion sientifiche, leterarie e artistiche che lui al vedi fate.

Articul 28

Ogni individui al à derit di cjatâsi a vivi tun sistem sociâl e internazionâl dulà che i derits e lis libertâts proclamadis in cheste Declarazion a sein metûts in pratiche dal dut.

Articul 29

1. Ogni individui al à dovês viers la comunitât, là che lui al pò madressi adimplen e cun libertât.

2. Tal doprâ i siei derits e lis sôs libertâts, ognun al à di tignî cont dome dai limits prescrits de leç par che si ricognossin e che si rispietin pardabon i derits e lis libertâts di chei altris e par contentâ lis esigjencis justis de morâl, dal ordin public e dal benjessi gjenerâl di une societât democratiche.

3. No si pò doprâ mâl chescj derits e chestis libertâts cuintri i fins e i principis des Nazions Unidis.

Articul 30

Nissun Stât, grop o persone a puedin cjapâ alc di cheste Declarazion par campâ derits di meti sù trafics o combinâ vôris ch'a cirin di dineâ cualchi derit o libertât ch'e je stade metude in clâr culì.

Dichjarazioni Univirsali di i Diritti di l'Omu

Introitu

Cunsidarendu ch'ellu ci voli à ricunnoscia a dignità propria di tutti i membri di a famiglia umana è i so diritti pari ed inalienabili par ch'elli sianu fundati a libertà, a ghjustizia è a paci ind'u mondu,

Cunsidarendu chì, ùn cunniscendu o sprizzendu i diritti di l'omu, si hè ghjuntu à atti barbari chì a cuscenza umana ni hè rivultata, è ch'ella hè stata chjamata a spiranza più alta di l'omu quilla di fà nascia un mondu duva elli saranu libari l'omi di parlà è di creda, libarati da u tarrori è da e miseria,

Cunsidarendu ch'ella hè una primura maiò ch'elli sianu prutetti i diritti di l'omu da un guvernu di dirittu, da ch'ellu ùn sia custrettu l'omu, ghjuntu à i punti stremi, à rivultà si contru à a tirannia è l'upprissioni,

Cunsidarendu ch'ella hè una primura maiò di fà ch'elli si sviloppinu i leii amichevuli trà i nazioni,

Cunsidarendu ch'elli anu dittu in lu so Statutu i populi di i Nazioni Uniti ch'elli credinu in li diritti fundamintali di l'omu, in la dignità è u valori di a parsona umana, in la parità di i diritti di l' omi è di i donni, è ch'elli anu dittu d'essa dicisi à sviluppà u prugressu suciali è à fà nascia un modu di campà più bonu ind'una libertà più maiò,

Cunsidarendu ch'elli anu prumissu i Stati Membri di fà, cù l'aiutu di l'Urganisazioni di i Nazioni Uniti, ch'elli sianu rispittati da veru in lu mondu sanu i diritti di l'omu è i libertà fundamintali,

Cunsidarendu chì par rializà isssa prumessa, hè di primura d'avè una idea cumuna d'issi diritti è libertà, Sta Dichjarazioni Univirsali di i Diritti di l'Omu cum'è fini cumunu da ricircà da tutti i populi è tutti i nazioni, par ch'elli provinu tutti l'individui è tutti l'urganisazioni di a sucità, cù u insignamentu è l'educazioni, à sviluppà u rispettu d'issi diritti, è, pigliendu à pocu à pocu i misuri naziunali è internaziunali, à impona ni ignalocu a

ricunniscenza è a prattica vera, sia ind'è i populi di i Stati membri stesi, sia ind'è quilli di i tarritorii ad elli cunfidati.

Articulu Prima
Nascinu tutti l'omi libari è pari di dignità è di diritti. Pussedinu a raghjoni è a cuscenza è li tocca ad agiscia trà elli di modu fraternu.

Articulu 2
Di tutti i diritti è i libertà scritti in issa dichjarazioni, si ni pò ghjuvà ugnunu, senza sfarenza varuna di razza, di culori, di sessu, di lingua, di rilighjoni, d'upinioni, pulitica o altra ch'ella sia, d'urighjini naziunali o suciali, di ricchezza, di nascita o di qualunqua altra situazioni. Mancu si farà nisuna sfarenza partendu da u statutu puliticu, ghjuridicu o internaziunali di u paesi o u tarritoriu duva ella campa a parsona, ch'ellu sia indipindenti issu paesi o tarritoriu, o puri cunfidatu ad una antra nazioni, privu d'autunumia o cù un puteri limitatu in calchì modu.

Articulu 3
Hà dirittu ogni persona à a vita, à a libertà è à a sicurezza.

Articulu 4
In la schiavitù o in la sirvitù ùn sarà tinutu nimu; sò pruibiti a schiavitù è u cumerciu di i schiavi in qualunqua forma.

Articulu 5
Un' sarà turmintatu nimu, nè sottumissu à castichi o azzioni crudeli, inumani o vili.

Articulu 6
A so parsunalità ghjuridica, ugnunu hà dirittu à fà la ricunnoscia ignalocu.

Articulu 7
Pà a leggi tutti sò pari, è tutti anu dirittu à essa prutetti da ella senza sfarenza varuna. Anu dirittu tutti à una prutizzioni para contru à qualunqua discriminazioni chì ùn rispittaria issa dichjarazioni è contru à qualunqua chjama à fà una discriminazioni simula.

Articulu 8
Hà dirittu ogni parsona à chjamà ni di modu effettivu à i tribunali naziunali cumpitenti contru à l'atti chì ùn rispittarianu i diritti fundamintali ch'elli li ricunnoscinu a custituzioni o a leggi.

Articulu 9
Un' pò essa nimu arristatu, incarciaratu o esiliatu di modu tirannicu.

Articulu 10
Hà dirittu ogni parsona, di modu paru, ch'ella sia intesa a so causa di modu ghjustu è publicu da un tribunali indipindenti ed imparziali, chì dicidarà, sia di i so diritti è oblighi, sia di a rialità di l'accusa pinali fatta contru ad ella.

Articulu 11
1. Ogni parsona incausata par un dilittu si cunsidareghja ch'ella hè nucenti fin ch'ella ùn hè stata purtata a prova ch'ella hè culpevuli, sicondu a leggi è ind'un prucessu publicu, duva ella avarà avutu tutti i guaranzii chì ci voli par difenda si.

2. Un' sara cundannatu nimu par azzioni o umissioni chì, quand'elli si sò fatti, ùn eranu un dilittu sicondu u dirittu naziunali o internaziunali. Un' si darà mancu un casticu più maiò cà quillu chì era privistu quandu ellu hè statu fattu un dilittu.

Articulu 12
Un' si pudarà intarvena di modu tirannicu in la vita parsunali di nimu, nè in la so famiglia, nè in casa soia, nè in li so lettari, nè contru à u so unori o a so nomina. Hà dirittu ogni parsona à essa prutetta da a leggi contru à intarvinzioni o colpi simuli.

Articulu 13
1. Pò ogni parsona viaghjà di modu libaru è sceglia duva ella voli campà indrentu à unu Statu.

2. Pò ogni parsona lascià ogni paesi, puru u soiu, è vultà in lu so paesi.

Articulu 14
1. S'ella hè parsiguitata, ogni parsona hà u dirittu di dumandà l'asigliu è di riceva lu in l'altri paesi.

2. Un' si pò dumandà issu dirittu s'ella hè ricircata par via di un dilittu di dirittu cumunu, o di una azzioni chì andaria contru à i fini è i principii di i Nazioni Uniti.

Articulu 15
1. Ugnunu hà dirittu à una naziunalità.

2. Di a so naziunalità ùn ni pò essa privu nimu, nè mancu di u dirittu di cambià ni.

Articulu 16
1. A' parta si da l'età d'avè i figlioli, anu u dirittu l'omu è a donna, senza varuna limitazioni par ciò chì tocca à a razza, a naziunalità o a rilighjoni, di marità si è di custituì una famiglia. Sò pari i so diritti in lu matrimoniu, fin ch'ellu dura è s'ellu si scioglii.

2. Un' pò essa dicisu u matrimoniu cà cù l'accunsentu libaru è pienu di i sposi.

3. A famiglia hè l'elementu naturali è fundamintali di a sucità è à a sucità è à u Statu li tocca à pruteghja la.

Articulu 17
1. Hà dirittu à a prupiità ogni parsona, da sola o in cumunità.

2. Di a so prupiità ùn ni pò essa privu nimu di modu tirannicu.

Articulu 18
Hà dirittu ogni parsona à a libertà di pinsamentu, di cuscenza è di rilighjoni; vali à dì ch'ella hè libara di cambià a so rilighjoni o i so idei, sola o in cumunità, di modu sia publicu sia privatu, cù u insignamentu, i prattichi, u cultu o i riti.

Articulu 19
Hà dirittu ogni individuu à a libertà d'upinioni è di sprissioni; vali à dì ch'ellu ùn devi essa turmintatu pà i so upinioni è ch'ellu pò circà, riceva è sparghja, senza primura di i fruntieri, i infurmazioni è l'idei cù tutti i modi di sprissioni.

Articulu 20
1. Ogni parsona hà dirittu à a libertà di riunioni è d'associu pacificu.

2. Un associu nimu pò essa custrettu à divintà ni membru.

Articulu 21
1. Hà dirittu ogni parsona à participà à a dirizzioni di l'affari publichi di u so paesi, sia da par ella, sia cù i so riprisintanti scelti di modu libaru.

2. Hà dirittu ogni parsona à ghjugna, in cundizioni pari cù l'altri à i funzioni publichi di u so paesi.

3. Da a vulintà di u populu nasci l'auturità di i puteri publichi; issa vulintà ci voli ch'ella si sprimi in alizzioni unesti chì si devinu fà à tempi pricisi, chì tutti ci devinu vutà di modu paru, cù u votu sicretu o di qualunqua altru modu simuli chì assicuressi a libertà di u votu.

Articulu 22
Hà dirittu à a sicurità suciali ogni parsona, cum'è membru di a sucità; hè ghjusta ch'ella possi rializà i so diritti ecunomichi, suciali è culturali nicissarii à a so dignità è à u sviloppu libaru di a so parsunalità, cù u sforzu naziunali è a cuuparazioni internaziunali, sicondu l'urganisazioni è i mezi d'ogni paesi.

Articulu 23
1. Hà dirittu ogni parsona à u so travagliu, à sceglia lu di modu libaru, à fà lu in cundizioni ghjusti è curretti, è à essa prutetta contru à a disuccupazioni.

2. Anu dirittu tutti, senza sfarenza varuna, à listessa paca par listessu travagliu.

3. A' chì travaglia li ci voli un pacamentu ghjustu è currettu da ch'ellu possi campà cù a so famiglia cum'ellu si devi pà a dignità cumuna, cù l'aiutu, s'ellu l'accorri, d'ogni mezu di prutizzioni suciali.

4. Hà dirittu ogni parsona à custituì cù l'altri i sindicati, à scriva si ind'i sindicati par difenda i so intaressi.

Articulu 24
Hà dirittu ogni parsona à u riposu è à u tempu libaru, vali à dì ch'ellu ùn devi essa troppu u so tempu di travagliu, è ch'ella devi avè i vacanzi à tempi fissi.

Articulu 25
1. Hà dirittu ogni parsona à un livellu di vita chì bastessi par prucurà ad ellu stessu è à a so famiglia a saluta è u benistà, pà u più pà u mangnà, a vistitura, l'alloghju, i curi midicali è i sirvizii suciali nicissarii; hà dirittu à a sicurità s'ella ùn hà travagliu, s'ella hè malata, inferma, veduva o anziana o in l'altri casi ch'ella pò perda i so mezi di campà par raghjoni ch'ella ùn ci hè par nulla.

2. A'i mammi è à i zitelli li ci voli un aiutu è una assistenza particulari. I zitelli, nati in lu matrimoniu o for di matrimoniu, ricevinu listessa prutizzioni suciali.

Articulu 26
1. Ogni parsona hà dirittu à l'educazioni. Devi essa di gratisi l'educazioni, almenu par ciò chì tocca à un insignamentu elementari è fundamintali. U insignamentu elementari hè ublicatu. U insignamentu tecnicu è prufissiunali ci voli à giniralizà lu; à l'alti studii ci devinu pudè ghjugna tutti à paru, sicondu u meritu.

2. U fini di l'educazioni devi essa ch'ella si spanni a parsunalità umana da veru è ch'ellu piglii forza u rispettu di i diritti di l'omu è di i libertà fundamintali. Devi fà ch'elli si capischinu, ch'elli s'accettinu è ch'elli sianu amichi tutti i nazioni è tutti i gruppi raziali o rilighjosi, ch'elli si sviloppinu l'attività di i Nazioni Uniti par mantena a paci.

3. A'i parenti tocca prima à sceglia a forma d'educazioni da dà à i figlioli.

Articulu 27

1. Ogni parsona hà dirittu à participà di modu libaru à a vita culturali di a cumunità, à goda si l'arti è à participà à u prugressu scentificu è à l'avantaghji ch'ellu porta.

2. Ugnunu hà u dirittu ch'elli sianu prutetti i intaressi murali è matiriali chì nascinu da ogni pruduzzioni scentifica, literaria o artistica ch'ellu ni hè ellu l'autori.

Articulu 28

Ogni parsona hà dirittu ch'ellu regni, in la sucità è trà i Stati, un ordini chì dessi tuttu u so pesu à i diritti è libertà ch'ella sprimi issa dichjarazioni.

Articulu 29

1. Hà i duveri l'individuu ver di a so cumunità chì in ella sola si pò fà u sviloppu libaru è pienu di a so parsunalità.

2. Esercitendu i so diritti è gudendu i so libertà, ùn hè sottumissu ugnunu cà à i limitazioni da a leggi stabiliti, solu da assicurà ch'elli sianu ricunnisciuti è rispittati i diritti è i libertà di l'altri, è di dà sudesfu à i dumandi ghjusti di a murali, di l'ordini publicu è di u binistà di tutti ind'una sucità dimucratica.

3. Issi diritti è issi libertà in nisun casu si pudaranu utilizà contru à i fini è i principii di i Nazioni Uniti.

Articulu 30

Nisuna dispusizioni d'issa dichjarazioni pò essa capita cum'è s'ella dessi ad unu Statu, ad un gruppu o ad u individuu un dirittu qualunqua d'avè una attività o d'agiscia cù u scopu di fà spariscia i diritti è i libertà chì ci si trovanu scritti.

Declaración Universal dos Dereitos das Persoas

Preámbulo

A liberdade, a xustiza e a paz no mundo teñen por base o recoñecemento da dignidade intrínseca e dos dereitos iguais e inalienables de tódolos membros da familia humana;

O descoñecemento e o menosprezo dos dereitos da persoa orixinaron actos de barbarie aldraxantes para a conciencia da humanidade; proclamouse, como a aspiración máis elevada da persoa, o advento dun mundo no que os seres humanos, liberados do temor e da miseria, disfruten da liberdade de palabra e da liberdade de crenzas;

Esencial que os dereitos da persoa sexan protexidos por un ríxime de dereito, co fin de que a persoa non se vexa compelida ó supremo recurso da rebelión contra a tiranía e a opresión;

Tamén esencial promover o desenvolvemento de relacións amigables entre as nacións;

Os pobos das Nacións Unidas reafirmaron, na Carta, a súa fe nos dereitos fundamentais da persoa, na dignidade e o valor do ser humano e na igualdade de dereitos de homes e mulleres; declaráronse resoltos a promover o progreso social e a elevar o nivel de vida dentro dun concepto máis amplo de liberdade;

Os estados membros comprometíronse a asegurar, en cooperación coa Organización das Nacións Unidas, o respecto universal e efectivo ós dereitos e liberdades fundamentais da persoa; e

Unha concepción común destes dereitos e liberdades é da maior importancia para o pleno cumprimento de dito compromiso;

A Asemblea Xeral proclama a presente Declaración Universal dos Dereitos da Persoa como ideal común polo que tódolos pobos e nacións

se deben esforzar, para que tanto os individuos coma as institucións, inspirándose constantemente nela, promovan, mediante o ensino e a educación, o respecto a estes dereitos e liberdades, e aseguren, por medidas progresivas de carácter nacional e internacional, o seu recoñecemento e aplicación universais e efectivos, tanto entre os pobos dos estados membros coma entre os dos territorios colocados baixo a súa xurisdicción.

Artigo 1ª.
Tódolos seres humanos nacen libres e iguais en dignidade e dereitos e, dotados como están de razón e conciencia, díbense comportar fraternalmente uns cos outros.

Artigo 2ª.
Toda persoa ten os dereitos e liberdades proclamados nesta Declaración, sen distinción ningunha de raza, cor, sexo, idioma, relixión, opinión política ou de calquera outra índole, orixe nacional ou social, posición económica, nacemento ou calquera outra condición. Ademais, non se fará ningunha distinción baseado na condición política, xurídica ou internacional do país ou territoiro da xurisdicción do cal dependa unha persoa, tanto se se trata dun país independente coma dun territorio baixo administración fiduciaria, non autónomo ou sometido a calquera outra limitación de soberanía.

Artigo 3ª.
Todo individuo ten dereito á vida, á liberdade e á seguridade da súa persoa.

Artigo 4ª.
Ninguín estará sometido á escravitude nin a servidume; a escravitude e a trata de escravos está prohibida en tódalas súas maneiras.

Artigo 5ª.
Ninguín será sometido a torturas nin a penas ou tratos crueis, inhumanos e aldraxantes.

Artigo 6ª.
Todo ser humano ten dereito, en tódalas partes, ó reconecemento da súa persoalidade.

Artigo 7ª.
Todos son iguais perante a lei e teñen, sen distincin, dereito á igual protección da lei. Todos teñen dereito á igual protección contra todo acto discriminatorio que infrinxa esta Declaración e contra toda provocación a tal acto.

Artigo 8ª.
Toda persoa ten dereito a un recurso efectivo, perante os tribunais nacionais competentes, que a ampare contra os actos que violen os seus dereitos fundamentais recoñecidos pola constitución ou pola lei.

Artigo 9ª.
Ninguín poderá ser arbitrariamente detido, preso nin desterrado.

Artigo 10ª.
Toda persoa ten dereito, en condicións de plena igualdade, a ser oída publicamente e con xustiza por un tribunal independente e imparcial, para determinar os seus dereitos e obrigas ou para o exame de calquera acusación contra ela en materia penal.

Artigo 11ª.
1. Toda persoa acusada de delicto ten o dereito a que se presuma a súa inocencia mentres non se probe a súa culpabilidade, conforme á lei e en xuízo público no que se lle asegurasen tódalas garantías precisas para a súa defensa.

2. Ninguín será condenado por actos ou omisións que no momento de se cometer non fosen delictivos segundo o dereito nacional ou internacional. Tampouco se imporá pena máis grave que a aplicable no momento de cometer o delicto.

Artigo 12ª.
Ninguín será obxecto de inxerencias arbitrarias na súa vida privada, a súa familia, o seu domicilio ou a súa correspondencia, nin de ataques á

súa honra ou á súa reputación. Toda persoa ten dereito á protección da lei contra estas inxerencias ou ataques.

Artigo 13ª.
1. Toda persoa ten dereito a circular libremente e a elixir a súa residencia no territorio dun estado.

2. Toda persoa ten dereito a saír de calquera país, incluso do propio, e a voltar ó seu país.

Artigo 14ª.
1. En caso de persecución, toda persoa ten dereito a buscar asilo, e a disfrutar del, en calquera país.

2. Este dereito non poderá ser invocado contra unha acción xudicial realmente orixinada por delictos comúns ou por actos opostos ós propósitos e principios das Nacións Unidas.

Artigo 15ª.
1. Toda persoa ten dereito a unha nacionalidade.

2. Ninguín será privado arbitrariamente da súa nacionalidade nin do dereito a cambiar de nacionalidade.

Artigo 16ª.
1. Os homes e as mulleres, a partir da idade núbil, teñen dereito, sen ningunha restricción por motivos de raza, nacionalidade ou relixión, a casar e fundar unha familia; disfrutarán de iguais dereitos en canto ó matrimonio, durante o matrimonio e no caso de disolución do matrimonio.

2. Só mediante libre e pleno consentimento dos futuros cónxuxes se poderá contraer o matrimonio.

3. A familia é o elemento natural e fundamental da sociedade e ten dereito á protección da sociedade e do estado.

Artigo 17ª.
1. Toda persoa ten dereito á propiedade, individual e colectivamente.

2. Ninguín será privado arbitrariamente da súa propiedade.

Artigo 18ª.
Toda persoa ten dereito á liberdade de pensamento, de conciencia e de relixión; este dereito inclúe a liberdade de cambiar de relixión ou de crenza, así como a liberdade de manifestar a súa relixión ou a súa crenza, individual e colectivamente, tanto en público coma en privado, polo ensino, a práctica, o culto e a observancia.

Artigo 19ª.
Todo individuo ten dereito á liberdade de opinión e de expresión; este dereito inclúe o de non ser molestado por mor das súas opinións, o de investigar e recibir informacións e opinións e o de difundilas, sen limitación de fronteiras, por calquera medio de expresión.

Artigo 20ª.
1. Toda persoa ten dereito á liberdade de reunión e de asociación pacíficas.

2. Ninguín poderá ser obrigado a pertencer a unha asociación.

Artigo 21ª.
1. Toda persoa ten dereito a participar no goberno do seu país, directamente ou por medio de representantes libremente escollidos.

2. Toda persoa ten dereito de acceso, en condicións de igualdade, ás funcións públicas do seu país.

3. A vontade do pobo é a base da autoridade do poder público; esta vontade expresarase mediante eleccións auténticas que se haberán de celebrar periodicamente, por sufraxio universal e igual e por voto secreto ou outro procedemento equivalente que garanta a liberdade de voto.

Artigo 22ª.
Toda persoa, como membro da sociedade, ten dereito á seguridade social e a obter, mediante o esforzo nacional e a cooperación internacional, habida conta da organización e os recursos de cada estado, a satisfacción dos dereitos económicos, sociais e culturais indispensables á súa dignidade e ó libre desenvolvemento da súa personalidade.

Artigo 23ª.
1. Toda persoa ten dereito ó traballo, á libre elección do seu traballo, a condicións equitativas e satisfactorias de traballo e á protección contra o desemprego.

2. Toda persoa ten dereito, sen ningunha discrminación, a igual salario por igual traballo.

3. Toda persoa que traballa ten dereito a unha remuneración equitativa e satisfactoria, que lle asegure, así como á súa familia, unha existencia conforme á dignidade humana e que será completada, en caso necesario, por calquera outro medio de protección social.

4. Toda persoa ten dereito a fundar sindicatos e a sindicarse para a defensa dos seus intereses.

Artigo 24ª.
Toda persoa ten dereito ó descanso, ó gozo do tempo libre, a unha limitación razoable da duración do traballo e a vacacións periódicas pagadas.

Artigo 25ª.
1. Toda persoa ten dereito a un nivel de vida axeitado que lle asegure, así como á súa familia, a saúde e o benestar, e en especial a alimentación, o vestido, a vivenda, a asistencia médica e os servicios sociais precisos; ten tamén dereito ós seguros en caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viúvez e vellez ou outros casos de perda dos seus medios de subsistencia por circunstancias independentes da súa vontade.

2. A maternidade e a infancia teñen dereito a coidados e asistencia especiais. Tódolos nenos e nenas, nacidos de matrimonio ou fóra do matrimonio, teñen dereito á mesma protección social.

Artigo 26ª.

1. Toda persoa ten dereito á educación. A educación debe ser de balde, polo menos no que atinxe á instrucción elemental e fundamental. A instrucción elemental será obrigatoria. A instrucción técnica e profesional haberá de ser xeneralizada; o acceso ós estudios superiores será igual para todos, en función dos méritos respectivos.

2. A educación terá como obxectivo o pleno desenvolvemento da personalidade humana e o fortalecemento do respecto ós dereitos da persoa e ás liberdades fundamentais; favorecerá a comprensión, a tolerancia e a amizade entre as nacións e tódolos grupos étnicos ou relixiosos; promoverá o desenvolvemento das actividades das Nacións Unidas para o mantemento da paz.

3. Os pais teñen dereito preferente a escoller o tipo de educación que se haberá de dar ós seus fillos.

Artigo 27ª.

1. Toda persoa ten dereito a tomar parte libremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar no progreso científico e nos beneficios que del resulten.

2. Toda persoa ten dereito á protección dos intereses morais e materiais que lle correspondan por razóns das producción científicas, literarias ou artísticas das que sexa autor.

Artigo 28ª.

Toda persoa ten dereito a que se estableza unha orde social e internacional na que os dereitos e liberdades proclamados nesta Declaración se fagan plenamente efectivos.

Artigo 29ª.
1. Toda persoa ten deberes respecto á comunidade, xa que só nela pode desenvolver libre e plenamente a súa personalidade.

2. No exercicio dos seus dereitos e no disfrute das súas liberdades, toda persoa estará soamente suxeita ás limitacións establecidas pola lei co único fin de asegurar o recoñecemento e o respecto dos dereitos e liberdades dos demais, e de satisfacer as xustas esixencias da moral, da orde pública e do benestar xeral nunha sociedade democrática.

3. Estes dereitos e liberdades non poderán ser, en ningún caso, exercidos en oposición ós propósitos e principios das Nacións Unidas.

Artigo 30ª.
Nada na presente Declaración poderá ser interpretado no sentido de que confire algún dereito ó estado, a un grupo ou a unha persoa, para emprender e desenvolver actividades ou realizar actos tendentes á supresión de calquera dos dereitos e liberdades proclamadas nesta Declaración.

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

A

A expressão "massa" 81
A Lingua Galega 39
A Língua Portuguesa 32
A palavra "rosa" 86
A. Brun 13
Abrindo a porta 95
Adivinha de Verona 52
Adivinhações: em italiano e romeno 88
Afonso I de Aragão 73
África 35
Agostinho da Cruz 79
Agradecendo e respondendo 83
Albert Camus 26
Alboaçar Ramires da Maia 70
Alexandru Busuioceanu 97
Almanaque 9
Almeida Garret 86
Amado Alonso 12
Americanos versus estadunidenses 107
Amor cortês: influência occitana 102
Andrés Solar 71
Anselme Mathieu 30
Anterioridade portuguesa 73
Antilhas Holandesas 35
Áreas laterais da latinidade 91
Aromân 67
Aromeno 98
Ars Latina (soneto) 9
Artur Caflisch 61
As línguas românicas 11
As Maias e os Maias 69
Asturiano 71, 100

B

Bárbaros 11, 96, 98
Bernat de Ventadorn 27
Biblioteca do Mosteiro de Disentis 19
Biblioteca do Vaticano 69
Biblioteca Hofb de Viena 63
Biblioteca Riccardina 5
Blaise Pascal 25
Boa viagem! 98
Bocca-gula 91
Brasil 34, 39, 43, 44, 68, 69, 75, 80, 81, 83, 85, 88, 100, 107
Brasileirismos do Nordeste 69, 70, 80
Britânia 11

C

Cabeça-testa 95
Calamandrei 51
Calendário 5, 29
Calendário - alguns dados histróricos 7
Cantigas d´amigo 100
Canto da Gente Latina 29
Cap de Bou 78
Carlo Tagliavini 5, 6, 11, 55
Carlos Fuentes 44
Carlos Gardel 83
Carlos Magno 101
Carmina Burana 85
Catalão: língua-ponte 73
Catalão: linguagem infantil 78
Catalunha 29, 47, 76, 100, 102
Catherine Deneuve 98
Cecília Meireles 31
Charles Baudelaire 25
Charles Camproux 12
Chegar ou partir? 95
Cidades romanas 99
Classificação das línguas românicas 11, 12
Cocoliche 86

Códice-livro 101
Coincidências romeno-catalãs 78
Coincidências romeno-portuguesas 77, 78
Colocar no leito 92
Colonização da Dácia 97
Concílio de Constança 7
Concílio de Nicéia 7
Concílio de Tours 94
Concílio de Trento 7
Concisão do catalão 70
Constantino O Africano 99
Cristianismo 87, 95
Curiosidades e pormenores 69

D

D. Pedro II 107
Dácia 11, 67, 69, 77, 91, 96, 97, 98
Dacia Felix 79
Dalmácia 61
Dante Alighieri 51
De um a dez 104
Decebal 92
Declaração de amor 80
Declaração Universal dos Direitos Humanos em catalão 169
Declaração Universal dos Direitos Humanos em corso 209
Declaração Universal dos Direitos Humanos em espanhol 177
Declaração Universal dos Direitos Humanos em francês 145
Declaração Universal dos Direitos Humanos em friulano 201
Declaração Universal dos Direitos Humanos em galego 217
Declaração Universal dos Direitos Humanos em italiano 153
Declaração Universal dos Direitos Humanos em latim 121
Declaração Universal dos Direitos Humanos em provençal 161
Declaração Universal dos Direitos Humanos em romanche 193
Declaração Universal dos Direitos Humanos em romeno 137
Declaração Universal dos Direitos Humanos em sardo 185
Del Vecchio 51
Despedindo-se 82
Deuses Lares 106
Dialeto gascão 47, 84, 102

Dialetos catalães 46
Dialetos espanhóis 25, 44
Dialetos franceses 25
Dialetos italianos 25, 51
Dialetos portugueses 34
Dialetos provençais 30
Dialetos romenos 67, 98
Dialetos sardos 57
Dialeto veneziano 71
Dias da semana 105
Diogo Bernardes 86
Dom Afonso Henriques 33
Dom Afonso X, o Sábio 33

E

Eduardo Pondal 39
Emil Cioran 67
Envolvimento com as andorinhas: étimos interessant 98
Ernesto Cardenal 44
Espanha 5, 25, 33, 91, 99, 102, 107
Espanha: democracia lingüística 100
Estações do ano 105
Estados Unidos 44, 47, 51, 107
Estatísticas 89, 90, 91
Estoque de ouro 80, 91
Eugen Ionescu 67
Eutropius 97
Evolução do verbo ser 69

F

Federico García Lorca 43, 96
Félibrige 29, 30, 102
Fernando Pessoa 86
Formas de cumprimento 82
França 12, 25, 29, 34, 47, 51, 99, 101
Francesco Petrarca 51
Francisco da Silveira Bueno 5, 88
Francisco de Quevedo 41, 43

Francônico 101
Frédéric Mistral 29, 30, 102
Frei João de Sousa 5
Friedrich Diez 11

G

Gabiel García Márquez 43
Gália 11, 25, 69, 73, 91, 101, 102
Galiza 29, 70, 100
Garcia de Resende 86
Gascão 9, 12, 25, 30, 47, 84, 100, 102
Gaston Paris 11
Giachen Gaspar Muoth 93
Gil Vicente 86
Giovanni Boccacio 51
Giuseppe Ungaretti 49
Goliardos 85
Grécia 11, 44, 67
Grisões 51, 63, 84
Guillermo Rosario 84

H

Heinrich Schmid 63
Heterossemânticos 88, 89, 95
Homófonos franceses 98
Honoré de Balzac 25

I

Igreja Católica 67, 94
Imperador Augusto 101
Imperador Aureliano 77
Imperador Trajano 97
Indovinello Veronese 51, 87
Influência ameríndia e africana 34
Influência do espanhol platino no Brasil 83
Influência eslava no romeno 67
Influência germânica 43, 96

Iorgu Iordan 11
Isidoro de Sevilha 96
Itália 12, 29, 33, 51, 55, 64, 69, 78, 87, 88, 91, 99, 101, 102

J

Jacint Verdaguer 47
Jean Racine 25
Jean-Jacques Rousseau 25
Jean-Paul Sartre 25
Joan Coromines 47, 70
Joan Maragall 47
Jogos floraes 29
Jorge Luis Borges 43
José Gobello 86
José Hernández 74
José Martí 44
José Saramago 35
Joseph Roumanille 30
Juan de la Cosa 75
Juan de Ribas 102
Juan Ponce de León 107
Judéia 11
Judeu-espanhol 44, 63, 74, 85
Judeu-português 34
Jules de Palma 85
Juramento de Cápua 15
Juramento de Estrasburgo 13, 25, 87, 101
Juramentos de Lautrec 14

K

K. Togeby 11

L

La Fontaine 25
La Langue Française 23
La Lenga Provençala (Lengadocian) 27
La Lengua Española 41

La Lingua Italiana 49
La Lingua Rumantscha 61
La Llengua Catalana 45
Ladino dolomítico 63, 101
Langue d'oil 25
Lar, doce lar 106
Latim eclesiástico 94, 106
Latim: particularidades romenas 92
Legado árabe 5, 6, 33, 34, 43, 71, 80, 90
Ler em judeu-espanhol 74
"LH/NH" portugueses 76
Liga Romanche 63, 84
Limba Românã 65
Língua argentina 44
Língua Dálmata 11, 22, 57, 59, 95
Língua dialetal napolitana 72
Linguagem do insulto (italiano) 78
Lírica trovadoresca 29, 102
Louis Alibert 30
Luar 75
Lucano 96
Lucian Blaga 65, 67
Luís Vaz de Camões 33, 35, 86
Luisa Famos 93
Lunfardo 86
Lutécia 103

M

Manuel Antonio 37
Manuel Antonio Fraai 84
Manuel Curros Enríquez 39
Manuel Maria Barbosa du Bocage 86
Marcial 96
Marin Sorescu 67
Martín Fierro 74
Matteo Bartoli 59, 92
Mau, ruim, cattivo 87
Mauritzstad 81
Mayer-Lubke 11

Meses do ano 106
México 44, 102
Miguel Ángel Asturias 44
Miguel de Cervantes 43
Miguel de Unamuno 43
Mihai Eminescu 67
Mircea Eliade 67
Moldávia 67
Molière (Jean Baptiste Poquelin) 25

N

Neolatinos versus neobárbaros 99
Nicolás Guillén 44

O

O artigo nas línguas românicas: posição do sardo 103
O feminino em provençal 102
O "j" em espanhol 83
O latim "fodere" e suas conseqüências 104
O nome da velha Roma 78
O selo postal 107
Octavio Paz 44
Oposição do espanhol-português ao francês-italiano 72
Os Lusíadas 35, 86

P

Pablo Neruda 43
Pagão-paisano 94
Papiamento 12, 81, 84
Parábola 94
Parábola do filho pródigo em catalão 117
Parábola do filho pródigo em espanhol 118
Parábola do filho pródigo em francês 114
Parábola do filho pródigo em italiano 115
Parábola do filho pródigo em latim 111
Parábola do filho pródigo em português 112
Parábola do filho pródigo em provençal (occitano) 116

Parábola do filho pródigo em romeno 113
Particularidades do português 76, 103
Paul Valéry 23
Perda do "f" inicial em espanhol 75, 84
Pier Paolo Pasolini 96
Pierre Lauffer 85
"PL/FL" em espanhol 75
Plural neutro latino 68, 92
Pompeu Fabra 47
Portugal 33, 34, 69, 99, 100
Primeira tipografia das Américas 102
Prólogo 5
Provérbios 74

R

Raffaele Casula 53
Rambaldo de Vaqueiras 9
Ramiro II 69
Ramón Cabanillas 39
Ramón Llull 47
Ramón Menéndez Pidal 11
"Rapaz-pá!" 83
Reis católicos 73
René de Rooy 85
Romanço moçarábico 71
România 13
Romênia 29, 67, 78, 79, 87, 88, 97, 99
Rosalía de Castro 39

S

Sá de Miranda 86
Sa Limba Sarda 53
Salvador Espriu 45, 47
San Juan Clímaco 102
Sardenha 11, 47, 51, 55, 107
Sardo ilustre 55
Saudade-dor 96
Schoonenborch 81

Sextil Pu°cariu 90
Simón Miguel Suriel 84
Suetônio 7
Suíça 19, 25, 51, 63, 78, 99

T

Texto mais antigo em língua catalã 20
Texto mais antigo em língua dálmata 22
Texto mais antigo em língua espanhola 16
Texto mais antigo em língua francesa 13
Texto mais antigo em língua galega 18
Texto mais antigo em língua italiana 15
Texto mais antigo em língua portuguesa 18
Texto mais antigo em língua provençal 14
Texto mais antigo em língua reto-românica 19
Texto mais antigo em língua sarda 17
Texto mais antigo em romanche 63
Texto mais antigo em romeno 21
Théodore Aubanel 30
Timor-Leste 34
Trabalho versus lucro 98
Tudor Arghezi 67
Tuone Udaina Burbur 59
Turibio de Motolinia 102

U

Universidades 99

V

Vasile Alecsandri 29
Versos em asturiano 71
Versos em catalão 9, 45
Versos em espanhol 9, 41

Versos em francês 9, 23
Versos em friulano 96
Versos em galego 37
Versos em italiano 9, 49

Versos em napolitano 67
Versos em português 9, 31, 93, 96
Versos em provençal 27
Versos em romanche 61, 63, 93
Versos em romeno 9, 65
Versos em sardo 53
Vicente Pinzón 75
Victor Hugo 25, 98
Voltaire 25

W

Walter von Wartburg 15

Z

Zamolxis 96

BIBLIOGRAFIA

ALAIMO, Emma. *Proverbi Siciliani*. Firenzi: Giunti, 1991.

BELTRAM, Z. F. & MATALON, Z. N. *Proverbi Friulani*. Firenze: Giunti-Martello, 1978.

BLAGA, Lucian. *Opera Poetică*. Bucureşti: Humanitas, 1995.

BUSUIOCEANU, Alexandru. *Zamolxis - sau mitul dacic în istoria şi legendele spaniole*. Bucureşti: Editura Meridiane, 1985.

CAMPROUX, Charles. *Les Langues Romances*. Paris: Presses Universitarires de France, 1974.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CASULA, Raffaele. *Sonnos de Paghe*. Tonara: Arti Grafiche ARPEF, 1985.

COROMINES, Joan. *El que s'ha de Saber de la Llengua Catalana*. Palma de Mallorca: Editorial Moll, 1976.

DALMAS-ALFONSI, Paul. *Pruverbii è Detti Corsi*. Paris: Rivages, 1984.

DENSUŞIANU, Ovid. *Istoria Limbii Române*. Bucureşti: Editura Ştiinţifică, 1961.

Diccionari de la Llengua Catalana. Barcelona: Enciclopédia Catalana, 1994.

Diccionario de la Lengua Española. Madrid: Real Academia Española, 1972.

Diccionario Xerais da Lingua. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1994.

Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico. Lisboa: João Ramos Torres & cia., 1909.

Dicţionarul Explicativ al Limbii Române. Bucureşti: Univers Enciclopedic, 1998.

Diccionnaire Usuel du Français. Paris: Hachette, 1994.

Enciclopedia Limbilor Romanice. Coordenador: Marius Sala. Bucureşti: Editura St. e Enciclopedia, 1989.

ENTWISTLE, William J. *Las Lenguas de España*. Traducción: Francisco Villar. Madrid: Ediciones Istmo, 1969.

ESPRIU, Salvador. *Antologia Poètica*. Barcelona: Edicions 62, 1991.

FIERRO, Aurélio. *Grammatica della Lingua Napolitana*. Milano: Rusconi Libri, 1989.

GABELLO, José. *Nuevo Diccionario Lunfardo*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1994.

GAITE, Carmen Martín & TARAZONA, Andrés Ruiz. *Ocho siglos de poesía gallega*. Madrid: Alianza, 1972.

GHIŢESCU, Micaela. *Gramatica Limbii Portugheze*. Bucureşti: Editura Niculescu, 1999.

IORDAN, Iorg & MANOLIU, Maria. *Manual de Lingüística Románica*. Revisión, reelaboratión parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Editorial Gredos, 1972.

LAPA, M. Rodrigues. *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

LAPESA, Rafael. *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Escelier, 1968.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística Románica*. Traducción española de J. Pérez Riesco y E. Pascual Rodríguez. Madrid: Editorial Gredos, 1970.

LOI, Salvatori. *Proverbi Sardi*. Firenze: Giunti-Martello, 1984.

MARGARIT, Antonio M. Badia. *Gramática Catalana*. Madrid: Gredos, 1975.

MASSIMO, Pittau. *Grammatica della Lingua Sarda*. Sassari: Carlo Delfine, 1991.

MEIRELES, Cecília. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1972.

MENARINI, Alberto. *Proverbi Bolognesi*. Firenze: Giunti-Martello, 1982.

MIGLIORINI, Bruno. *Historia de la Lengua Italiana*. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

MOLL, Francisc de B. *Gramàtica Catalana*. Palma de Mallorca: Ed. Moll, 1975.

MÜNTZENBERG, Gabriel. *Anthologie Rhéto-romane*. Lausanne: L´Age d´Homme, 1982.

NOUVEL, Alain. *L´Occitan Sans Peine*. Montpellier: Assimil, 1975.

PARLAGRECO, Carlo. *Dizionario Portoghese-Italiano-Portoghese*. Milano: Antonio Vallardi, 1974.

PASOLINI, Pier P. *Poesie a Casarsa*. Bologna: Libreria Antiquaria, 1942.

PRAT TURU, Clara. *Diccionari Português-Català-Català-Português*. Barcelona: Editorial Pòrtic, 1982.

PUŞCARIU, Sextil. *Limba Română*. Bucareşti: Editura Minerva, 1976.

RAMOS, Feliciano. *Historia da Literatura Portuguesa*. Braga: Livraria Cruz. 1950.

QUEVEDO, Francisco de. *Antología Poética*. Madrid: Alianza, 1982.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SERAINE, Florival. *Antologia do Folclore Cearense*. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*. Santos: Ed. Brasília, 1974.

SPAGNOLETTI, Giacinto. *Saba, Ungaretti, Montale*. Torino: Rai, 1966.

TAGLIAVINI, Carlo. *Le Origini delle Lingue Neolatine*. Bologna: Casa Editrice Prof. Riccardo Pàtron, 1969.

VALÉRY, Paul. *Poésies*. Saint-Amand-Montrond: Le Grand Livre du Mois, 1996.

VAANANEN, Veikko. *Introducción al Latin Vulgar*. Madrid: Editorial Gredos, 1967.

VIDOS, B. E. *Manual de Lingüística Románica*. Traducción de la edición italiana por Francisco de B. Moll. Madrid: Aguilar, 1968.

WARTBURG, Walter von. *La Fragmentación Lingüistica de la Romania*. Versão espanhola de Manuel Muñoz Cortés. Madrid: Gredos, 1971.

COLEÇÃO ALAGADIÇO NOVO

1. IRACEMA – José de Alencar – Edição fac-similada; UFC – 1983.
2. FORTALEZA E A CRÔNICA HISTÓRICA – Raimundo Girão – UFC – 1983.
3. TEMPOS HERÓICOS – Esperidião de Queiroz Lima – Reedição da 2ª parte do livro ANTIGA FAMÍLIA DO SERTÃO – UFC – 1984.
4. AS VISÕES DO CORPO – Francisco Carvalho – UFC – 1984.
5. CONTOS ESCOLHIDOS – Moreira Campos – 4ª Edição – UFC, 1984.
6. DEZ ENSAIOS DE LITERATURA CEARENSE – Sânzio de Azevedo – UFC – 1985.
7. O NORTE CANTA – Martins d'Alvarez – 2ª Edição – UFC – 1985.
8. TIBÚRCIO – O GRANDE SOLDADO E PENSADOR – Eusébio de Sousa – Edição Especial – UFC – 1985.
9. O CRATO DE MEU TEMPO – Paulo Elpídio de Menezes – 2ª Edição – UFC – 1985.
10. BUMBA-MEU-BOI E OUTROS TEMAS – Lauro Ruiz de Andrade – UFC – 1985.
11. CANTO DE AMOR AO CEARÁ – Artur Eduardo Benevides – UFC – 1985.
12. MUNDO PERDIDO – Fran Martins – 2ª Edição – UFC – 1985.
13. ILDEFONSO ALBANO E OUTROS ENSAIOS – F. Alves de Andrade – UFC – 1985.
14. POEMAS ESCOLHIDOS – Cruz Filho – UFC – 1986.
15. REFLEXÕES SOBRE AUGUSTO DOS ANJOS – Antônio Martins Filho – UFC – 1987.
16. GUSTAVO BARROSO – SOL, MAR E SERTÃO – Eduardo Campos – UFC – 1988.
17. EXERCÍCIOS DE LITERATURA – Francisco Carvalho – UFC – 1989.
18. POESIAS – 2ª Edição – Filgueiras Lima – UFC – 1989.
19. A RECEPÇÃO DOS ROMANCES INDIANISTAS DE JOSÉ DE ALENCAR – Ingrid Schwamborn – UFC – 1990.
20. LITERATURA SEM FRONTEIRAS – Coordenadores: Helmut Feldmann e Teoberto Landim – UFC – 1990.
21. UFC & BNB – Educação para o Desenvolvimento – Antônio Martins Filho – UFC – 1990.
22. IMPÉRIO DO BACAMARTE – Joaryvar Macedo – 2ª Edição – UFC – 1990/1992.
23. O MUNDO DE FLORA – Angela Gutiérrez – UFC – 1990.
24. CRÔNICAS DA PROVÍNCIA DO CEARÁ – Manuel Albano Amora – UFC – 1990.
25. APOLOGIA DE AUGUSTO DOS ANJOS E OUTROS ESTUDOS – F.S. Nascimento – UFC – 1990.
26. ESPELHO DE CRISTAL – Wilson Fernandes – UFC – 1990.
27. MEDICINA MEU AMOR – CONTOS E CRÔNICAS – José Murilo Martins – UFC – 1991.
28. O TERRITÓRIO DA PALAVRA – MEMÓRIA & LITERATURA – Carlos d'Alge – UFC – 1991.
29. METAFÍSICA DAS PARTES – Carlos Gildemar Pontes – UFC – 1991.
30. REINCIDÊNCIA – Cláudio Martins –UFC – 1991.
31. CONCEITOS & CONFRONTOS – Heládio Feitosa e Castro – UFC – 1991.
32. DESCRIÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA – Antônio Bezerra de Menezes – Introdução e Notas de Raimundo Girão – UFC – 1992.
33. NOTURNOS DE MUCURIPE E POEMAS DE ÊXTASE E ABISMO – Artur Eduardo Benevides – UFC – 1992.
34. NOVOS ENSAIOS DE LITERATURA CEARENSE – Sânzio de Azevedo – UFC – 1992.
35. SECA, A ESTAÇÃO DO INFERNO – Teoberto Landim – UFC – 1992.
36. FORTALEZA DESCALÇA – Otacílio de Azevedo – UFC – 1992.

37. CRÔNICA DAS RAÍZES – Francisco Carvalho – UFC – 1992.
38. A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO CEARÁ – O POVOAMENTO – Vinícius Barros Leal – UFC – 1993.
39. FORMAS E SISTEMAS DE GOVERNO – ITINERÁRIOS E QUESTIONAMENTO – André Haguette (Organizador) – UFC – 1993.
40. HISTÓRIA ABREVIADA DE FORTALEZA E CRÔNICAS SOBRE A CIDADE AMADA – Mozart Soriano Aderaldo – UFC – 1993.
41. ANDANÇAS E MARINHAGENS – Linhares Filho – UFC – 1993.
42. TEMPOS E HOMENS QUE PASSARAM À HISTÓRIA – Tácito Theophilo – UFC – 1993.
43. POESIAS INCOMPLETAS – Antônio Girão Barroso – UFC – 1994.
44. FICÇÃO REUNIDA – Durval Aires, Dimas Macedo (Organizador). – UFC – 1994.
45. O CÉU É MUITO ALTO – Lembranças – Blanchard Girão – UFC – 1994.
46. SONATA DOS PUNHAIS – Francisco Carvalho – UFC – 1994.
47. MAR OCEANO – Fran Martins – 2ª edição – UFC – 1994.
48. SEARA – Luciano Maia – UFC – 1994.
49. MEUS EUS – Pedro Henrique Saraiva Leão – UFC – 1994.
50. A PADARIA ESPIRITUAL – Leonardo Mota – 2ª edição – Introdução e Notas de Sânzio de Azevedo – UFC – 1994
51. CANTIGAS DO CORAÇÃO – Heládio Feitosa e Castro – UFC – 1995.
52. PROSA DISPERSA – Newton Gonçalves – UFC – 1995.
53. O OUTRO NORDESTE – Djacir Menezes – UFC – 1995.
54. LEITURA E CONJUNTURA – Dimas Macedo – UFC – 1995.
55. LOUVAÇÃO DE FORTALEZA – Lustosa da Costa – UFC – 1995.
56. TEXTOS E CONTEXTOS – Francisco Carvalho – UFC – 1995.
57. NOVOS RETRATOS E LEMBRANÇAS – Antônio Sales – UFC – 1995.
58. MARÉ ALTA – Yolanda Gadelha Theophilo – Imprensa Universitária – 1995.
59. TEORIA DA VERSIFICAÇÃO MODERNA – F.S. Nascimento – UFC – 1995.
60. ELOGIO AOS DOUTORES E OUTRAS MENSAGENS – Antônio Martins Filho – UFC – 1995.
61. COISAS IMPERFEITAS. (Escritos de Filosofia da Ciência) – José Anchieta Esmeraldo e Rui Verlaine Oliveira Moreira – UFC – 1996.
62. SITUAÇÕES E INTERPRETAÇÕES LITERÁRIAS – Pedro Paulo Montenegro – UFC – 1996.
63. MEMÓRIAS DE UM CAÇADOR DE ESTRELAS – Rubens de Azevedo – UFC – 1996.
64. OS CAMINHOS DA UNIDADE GERMÂNICA – Paulo Elpídio de Menezes Neto – UFC – 1996.
65. NO MUNDO DOS TREBELHOS – Ronald Câmara – UFC – 1996.
66. NADA DE NOVO SOB O SOL – Lúcia Fernandes Martins – UFC – 1996.
67. DIMENSÕES ESPIRITUAIS DA ESPANHA & OUTROS TEMAS – José Newton Alves de Sousa – UFC – 1996.
68. POESIA COMPLETA – Aluízio Medeiros – UFC – 1996.
69. ÁGUAS PASSADAS – Olga Stela Wouters – UFC – 1996.
70. CONCEITOS DE FILOSOFIA – Willis Santiago Guerra Filho – UFC – 1996.
71. RESGATE DE IDÉIAS – Estudos e Expressões Estéticas – Vianney Mesquita – UFC – 1996.
72. A RUA E O MUNDO – Fran Martins – UFC – 1996.
73. MEU MUNDO É UMA FARMÁCIA – José de Figueiredo Filho – UFC – 1996.
74. A PADARIA ESPIRITUAL E O SIMBOLISMO NO CEARÁ – Sânzio de Azevedo – UFC – 1996.
75. HISTÓRIA ABREVIADA DA UFC – Antônio Martins Filho – UFC – 1996.
76. O ESPANTALHO – Pedro Rodrigues Salgueiro – UFC – 1996
77. A GRAMÁTICA DOPALADAR – *Antepasto de velhas receitas* – Eduardo Campos – UFC.

78. RAÍZES DA VOZ – Francisco Carvalho – UFC – 1996.
79. MISCELÂNEA – de garoto sertanejo a médico cardiologista – Heládio Feitosa e Castro – UFC – 1996.
80. REPASSE CRÍTICO DA GRAMÁTICA PORTUGUESA – Martinz de Aguiar – UFC – 1996.
81. FÚRIAS DO ORÁCULO: uma antologia crítica da obra de José Alcides Pinto – UFC – 1996.
82. TRÊS DIMENSÕES DA POÉTICA DE FRANCISCO CARVALHO – Ana Vládia Aires Mourão – UFC – 1996.
83. NO MUNDO DA LUA – Martins D'Alvarez – UFC – 1996.
84. NOVELO DE ESTÓRIAS – Hilda Gouveia de Oliveira – UFC – 1996.
85. AS QUATRO SERGIPANAS – Padre F. Montenegro – UFC – 1996.
86. POEMAS DA MEIA-LUZ – Hamilton Monteiro – UFC – 1996.
87. REBUSCAS E REENCONTROS – Linhares Filho – UFC – 1996.
88. ALENCAR, O PADRE REBELDE – J.C. Alencar Araripe – UFC – 1996.
89. RITMOS E LEGENDAS – Martins D'Alvarez – UFC – 1996.
90. O RETRATO DE JANO – Paulo Elpídio de Menezes Neto – UFC – 1996.
91. ROSTRO HERMOSO – Luciano Maia – UFC – 1996.
92. REFLEXÕES MONÍSTICAS SOBRE GEOGRAFIA E OUTROS TEMAS – Caio Lóssio Botelho – UFC – 1996.
93. ATRAVÉS DA LITERATURA CEARENSE – Crítica – Florival Seraine – UFC – 1996.
94. VIRGÍLIO TÁVORA: SUA ÉPOCA – Marcelo Linhares – UFC – 1996.
95. O INQUILINO DO PASSADO – Eduardo Campos – UFC – 1996.
96. POESIA REUNIDA – Otacílio Colares – UFC – 1996.
97. PALIMPSESTO & OUTROS SONETOS – Virgílio Maia – UFC – 1996.
98. MISSISSIPI – Gustavo Barroso – UFC – 1996.
99. PORTUGAL E OUTRAS PÁTRIAS – Osmundo Pontes – UFC – 1996.
100. AS TRÊS MARIAS – Rachel de Queiroz – UFC – 1996.
101. DONA GUIDINHA DO POÇO – Oliveira Paiva – UFC – 1997.
102. ESCADARIAS NA AURORA – Artur Eduardo Benevides – UFC – 1997.
103. QUIXADÁ & SERRA DO ESTÊVÃO – José Bonifácio de Sousa – UFC – 1997.
104. CANÇÃO DA MENINA – Angela Gutiérrez – UFC – 1997.
105. O SAL DA ESCRITA – Carlos d'Alge – UFC – 1997.
106. MATHIAS BECK E A Cia DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS: o domínio holandês no Ceará colonial – Rita Krommen – UFC – 1997.
107. MENINO SÓ – Jáder de Carvalho – UFC – 1997.
108. UMA LEITURA ÍNTIMA DE DÔRA, DORALINA – A lição dos manuscritos – Italo Gurgel – UFC – 1997.
109. FICÇÕES – Martins d'Alvarez – UFC – 1997.
110. PRÍNCIPE, LOBO E HOMEM COMUM – (Análise das idéias de Maquiavel, Hobbes e Locke) – Rui Martinho Rodrigues – UFC – 1997.
111. GEOGRAFIA ESTÉTICA DE FORTALEZA – Raimundo Girão – UFC – 1997
112. CARTAS E POEMAS AO ANJO DA GUARDA – Rita de Cássia – UFC – 1997.
113. RIO SUBTERRÂNEO – José Costa Matos – UFC – 1997.
114. ADOLFO CAMINHA: Vida e Obra – Sânzio de Azevedo – UFC – 1997.
115. POEMAS DO CÁRCERE E ÂNSIA REVEL – Carlos Gondim – organização e introdução de Sânzio de Azevedo – UFC – 1997.
116. RIMAS – José Albano – UFC – 1997.
117. VOZ CEARÁ – Stella Leonardos – UFC – 1997.
118. GIRASSÓIS DE BARRO – Francisco Carvalho – UFC – 1997.
119. AS CUNHÃS – Mílton Dias – UFC – 1997.

120. FORTALEZA: VELHOS CARNAVAIS – Caterina Maria de Saboya Oliveira – UFC – 1997.
121. NÓS SOMOS JOVENS – Fran Martins – UFC – 1997.
122. TRIGO SEM JOIO (seleção de poemas) – Otacílio de Azevedo – UFC – 1997.
123. UMA CEARENSE NA TERRA DOS *BITTE SCHÖN* – Regine Limaverde – UFC – 1997.
124. O PACTO (Romance) – Stela Nascimento – UFC – 1997.
125. A POLÍTICA DO CORPO NA OBRA LITERÁRIA DE RODOLFO TEÓFILO – João Alfredo de Sousa Montenegro – UFC – 1997.
126. IMAGENS DO CEARÁ – Herman Lima – UFC – 1997.
127. EDITOR DE INSÔNIA E OUTROS CONTOS – José Alcides Pinto – UFC – 1997.
128. A CAPITAL DO CEARÁ – Geraldo da Silva Nobre – UFC – 1997.
129. MEMÓRIA HISTÓRICA DA COMARCA DO CRATO – Raimundo de Oliveira Borges – UFC – 1997.
130. CORPO MÍSTICO & OUTROS TEXTOS PARA TEATRO – Oswald Barroso – UFC – 1997.
131. AS VERDES LÉGUAS – Francisco Carvalho – UFC – 1997
132. AUTORES CEARENSES – Joaquim Alves – UFC – 1997.
133. IMAGINANDO ERROS – José Anchieta Esmeraldo Barreto, Rui Verlaine Oliveira Moreira (organizadores) – UFC – 1997.
134. O POÉTICO COMO HUMANIZAÇÃO EM MIGUEL TORGA – Linhares Filho – UFC – 1997.
135. DOIS DE OUROS – Fran Martins – UFC – 1997.
136. AUTA DE SOUZA – Jandira Carvalho – UFC – 1997.
137. NO *APRÈS-MIDI* DE NOSSAS VIDAS – Lustosa da Costa – UFC – 1997.
138. MAR VIOLETA, VIOLETA MAR – Fabiana Guimarães Rocha – UFC – 1997.
139. NÃO HÁ ESTRELAS NO CÉU – João Clímaco Bezerra – UFC – 1997.
140. SONETOS CEARENSES (poetas cearenses) – Hugo Victor – UFC – 1997.
141. IRACEMA – José de Alencar – UFC – 1997.
142. PIREU IDA E VOLTA & OUTRAS CRÔNICAS – Fran Martins – UFC – 1997.
143. UMA CHAMA AO VENTO – Braga Montenegro – UFC – 1997
144. O DISCURSO CONSTITUINTE/Uma Abordagem Crítica – Dimas Macedo – UFC – 1997.
145. A ESCRITA ACADÊMICA (Acertos e Desacertos) – José Anchieta Esmeraldo Barreto e Vianney Mesquita – UFC – 1997.
146. A ESTRELA AZUL E O ALMOFARIZ: Exercícios de poesia e metapoesia – Horácio Dídimo – UFC – 1998.
147. RUA DA SAUDADE (POESIA) – Eduardo Fontes – UFC – 1998.
148. REMINISCÊNCIAS – Monsenhor José Quinderé – UFC – 1998.
149. A INSTITUIÇÃO NOTARIAL NO DIREITO COMPARADO E NO DIREITO BRASILEIRO – Regnoberto Marques de Melo Júnior – UFC – 1998.
150. CRÔNICAS DA MOCIDADE NO CEARÁ – Pires Saboia – UFC – 1998.
151. MÃO DE MARTELO E OUTROS CONTOS – Astolfo Lima Sandy – UFC – 1998.
152. A NOITE EM BABYLÔNIA E OUTROS RELATOS AO ETERNO – Poesia – Artur Eduardo Benevides – UFC – 1998.
153. ESTRELA DO PASTOR – Romance – Fran Martins – UFC – 1998.
154. A BORBOLETA ACORRENTADA-Contos-Eduardo Campos-UFC-1998.
155. HISTORIA ABREVIADA DE LA UFC-Antonio Martins Filho-UFC-1998.
156. GRACILIANO RAMOS-*Reflexos de Sua Personalidade na Obra*-Helmut Feldmann-UFC-1998.
157. OS CAMINHOS DA MUNICIPALIZAÇÃO NO CEARÁ-*Uma Avaliação*- André Haguette e Eloísa Vidal *(Organizadores)*-UFC-1998.
158. O CRUZEIRO TEM CINCO ESTRELAS-Romance-Fran Martins-UFC-1998.
159. MÉDICOS ESCRITORES E ESCRITORES MÉDICOS DA UFC – Geraldo Bezerra da Silva – UFC – 1998.

160. A VOLTA DO INQUILINO DO PASSADO – Segunda Locação – Memórias – Eduardo Campos – UFC – 1998.
161. O LIMO E A VÁRZEA – Poesia – Regine Limaverde – UFC – 1998.
162. TERRA BÁRBARA – Poesia – Jáder de Carvalho – UFC – 1998.
163. A GUERRA DOS PANFLETOS – História – Waldy Sombra – UFC – 1998.
164. ROMANCE DA NUVEM PÁSSARO – Poesia – Francisco Carvalho – UFC – 1998.
165. NOTÍCIA DO POVO CEARENSE – História – 2ª Edição – Yaco Fernandes – UFC – 1998.
166. A ÚLTIMA TESTEMUNHA – Romance – Elano Paula – UFC – 1998.
167. A INVENÇÃO DO DISCURSO AMBIENTAL – Ecologia – Eduardo Campos – UFC – 1998.
168. URBANIDADE E CULTURA POLÍTICA-*(A cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX)*-José Ernesto Pimentel Filho-UFC-1998.
169. PEDRAS DO ARCO-ÍRIS OU A INVENÇÃO DO AZUL NO EDITAL DO RIO - Poesia-Barros Pinho-UFC-1998.
170. CONTAGEM PROGRESSIVA-Reminiscências da Infância-Memórias-Caio Porfírio Carneiro-UFC-1998.
171. RACHE O PROCÓPIO! – Crônicas-Lustosa da Costa-UFC-1998.
172. O VENDEDOR DE JUDAS – Contos – Tércia Montenegro – UFC – 1998.
173. A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA – Ensaios – José Filomeno de Moraes Filho – UFC – 1998.
174. ALMA DE POETA – Poesia – Eduardo Fontes – UFC – 1998.
175. ESTUDOS TÓPICOS DE DIREITO ELEITORAL – Ensaios – Napoleão Nunes Maia Filho – UFC – 1998.
176. SALA DE RETRATOS – Poesia – Marly Vasconcelos – UFC – 1998.
177. A CONCHA IMPOSSÍVEL – Poesia – Napoleão Maia Filho – UFC – 1998.
178. RASGANDO PAPÉIS – Memórias – Tacito Theophilo Gaspar de Oliveira – UFC – 1998.
179. CRATO: LAMPEJOS POLÍTICOS E CULTURAIS – História – F. S. Nascimento - UFC – 1998.
180. NA TRILHA DOS MATUIÚS – Contos – José Costa Matos – UFC – 1998.
181. NADA NUEVO BAJO EL SOL – Novela – Lúcia Fernandes Martins – UFC – 1998.
182. GENTE NOVA – (Notas e Impressões) – Crítica – Mário Linhares – UFC – 1998.
183. TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO – Napoleão Nunes Maia Filho – UFC – 1998.
184. O GUARANI ERA UM TUPI?-*Sobre os romances indianistas O Guarani, Iracema, Ubirajara de José de Alencar*-Ingrid Schwamborn-UFC-1998.
185. A PRESENÇA DA POESIA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS – Antônio Martins Filho – UFC – 1998.
186. NORTE MAGNÉTICO – Poesia – Sérgio Macedo – UFC – 1998.
187. REVOLUÇÃO POR CONSENTIMENTO – Valores ético-sociais do empresariado – União pelo Ceará político – 1962/CIC-1978 – José Flávio Costa Lima – UFC – 1998.
188. CANTO IMATERIAL – Poesia – Vanderley Moreira – UFC – 1998.
189. POR UM FIO – Contos – Sandra Maia – UFC – 1999.
190. ERA UMA VEZ – Poesia – Karla Karenina – UFC – 1999.
191. O PORTAL E A PASSAGEM – Poesia – Beatriz Alcântara – UFC – 1999.
192. POÇO DOS PAUS – Romance – 2ª Edição – Fran Martins – UFC – 1999.
193. CAPISTRANO DE ABREU – Biobibliografia – José Aurélio Saraiva Câmara UFC – 1999.
194. UNIVERSIDADE – Caminho para o desenvolvimento – José Teodoro Soares – UFC – 1999.
195. PONTA DE RUA – Romance – 2ª Edição – Fran Martins – UFC – 1999.
196. MELANCHOLIA – (Antologia) – Sociedade de Belas Letras & Artes Academia da Incerteza – UFC – 1999.

197. TEATRO – (Teatro Completo de Eduardo Campos)-VOL I – Eduardo Campos – UFC – 1999.
198. TEATRO – (Teatro Completo de Eduardo Campos) -VOL II – Eduardo Campos – UFC – 1999.
199. Para uma FILOSOFIA da FILOSOFIA (Conceitos de Filosofia) – Willis Santiago Guerra Filho – UFC – 1999.
200. CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL – 3ª Edição – J.Capistrano de Abreu – UFC – 1999.
201. O GUARANI – José de Alencar – Romance – (Volume I) – UFC – 1999.
202. O GUARANI – José de Alencar – Romance – (Volume II) – UFC – 1999.
203. CARLOS BASTOS TIGRE- *O Guardião das Árvores* (Centenário) – Ilka Tigre/ Organizadora – UFC – 1999.
204. NORDESTE MÍSTICO-Império da Fé – *Ensaio sobre manifestações da religiosidade popular, no folclore e do sincretismo religioso do Nordeste* – Vilma Maciel e Célia Magalhães – UFC – 1999.
205. ROTEIRO BIOGRÁFICO DAS RUAS DO CRATO – J. Lindemberg de Aquino – UFC – 1999.
206. BRASIL, A EUROPA DOS TRÓPICOS – *500 anos rumo à Civilização Trópico-Equatorial*- Caio Lóssio Botelho – UFC – 1999.
207. VOZES DO SILÊNCIO – Poesia – Cecília Bossi – UFC -1999.
208. ESTÂNCIA CEARENSE – Poesia – Márcio Catunda – UFC – 1999.
209. A SHORT HISTORY OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF CEARÁ (UFC) – Antônio Martins Filho – UFC – 1999.
210. O ELEFANTE E OS CEGOS – José Anchieta Esmeraldo Barreto, Rui Verlaine Oliveira Moreira (*Organizadores*) – UFC – 1999.
211. MANIPUEIRA – Contos – Fran Martins – UFC – 1999.
212. REENCONTRO – Contos – Glória Martins – UFC – 1999.
213. LOUVADO SEJA TAMBÉM O PEIXE (crônicas) – Ciro Colares – UFC – 1999.
214. A LEI 4.320 – COMENTADA AO ALCANCE DE TODOS (Direito Financeiro) – Afonso Gomes Aguiar – UFC – 1999.
215. DIREITO PROCESSUAL – QUATRO ENSAIOS – Napoleão Nunes Maia Filho – UFC – 1999.
216. CANTOS DA ANTEVÉSPERA – Sânzio de Azevedo – UFC – 1999.
217. NOITE FELIZ (Contos) – Fran Martins – UFC – 1999.
218. O PRANTO INSÓLITO – Eduardo Campos – UFC – 1999.
219. PALAVRAS AOS QUE AINDA OUVEM (Discursos) – Raimundo Bezerra Falcão – UFC – 1999.
220. LUSO-BRASILIDADES – NOS 500 ANOS – Dário Moreira de Castro Alves – UFC – 1999.
221. FEITOSAS – GENEALOGIA – HISTÓRIA – BIOGRAFIAS – Aécio Feitosa – UFC – 1999.
222. CANUDOS – Poema dos Quinhentos – Carlos Newton Júnior – UFC – 1999.
223. PERSONAS – Notas de Um Bibliófilo Cearense – José Bonifácio Câmara – UFC – 1999.
224. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Em busca da operacionalização – Manoel do Nascimento Barradas (Organizador) – UFC – 1999.
225. COMEÇAR DE NOVO: Romance – Elano Paula – UFC – 1999.
226. COMO ME TORNEI SEXAGENÁRIO – Lustosa da Costa – UFC – 1999.
227. PODER JUDICIÁRIO – A Reforma Administrativa Possível (Algumas Reflexões) – Cândido Bittencourt de Albuquerque – UFC – 1999.
228. ORÁCULO – Magdalena Sá – UFC – 1999.
229. CHICO CALDAS, O Patriarca de Viçosa do Ceará – João Severiano Caldas da Silveira – UFC – 1999.

230. UMA VIDA CONTRA HITLER – Hermann M. Görgen – UFC – 1999.
231. A CONCHA E O RUMOR – Francisco Carvalho – UFC – 2000.
232. NARRADORES DO PADRE CÍCERO: DO AUDITÓRIO À BANCADA – Marinalva Vilar – UFC – 2000.
233. ESTUDOS TEMÁTICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL – Napoleão Nunes Maia Filho – UFC – 2000.
234. ESTAÇÕES DE SONETOS – José Costa Matos – UFC – 2000.
235. NO RASTRO DO BOI: CONQUISTAS, LENDAS E MITOS – Francisco Ésio de Souza – UFC – 2000.
236. DERECHO CONSTITUCIONAL Y CONTROL DE CONSTITUCIONALIDAD EN LATINOAMÉRICA – Régis Frota – UFC – 2000.
237. A DECISÃO DE SATURNO (FILOSOFIA, TEORIAS DE ENFERMAGEM E CUIDADO HUMANO) – José Anchieta Esmeraldo Barreto e Rui Verlaine – UFC – 2000.
238. O AMIGO DE INFÂNCIA (CONTOS) – Fran Martins – UFC – 2000.
239. COLHEITA TROPICAL: HOMENAGEM AO PROFESSOR DR. HELMUT FELDMANN – Antônio Martins Filho e Teoberto Landim (Organizadores) – UFC – 2000.
240. MAR OCEANO (CONTOS) – Fran Martins – UFC – 2000.
241. O CANADÁ É BEM ALI – Regine Limaverde – UFC – 2000.
242. AMOR NOS TRÓPICOS (Ensaios e seleta de poemas contemporâneos) – Beatriz Alcântara e Lourdes Sarmento (Organizadoras) – UFC – 2000.
243. AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (3ª Edição) – Antônio Martins Filho – UFC – 2000.
244. A DESCOBERTA DO SABOR SELVAGEM – Eduardo Campos – UFC – 2000.
245. PSICOLOGIA DO POVO CEARENSE – Abelardo F. Montenegro – UFC – 2000.
246. HISTÓRIAS PARA PASSAR O TEMPO... – Lúcia Fernandes Martins – UFC – 2000.
247. FRANCISCO CARVALHO: UMA POESIA DE TANATOS E DE EROS – Mailma de Sousa – UFC – 2000.
248. MUNDO PERDIDO – Fran Martins – UFC – 2000.
249. A PRÓXIMA ESTAÇÃO (ROMANCE) – Teoberto Landim – UFC – 2000.
250. MEMÓRIAS DE GUSTAVO BARROSO (1º VOLUME) – CORAÇÃO DE MENINO – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
251. ESTUDOS PROCESSUAIS SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA – Napoleão Nunes Maia Filho – UFC – 2000.
252. MEMÓRIAS DE GUSTAVO BARROSO (2º VOLUME) – LICEU DO CEARÁ – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
253. A SEARA DE SANTIAGO NO BRASIL – Adauto Leitão – UFC – 2000.
254. O CURIOSO: NA TRILHA DAS ALMAS – Heloisa Helena Caracas de Souza – UFC – 2000.
255. IDÉIAS E PERSONALIDADES NA PASSAGEM DO MILÊNIO – Mauro Benevides – UFC – 2000.
256. MEMÓRIAS DE GUSTAVO BARROSO (3º VOLUME) – O CONSULADO DA CHINA – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
257. A GUERRA DE ARTIGAS (1816-1820) – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
258. PELAS MÃOS DA POESIA – Eduardo Fontes – UFC – 2000.
259. HISTÓRIA ECONÔMICA DO CEARÁ – (2ª. Edição) – Raimundo Girão – UFC – 2000
260. A GUERRA DO VIDÉO (1825-1828) – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
261. RAZÃO E FÉ DO CARVOEIRO – José Anchieta Esmeraldo Barreto e Rui Verlaine Oliveira Moreira – UFC – 2000.
262. DESTINOS CRUZADOS – Lúcia Fernandes Martins– UFC – 2000.

263. O ANTIGO PEREGRINO – Napoleão Maia Filho – UFC – 2000.
264. A GUERRA DO FLORES – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
265. A GUERRA DO ROSAS – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
266. A GUERRA DO LOPEZ – Gustavo Barroso – UFC – 2000.
267. O POUSO DA ÁGUIA – Eduardo Campos – UFC – 2000.
268. O PARCEIRO SÓ – Eduardo Campos – UFC – 2000.
269. RASCUNHOS & RESENHAS – Francisco Carvalho – UFC – 2001.
270. POEMAS DO AMOR DEMASIADO – Napoleão Maia Filho – UFC – 2001.
271. DE CARONA NO TEMPO (CONTOS • CRÔNICAS • CASOS) – Elano Paula – UFC – 2001.
272. ENSAIOS E PERFIS – Joaryvar Macedo – UFC – 2001.
273. A REVOLTA DO COMPUTADOR E OUTROS CONTOS DE MISTÉRIO – Artur Eduardo Benevides – UFC – 2001.
274. A VIDA SEM POESIA É BEM PEQUENA – Ana Carolina Borges Leão Martins – UFC – 2001.
275. INSTANTÂNEOS DE UMA ÉPOCA – FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA (1948/53) – José Murilo Martins –UFC – 2001.
276. INTERPRETAÇÃO DO CEARÁ – Abelardo F. Montenegro – UFC – 2001.
277. A ARCA DO PEREGRINO – Napoleão Maia Filho – UFC – 2001.
278. A OUTRA MARGEM (Filosofia, Teorias de Enfermagem e Cuidado Humano) – José Anchieta Esmeraldo Barreto e Rui Verlaine Oliveira Moreira (Organizadores) – UFC – 2001.
279. TREINAMENTO EM PSICOTERAPIA INDIVIDUAL, DE GRUPO E DE CASAL (Um Guia para Supervisores e Terapeutas iniciantes) – Mônica Teles Tavora – UFC – 2001.
280. AVIS RARA – Angela Guitiérrez – UFC – 2001.
281. O SOL NO ENTARDECER – Sinésio Cabral – UFC – 2001.
282. PASSAGEIRO DE MIM – Cláudia Régia – UFC – 2001.
283. FRANCISCO CARVALHO – O SUBSTRATO DA QUADERNA – Mailma de Sousa – UFC – 2001.
284. FATOS E CURIOSIDADES – MISSÃO VELHA – Célia Magalhães – UFC – 2001.
285. O INFERNO DA GUERRA ÉTNICA EM KOSOVO – Vilma Maciel – UFC – 2001.
286. ROTEIRO SENTIMENTAL – GEOPOÉTICA DO BRASIL – Martins d'Alvarez – UFC – 2001.
287. POESIA DO COTIDIANO – Martins d'Alvarez – UFC – 2001.
288. MERCADOR DE SONHOS – Sérgio Macedo – UFC – 2001.
289. ESTAÇÕES DO PEREGRINO – Napoleão Maia Filho – UFC – 2001.
290. MOMENTOS – Almery Cordeiro Lima – UFC – 2001.
291. O DIREITO DE RECORRER: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SISTEMA RECURSAL – Napoleão Nunes Maia Filho – UFC – 2002.
292. ALMANAQUE NEOLATINO (2ª edição) – Luciano Maia – UFC – 2002.

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Impressão e Acabamento Imprensa Universitária da
Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 – Caixa Postal 2600
Fone/Fax: 0xx (85) 281.3721 – Fortaleza – Ceará – Brasil

LUCIANO MAIA, poeta, ensaísta, contista, tradutor e lingüista, é natural de Limoeiro do Norte, cidade cearense do Vale do Jaguaribe, onde nasceu em 7 de janeiro de 1949.
Advogado, preferiu dedicar-se aos estudos lingüísticos e à literatura, tendo publicado 15 livros (poesia, ensaio, conto). Traduziu vários dos principais poetas da Romênia (país que representa, na qualidade de Cônsul Honorário em Fortaleza e Comendador da Ordem Nacional), da Suíça Romanche, da Itália, (Vales Dolomíticos e Friul) e da Córsega. O seu livro *Jaguaribe-Memória das Águas* está traduzido para o espanhol (Argentina), o inglês (Estados Unidos) e o romeno. No Brasil, chega à sexta edição. Mestre em Literatura pela Universidade Federal do Ceará, professor do Curso de Letras e de Comunicação Social da UNIFOR. Membro efetivo da Academia Cearense de Letras, cadeira 23.

LIVROS DO AUTOR

Um Canto Tempestado, 1982
Jaguaribe-Memória das águas, 1982
(6ª. edição, 2002)
Neruda-Canto Memorial, 1983 (2ª. edição, 2000)
Sol de Espavento, 1984
Seara, 1986 (2ª. edição. 1994)
Estoril, 1986 (2ª. edição, 1995)
Nau Capitânia, 1987 (2ª. edição, 2000)
Os Quatro Naipes, 1989
Adjutório, 1989
Almanaque Neolatino, 1990 (2ª. edição, 2002)
Praia Formosa, 1992
As Tetas da Loba, 1995
Ritmos, 1995
Rostro Hermoso, 1997
Vitral com Pássaros, 2002

UFC
CASA DE JOSÉ DE ALENCAR
PROGRAMA EDITORIAL